



**RESOLUÇÃO**  
**CONSELHO MUNICIPAL**  
**DE EDUCAÇÃO**  
**DE JOÃO NEIVA -**  
**CONSELHO PLENO**  
**Nº 002/2024**



## RESOLUÇÃO CME-JN/CP Nº 002/2024

**Fixa normas para a Educação no Sistema Municipal de Ensino de João Neiva, Estado do Espírito Santo, e dá outras providências.**

A **PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JOÃO NEIVA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 3.444/2022, Decreto Municipal nº 9.127/2023, Decreto Municipal nº 9.224/2023 e em conformidade com o disposto na Constituição Federal - CF/88, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei Federal nº 9.394/1996; na Lei Orgânica Municipal; na Lei Municipal nº 3.445/2022; na Lei Municipal nº 3.447/2022 e com base nas deliberações conclusivas das Sessões Plenárias do referido Conselho.

### RESOLVE:

**Art. 1º** Fixar normas das Diretrizes Pedagógicas para o Ensino Fundamental Anos Iniciais do Sistema Municipal de Ensino de João Neiva.

**Art. 2º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação e produzirá eficácia a partir do ano letivo 2024.

João Neiva, 22 de julho de 2024.

*Luna Paula dos Santos Arruda*  
**Luna Paula dos Santos Arruda**

Presidente do Conselho Municipal de Educação de João Neiva

Homologado em 22 de julho de 2024.

*Marcia José*  
**Marcia José**

Secretária Municipal de Educação de João Neiva



Prefeitura Municipal de João Neiva  
Secretaria Municipal de Educação

# DIRETRIZES PEDAGÓGICAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

1ª Edição



PROJETO COMUNIDADE DE LEITORES



JOÃO NEIVA / ES  
2024

**PREFEITO**

Paulo Sérgio De Nardi

**VICE-PREFEITO**

Renan Rossoni Patuzzo

**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE  
EDUCAÇÃO**

Marciela José

**COORDENADORA PEDAGÓGICA**

Cristina Fornaciari

**COORDENADOR ADMINISTRATIVO**

Antônio Rodolfo Waichert

**EQUIPE TÉCNICA PEDAGÓGICA**

Alaisa Terezinha Fávaro

Ana Zulmira Silva

Cláudia Rampinelli Pizza Cleide Maria

Mantovani

Klecia Marim Campostrini Favarato

Lorena dos Reis Costa Rejiane Ebert

de Aranti

Sandra Bortolini Fávaro Ferreira

Sandra Helena Martins

Maria Solange dos Santos Waichert

**EQUIPE DOCENTES FORMADORES**

Adriana Rodrigues Monteiro de  
Oliveira

Daniella Stefanelli

Helder Guastti da Silva

Kilvia Segatto Barcelos

Marilzete Pinto

**EQUIPE DE COLABORADORES E  
REVISÃO TEXTUAL**

Adriana Baptista

Andressa Cristina Adão de Sousa  
Pandolfi

Jéssica Alves Moreira Ferreira

Joelma Mattos Barbosa Rodrigues

Josielda de Oliveira Pereira

Josué Pereira Mendes

Jorgina Giacomini Siam

Klécia Marim Campostrini Favarato

Marilzete Pinto

Munizia Cristina Fraga

Raiana Ruy Recla de Araujo

Veronica Nunes Vieira

**EQUIPE DE EDIÇÃO, FORMATAÇÃO  
E DIAGRAMAÇÃO**

Giovana Costa Moro Ribeiro

Walisson Costa

Natiele Venancio Oliveira



**João Neiva**, Diretrizes Pedagógicas para o Ensino Fundamental Anos Iniciais de João Neiva-ES.

Diretrizes Pedagógicas para o Ensino Fundamental Anos Iniciais aprovada em 27 de junho de 2024, na Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Educação de João Neiva/ES.

Resolução CME-JN/ES nº 005/2024, datada em 27 de junho de 2024.

Publicada pela Secretaria Municipal de Educação de João Neiva, em 22 de julho de 2024.

**João Neiva/2024**

LOPSA 

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	7
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1. MARCOS LEGAIS</b> .....	12
1.1 LEGISLAÇÃO FEDERAL.....	13
1.2 LEGISLAÇÃO ESTADUAL.....	14
1.3 LEGISLAÇÃO MUNICIPAL .....	14
<b>2. FINALIDADES, OBJETIVOS E PRINCÍPIOS NORTEADORES DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS</b> .....	16
2.1 FINALIDADES .....	17
2.2 OBJETIVOS.....	17
2.3 PRINCÍPIOS.....	18
<b>3. O ENSINO FUNDAMENTAL NO TEMPO HISTÓRICO</b> .....	19
<b>4. AS CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS</b> .....	23
4.1 ACOLHIMENTO.....	29
4.2 HUMANIZAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM.....	30
4.3 PEDAGOGIA DA PRESENÇA.....	31
4.4 COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS.....	32
4.4.1 Aprender a Conhecer.....	33
4.4.2 Aprender a Fazer.....	34
4.4.3 Aprender a Conviver.....	35
4.4.4 Aprender a Ser .....	36
4.5 AFETIVIDADE .....	37
4.6 ESCUTA ATENTA E ATIVA.....	37
<b>5. A OFERTA DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS</b> .....	39
5.1 PÚBLICO-ALVO.....	40
5.2 ACESSO E PERMANÊNCIA.....	42
5.2.1 Transporte Escolar.....	42
5.2.2 Alimentação Escolar .....	43
5.3 A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NA OFERTA DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS.....	45
5.4 A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR .....	46
5.4.1 A Base Nacional Comum Curricular .....	46
5.4.1.1 Área de Conhecimento - Linguagens.....	47

5.4.1.2 Área de Conhecimento - Matemática .....	47
5.4.1.3 Área de Conhecimento – Ciências da Natureza .....	48
5.4.1.4 Área de Conhecimento - Ciências Humanas .....	48
5.4.1.5 Parte Diversificada da Base Nacional Comum Curricular .....	50
5.4.1.5.1 Área de Conhecimento - Ensino Religioso .....	50
5.4.1.6 Temas Integradores da Base Nacional Comum Curricular .....	50
5.4.1.6.1 Educação Ambiental .....	51
5.4.1.6.2 Educação para o Consumo .....	52
5.4.1.6.3 Educação Financeira e Fiscal .....	52
5.4.1.6.4 Educação Alimentar e Nutricional .....	53
5.4.1.6.5 Saúde, Vida Familiar e Social .....	53
5.4.1.6.6 Educação para o Trânsito .....	53
5.4.1.6.7 Educação em Direitos Humanos .....	54
5.4.1.6.8 Direitos da Criança e do Adolescente .....	54
5.4.1.6.9 Processo de Envelhecimento, Respeito e Valorização do Idoso .....	54
5.4.1.6.10 Diversidade Cultural .....	55
5.4.1.6.11 Educação das Relações Étnico-raciais e Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira, Africana e Indígena .....	55
5.4.1.6.12 Trabalho, Ciência e Tecnologia .....	56
<b>5.4.2 Currículo da Rede Pública Municipal de Ensino .....</b>	<b>56</b>
5.4.2.1 Base Nacional Comum Curricular no Currículo da Rede .....	56
5.4.2.2 Parte Diversificada do Currículo da Rede .....	57
5.4.2.2.1 Aprofundamento em Leitura e Escrita – ALE .....	57
5.4.2.3 Temas Integradores no Currículo da Rede .....	57
5.4.2.3.1 Educação para o Consumo Consciente .....	59
5.4.2.3.2 Trabalho e Relações de Poder .....	60
5.4.2.3.3 Ética e Cidadania .....	60
5.4.2.3.4 Gênero, Sexualidade, Poder e Sociedade .....	60
5.4.2.3.5 Povos e Comunidades Tradicionais .....	62
5.4.2.3.6 Educação Patrimonial .....	62
5.4.2.3.7 Diálogo Intercultural e Inter-Religioso .....	63
<b>5.4.3 Organização Curricular Anual Obrigatória .....</b>	<b>63</b>
<b>5.4.4 Calendário Escolar .....</b>	<b>64</b>
<b>6. ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA NO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS</b>	<b>65</b>
6.1 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INSTITUCIONALIZADAS E INEGOCIÁVEIS .....	67

ROSA 

<b>6.1.1 Os Espaços de Aprendizagens</b> .....	68
<b>6.1.2 Os Tempos de Aprendizagens</b> .....	71
<b>6.1.3 Atividades Permanentes Institucionalizadas</b> .....	73
6.1.3.1 Sistematização Diária .....	75
6.1.3.1.1 Ambiente Alfabetizador .....	76
6.1.3.1.2 Caderno de Texto .....	77
6.1.3.2 Sistematização Semanal .....	80
6.1.3.2.1 Momento Literário .....	80
6.1.3.2.2 Curiosidade .....	84
6.1.3.2.3 Música Popular Brasileira- MPB .....	84
6.1.3.2.4 Poemas .....	86
6.1.3.2.5 Leitura do Texto Informativo .....	87
6.1.3.2.6 Reconto Literário .....	88
6.1.3.3 Sistematização Trimestral .....	90
6.1.3.3.1 Sarau Literário .....	90
6.1.3.3.2 Conselho de Classe .....	93
6.1.3.4 Sistematização Semestral .....	94
6.1.3.4.1 Projetos Didáticos Institucionalizados .....	94
6.1.3.4.1.1 Projeto Institucional Comunidade de Leitores .....	96
6.1.3.4.2 Atividades Habituais .....	110
6.1.3.4.3 Sequências de Atividades .....	111
6.1.3.4.4 Situações Independentes .....	112
<b>6.1.4 O Planejamento Pedagógico</b> .....	113
<b>6.1.5 Reuniões Sistematizadas</b> .....	116
6.1.5.1 Reunião da Equipe da Secretaria Municipal de Educação com a Equipe Gestora das Instituições de Ensino .....	116
6.1.5.2 Reunião do Gestor Escolar com a Equipe da Instituição de Ensino .....	117
6.1.5.3 Reunião do Pedagogo com os Docentes .....	118
6.1.5.4 Reunião Geral .....	119
6.1.5.5 Reunião do Gestor Escolar com a equipe de Líder de Turma .....	119
6.1.5.6 Reunião dos Líderes de Turma com as Turmas .....	119
6.1.5.7 Reunião entre os Líderes de Turma .....	120
<b>6.1.6 Agenda</b> .....	120
6.1.6.1 Agenda de Comunicação .....	121
6.1.6.2 Agenda de Trabalho Institucional .....	121

<b>7. OS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS</b>	<b>123</b>
7.1 EQUIPE TÉCNICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	124
7.2 A EQUIPE DE PROFISSIONAIS DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO	124
7.2.1 Gestor Escolar	125
7.2.2 Coordenador Escolar	126
7.2.3 Técnico Pedagógico	127
7.2.4 Secretário Escolar	130
7.2.5 Auxiliar de Secretaria Escolar	131
7.2.6 Docente	133
7.2.7 Auxiliar da Sala de Leitura	134
7.2.8 Auxiliar de Serviços Gerais	134
7.2.9 Cuidador	135
7.2.10 Mediador do Laboratório de Informática Educativa	136
7.2.11 Merendeira	138
7.2.12 Porteiro	139
<b>8. A AVALIAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS</b>	<b>141</b>
8.1 AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA DA APRENDIZAGEM	142
8.1.1 Avaliação Diagnóstica de Rede	143
8.1.2 Avaliação Diagnóstica da Instituição de Ensino	144
8.2 AVALIAÇÕES EXTERNAS DE APRENDIZAGEM	146
8.2.1 Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (PAEBES E PAEBES-ALFA)	147
8.2.2 Avaliação de Fluência em Leitura do Estado do Espírito Santo	147
8.2.3 Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)	148
8.3 AVALIAÇÃO TRIMESTRAL	150
8.4 RECUPERAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR ANUAL	151
8.5 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS	153
8.5.1 Correção de Fluxo	154
8.5.2 Classificação e Reclassificação	155
<b>9. REGISTROS ESCOLARES</b>	<b>158</b>
<b>10. FORMAÇÃO CONTINUADA</b>	<b>161</b>
<b>11. PROCESSO DE TRANSIÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS PARA OS ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS</b>	<b>163</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>166</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>167</b>

2015A 

## APRESENTAÇÃO

É com muita satisfação e sentimento de pertencimento que dedicou-se a escrita das Diretrizes Pedagógicas do Ensino Fundamental Anos Iniciais da Rede Pública Municipal de Ensino de João Neiva, porque para se chegar até aqui, foi dispensado, um árduo e contínuo esforço coletivo para instituir e registrar a identidade pedagógica da Rede. O que por anos e anos representava um sonho que, a princípio, parecia ser sonhado por poucos, dia a dia a ideia era difundida em mais pessoas, não era preciso comprovar que havia um trabalho significativo a ser produzido, porque as práticas pedagógicas do município podiam ser observadas por todo o cotidiano escolar, sendo referência e marca da Educação que se oferta no Município.

Faz-se necessário a produção de um documento que estabeleça a continuidade e progressividade do que se pensa e se executa na Educação. Após contínuas sementeiras dessa ideia, enfrentando todos os desafios que imagina-se surgirem desde a fase embrionária no processo de criação, enfim, apresenta-se as Diretrizes

Pedagógicas para o Ensino Fundamental Anos Iniciais da Rede Pública Municipal de Ensino de João Neiva.

Ressalta-se que este documento não é o resultado de um trabalho de um grupo de especialistas, e sim, é fruto do trabalho de profissionais da Educação da Rede Pública Municipal que se debruçaram nessa produção e que renovavam dia a dia o desejo de produzi-lo. Para isso, o tempo todo de produção foi marcado por um espírito de parceria e constante reafirmação do pertencimento e compromisso com a Educação. Contudo, o propósito deste documento nunca será o de estabelecer de forma fixa "o como pensar e fazer Educação", em vez disso, as Diretrizes têm como premissa estabelecer a progressividade dos conhecimentos que se estendem ao longo do processo educacional do Ensino Fundamental Anos Iniciais.

A Secretaria Municipal de Educação de João Neiva apresenta as Diretrizes Pedagógicas para o Ensino Fundamental Anos Iniciais de João Neiva - ES, com o propósito de

LOPSA 



aprimorar a qualidade dessa etapa de ensino no município, primando pela qualidade que atenda às exigências atuais, enfatizando sobretudo os direitos de aprendizagens dos discentes, a partir da qual as necessidades formativas se acentuam, ampliando-se o pertencimento dos mesmos como sujeitos, em contextos educacionais positivos, democráticos e protagonista, para a integralidade de sua formação, no delineamento de condições de aprendizagens por toda a vida.

As Diretrizes Pedagógicas para o Ensino Fundamental Anos Iniciais, alinha-se à Base Nacional Comum Curricular, ao Currículo do Espírito Santo adotado pela Rede e aos demais documentos de imperativa importância para as práticas pedagógicas institucionalizadas que se articulam para definir as aprendizagens significativas aos discentes da Rede Pública Municipal.

As Diretrizes Pedagógicas para o Ensino Fundamental Anos Iniciais têm por objetivo desenvolver uma Educação que supere hiatos teóricos, metodológicos e formativos e quaisquer obstáculos que possam impedir à prática educacional plena, constitutiva

da formação humana integral.

Neste sentido, a Secretaria Municipal de Educação de João Neiva organiza um documento fundamentado nos princípios, finalidades e normas que regem a Educação Nacional, mas com identidade própria, visando proporcionar vivências educacionais que façam avançar com foco na oferta de Educação Pública de qualidade à todos.

As referidas Diretrizes Pedagógicas apresentam o Ensino Fundamental Anos Iniciais no tempo histórico, seguido das concepções pedagógicas, centradas no acolhimento, na humanização, no processo de ensino aprendizagem, nas competências socioemocionais, na afetividade, na escuta ativa, visando o trabalho educacional centrado nas práticas pedagógicas institucionalizadas, nas competências e habilidades do Currículo adotado pela Rede de Ensino.

Considerando o pertencimento de todos e de cada um na oferta do Ensino Fundamental Anos Iniciais, o presente documento apresenta as atribuições da Secretaria Municipal de Educação, com objetivo de garantir condições para o

695A 

acesso e permanência dos discentes aos estudos, na oferta legal de transporte e alimentação escolar e conhecimentos pedagógicos determinados pela organização curricular, centrados na Base Nacional Comum Curricular e dos Temas Integradores do Currículo.

Nesse contexto, as Diretrizes Pedagógicas para o Ensino Fundamental Anos Iniciais, apresenta uma organização, considerando os espaços e os tempos de aprendizagens, por entender que cada ambiente e tempo escolar que os discentes se fizerem presentes nas Instituições de Ensino devem ser em prol da formação educacional. Portanto, a sistematização pedagógica será diária, semanal, trimestral, semestral e anual, primando por planejamentos e reuniões sistematizadas, na garantia de agendas, sejam elas de comunicação ou de trabalhos institucionais.

O Sistema de Avaliação abordado na presente Diretriz se encontra subdividido em Avaliação Diagnóstica, Avaliação Trimestral e Avaliação Final.

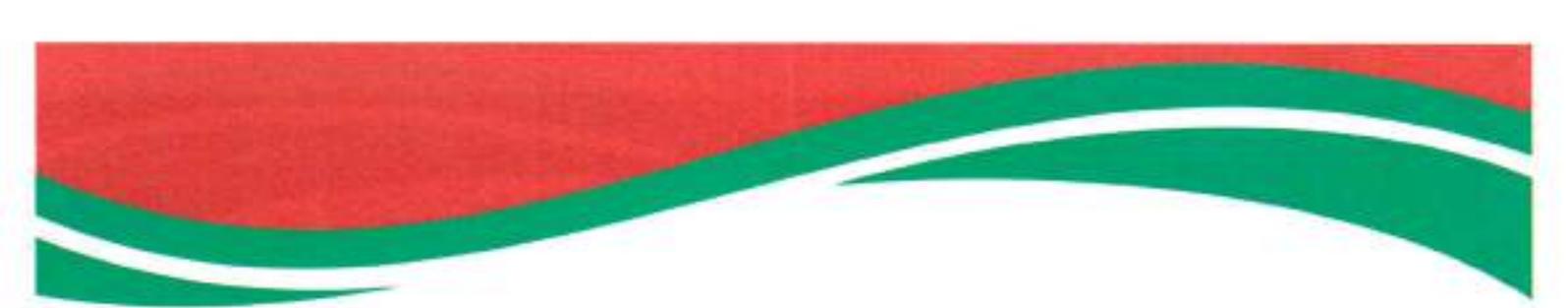
Em relação ao Rendimento Escolar do discente, quando esse se apresentar

de forma insatisfatório, ou seja, inferior a 60% (sessenta por cento), o documento registra a necessidade de respeitar o disposto no Regimento Escolar da Instituição e nas Diretrizes da Rede primando pelas ações de Recuperação de Estudos dos discentes na garantia de Rendimento Escolar satisfatório.

As Diretrizes Pedagógicas, visam documentar e sistematizar todo o processo educacional dos discentes, destacando os Registros Escolares, bem como os espaços de debates e deliberações no Conselho de Classe. O mesmo ressalta sobre a importância da Formação Continuada em Serviço dos profissionais da Educação, para que essa contribua no processo de ensino e aprendizagem dos discentes.

Em sua estruturação o referido documento registra ainda as Considerações Finais e as Referências Bibliográficas, como parte integrante dessa Diretriz.

Ao formalizar as Diretrizes Pedagógicas para o Ensino Fundamental Anos Iniciais, a Secretaria Municipal de Educação reafirma o seu compromisso com a construção de uma Educação Integral Pública e



Democrática, que possibilite os  
discentes formações crítica e  
emancipadora necessária para a  
transformação social. Por isso, a  
intenção é que as proposições aqui  
expressas sejam materializadas no

cotidiano escolar, por meio de ações,  
reflexões e avaliações sustentadas  
pela Pedagogia Histórico-Crítica,  
articuladas as Propostas Políticas  
Pedagógicas das Instituições de  
Ensino.



# ***1. MARCOS LEGAIS***

## INTRODUÇÃO

O Ensino Fundamental Anos Iniciais, inserido na segunda etapa da Educação Básica, tem caráter obrigatório e se traduz como um direito público subjetivo de cada um e como dever do Estado e da família.

Os objetivos dessa etapa de ensino, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais, devem assegurar aos discentes o acesso ao conhecimento e aos elementos da cultura imprescindíveis para a vida em sociedade e os benefícios de uma formação comum, independentemente da grande diversidade da comunidade escolar.

As Instituições de Ensino Fundamental Anos Iniciais da Rede Pública Municipal de Ensino de João Neiva trabalham cotidianamente, a fim de redefinir o

espaço escolar e fazer com que se constitua como lugar de encontro, interação, socialização, partilha e construção do conhecimento, o que potencializa o desenvolvimento humano na Instituição de Ensino, como um espaço de humanização, onde os discentes, podem consolidar sua natureza social, afetiva, histórica e cultural.

Nesse sentido, as ações a serem desenvolvidas pelas Instituições de Ensino Fundamental Anos Iniciais no município de João Neiva devem considerar as especificidades dos territórios onde a Instituição de Ensino está inserida, garantindo assim, que o processo de ensino e aprendizagem sejam um compromisso de todos os envolvidos nesse processo.

A atuação da Instituição de Ensino, seja pública ou privada, está naturalmente sujeita ao ordenamento jurídico do Brasil.

Quando se fala em marcos legais, referem-se ao conjunto de leis que impactam diretamente a Educação brasileira.

Os marcos legais designam, portanto, de maneiras diferentes, algo comum, aquilo que os discentes devem aprender na Educação Básica, o que inclui tanto os saberes quanto a capacidade de aplicar esses conhecimentos.

Em se tratando do Ensino Fundamental Anos Iniciais, as Diretrizes Pedagógicas para o Ensino Fundamental Anos Iniciais da Rede Pública Municipal de Ensino de João Neiva encontram-se amparadas nos seguintes marcos legais: legislação Federal Estadual e Municipal.

### 1.1 LEGISLAÇÃO FEDERAL



- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

- Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, alterado pela Lei nº 13.257/2016;

- Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que dispõe sobre o Plano Nacional de Educação – PNE;

- Resolução do Conselho Nacional de Educação - CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017);

- A Lei nº 14.113 de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação;

- Resolução nº 3 de 16 de maio de 2012, que define as Diretrizes para o atendimento de Educação Escolar para populações em situação de itinerância; e

- Lei nº 10.880/04, que institui o Programa Nacional de Apoio ao

Transporte do Escolar, alterada pela Lei Federal nº 11.947/2009.

## 1.2 LEGISLAÇÃO ESTADUAL



TRABALHA E CONFIA



- Resolução do Conselho Estadual de Educação - CEE/ES nº 3.777, de 13 de maio de 2014, que fixa normas para a Educação no Sistema de Ensino no Estado do Espírito Santo e dá outras providências;

- Lei nº 10.382, de 25 de junho de 2015, que aprova o Plano Estadual de Educação do Espírito Santo - PEE/ES;

- Lei nº 10.631 de 28 de março de 2017, que institui o Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo;

- Lei nº 10.382, de 24 de junho de 2015, aprova o Plano Estadual de Educação do Espírito Santo, para o período de 2015 a 2025, trazendo diretrizes, metas e estratégias para a Educação no Estado;

- Resolução do Conselho Estadual de Educação CEE-ES nº.

6.555/2022, que altera títulos e redações de artigos da Resolução CEE-ES nº. 3.777, de 20 de outubro de 2014; e

- Portaria nº 064-R, de 24 de maio de 2017, que institui o Sistema Capixaba de Avaliação da Educação Básica no âmbito do Sistema de Ensino do Espírito Santo – SICAEB.

## 1.3 LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

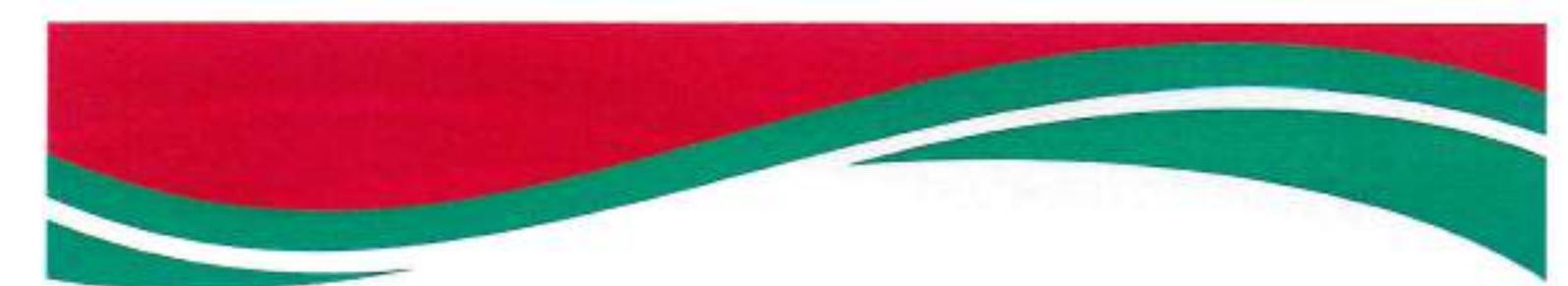


- Lei nº 2.792, de 23 de setembro de 2015, que dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Educação – PME/JN;

- Lei nº 2.648/2014 – dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público do município de João Neiva /ES;

- Diretrizes Comuns para as Instituições de Ensino da Rede Pública Municipal de Ensino de João Neiva/ES, aprovada em 22 de dezembro de 2020;

- Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990;



- Lei nº 3.445, de 30 de setembro de 2022, que dispõe sobre a Gestão Democrática do Ensino Público Municipal de João Neiva;

- Lei nº 3.447, de 30 de setembro de 2022, que institui o Sistema Municipal de Ensino de João Neiva; e

- Resolução do Conselho Municipal de Educação CME-JN nº 001/2023, que dispõe sobre as Normas do Sistema Municipal de Ensino.



***2. FINALIDADES,  
OBJETIVOS E  
PRINCÍPIOS  
NORTEADORES  
DO ENSINO  
FUNDAMENTAL  
ANOS INICIAIS***

O Ensino Fundamental Anos Iniciais deve garantir o desenvolvimento dos discentes em todas as suas dimensões: intelectual, física, emocional, social e cultural, e se organiza como projeto coletivo que deve ser assumido por todos os envolvidos no processo formativo dos discentes, em que a Instituição de Ensino se transforma em um espaço essencial para assegurar que todos tenham garantida essa integralidade.

A Instituição de Ensino assume o papel de articuladora das diversas experiências educativas que os discentes possam viver dentro e fora dela, a partir de uma intencionalidade clara que favoreça as aprendizagens significativas para o seu desenvolvimento integral como cidadão atuante na sociedade em que vive.

## 2.1 FINALIDADES

O Ensino Fundamental Anos Iniciais tem como finalidade a formação integral, baseada na participação, reflexão, criatividade, autonomia e responsabilidade, buscando formar pessoas com uma visão inovadora,

espírito solidário e conscientes de seu papel na sociedade.

## 2.2 OBJETIVOS

O Ensino Fundamental Anos Iniciais tem por objetivo promover os elementos que contribuam para aprimorar o processo de formação do discente, possibilitando à autonomia intelectual e moral onde os mesmos possam desenvolver a capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, escrita e cálculo, posicionando-se de maneira crítica, responsável e construtivas nas diferentes situações sociais e resolução de problemas.

Compreendendo que faz parte de um meio natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade e que desenvolva sua capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades para a formação de atitudes e valores, fortalecendo os vínculos familiares, de solidariedade humana e de tolerância recíproca no contexto que está inserido, compreendendo que pode exercer seus

direitos e deveres políticos, sociais e civis.

É de grande relevância que no Ensino Fundamental Anos Iniciais se estimule a pesquisa como instrumento do ensino aprendizagem, sabendo utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir, ampliar e construir conhecimentos.

Assim, o Ensino Fundamental Anos Iniciais, deve estar voltado para um cidadão onde seus desejos, interesses, sua história de vida, suas possibilidades possam ser estimuladas em sua criatividade, espírito crítico,

com atitudes reflexivas e transformadoras.

### 2.3 PRINCÍPIOS

O Ensino Fundamental Anos Iniciais na Rede Pública Municipal de João Neiva tem por princípio a formação integral e global dos discentes, tendo a centralidade nos mesmos, oportunizando aprendizagens permanentes, na perspectiva inclusiva, na gestão democrática e nos princípios humanos pautados pela solidariedade e pela cultura de paz.



# ***3. O ENSINO FUNDAMENTAL NO TEMPO HISTÓRICO***

No Brasil, o Ensino Fundamental esteve estruturado, por 25 (vinte e cinco) anos, ou seja, de 1971 – 1996, pela Lei Federal nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que definia as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e apresentava como objetivo geral, em seu Art. 1º, proporcionar aos estudantes “[...] a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, preparação para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania” (BRASIL, 1971).

Naquela época, o Ensino Fundamental era denominado de 1º (primeiro) Grau, com 08 (oito) anos de escolaridade obrigatória, e o Ensino Médio, chamado de 2º (segundo) Grau, de caráter não obrigatório.

Segundo consta no breve histórico apresentado nos Parâmetros Curriculares Nacionais, a saber:

[...] generalizou as disposições básicas sobre o currículo, estabelecendo o núcleo comum obrigatório em âmbito nacional para o ensino fundamental e médio. Manteve, porém, uma parte diversificada a fim de contemplar as peculiaridades locais, a especificidade dos planos dos estabelecimentos de ensino e as diferenças individuais dos discentes. Coube aos Estados a formulação de propostas curriculares que serviriam de base

às escolas estaduais, municipais e particulares situadas em seu território, compondo, assim, seus respectivos sistemas de ensino. Essas propostas foram, na sua maioria, reformuladas durante os anos 80, segundo as tendências educacionais que se generalizaram nesse período (BRASIL, 1997, p. 13-14).

Em 1990, o Brasil, na Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, convocada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Banco Mundial, assumiu junto a outros países em desenvolvimento, a posição de lutar para tornar universal a educação fundamental, bem como para ampliar as oportunidades de aprendizagem para crianças, jovens e adultos.

A partir disso, e de acordo com a Constituição Federal promulgada em 5 de outubro de 1988, elaborou-se o Plano Decenal de Educação (1993-2003), cuja maior contribuição foi a de tornar obrigatório, ao Estado, a elaboração de parâmetros curriculares que orientassem ações educativas do ensino obrigatório “[...] de forma a adequá-lo aos ideais democráticos e à busca da melhoria da qualidade do

ensino nas escolas brasileiras” (BRASIL, 1997, p. 14).

Finalmente com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394, aprovada em 20 de dezembro de 1996) ficou consolidado o dever do poder público para com a Educação em geral e para o Ensino Fundamental.

No Art. 22º dessa lei, observa-se que:

[...] a educação básica, da qual o ensino fundamental é parte integrante, deve assegurar a todos “a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”, fato que confere ao ensino fundamental, ao mesmo tempo, um caráter de terminalidade e de continuidade (BRASIL, 1996, p.14).

O que se observa com a Constituição Federal e o Plano Decenal de Educação é a busca pela consolidação da oferta de um currículo comum mínimo para todo o país que, ao mesmo tempo, conferisse flexibilidade a cada sistema de ensino, bem como efetivasse uma Educação democrática. Para atender a esses objetivos, em 1997, o MEC publicou os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs.

Em 2006, com a Lei nº 11.274, que instituiu o Ensino Fundamental de 9 (nove) Anos de duração com a inclusão

das crianças de 6 (seis) anos de idade, observa-se o esforço para universalizar o acesso a essa etapa da Educação e, a efetivação do que já havia sido sinalizado há tempos. Após essa implementação, evidencia-se a necessidade de atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais, uma vez que os documentos norteadores das práticas pedagógicas se encontravam defasados.

Em 2013, são lançadas as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica que trazem os segmentos correspondentes as etapas da Educação: Educação Infantil, Ensino Fundamental Regular Anos Iniciais e Anos Finais, bem como aquelas relacionadas a Educação de Jovens e Adultos as Diretrizes e respectivas Resoluções para a Educação no Campo, a Educação Indígena, a Quilombola, para a Educação Especial, para Jovens e Adultos em Situação de Privação de Liberdade nos estabelecimentos penais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio; apresentam, também, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, para a Educação Ambiental, a Educação em Direitos Humanos, para a Educação

das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. (BRASIL, 2013).

Após à publicação citada, anos depois é homologada a Base Nacional Comum Curricular, cuja finalidade é atender ao que já havia sido proposto desde a Constituição Federal em seu Art. 210.

**Art. 210.** Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§ 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua

portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. (BRASIL, 1988)

O caminho que percorrido para a elaboração deste Referencial revela um pouco de todo esse percurso da Educação brasileira, posto que, em cada uma das épocas de alterações curriculares citadas anteriormente, os grupos de profissionais que compuseram e compõem o quadro de profissionais da Rede Pública Municipal de Ensino de João Neiva dedicaram-se a estudos em busca de atualizações e melhorias na qualidade educacional do Município.



# ***4. AS CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS***

As concepções pedagógicas que alicerçam nossa prática educativa apontam para a formação e o desenvolvimento humano dos discentes, para que sejam capazes de construir uma sociedade mais justa, ética, democrática, responsável, inclusiva, sustentável e solidária.

Conceitualizar a alfabetização não é tarefa fácil, pois são várias as maneiras de compreendê-la. Por essa razão, é preciso definir o que significa alfabetizar na Rede Pública Municipal de Ensino de João Neiva.

Há concepções que compreendem que o processo de alfabetização é sinônimo de conquista da escrita alfabética, independentemente da forma como o processo é concebido. Outra concepção divide o trabalho com a língua em duas partes, alfabetização e letramento, sendo a primeira entendida como a conquista da compreensão do funcionamento do sistema de escrita, ou da escrita alfabética, e o segundo, o trabalho que envolve a aprendizagem da linguagem, em especial a produção de texto e a formação do leitor. Embora esta última se constitua na posição mais próxima à assumida nesta Rede, há uma diferença bastante importante.

Quando esses dois processos, alfabetização e letramento, são tratados separadamente, corre-se o risco de tirar a aprendizagem da língua do uso social dela, caminho que pouco ajuda os discentes a atribuir sentido ao que estão aprendendo e a adquirir a proficiência leitora e escritora desejada.

Aqui, assume-se que os processos de ensino e aprendizagem do funcionamento do sistema de escrita e do uso da linguagem devem ocorrer simultaneamente e desde a entrada do discente na Instituição de Ensino. Isso significa dizer que o processo de alfabetização inclui não só a compreensão do sistema de escrita, mas, concomitantemente, o desenvolvimento das capacidades ligadas à formação de leitor e escritor – escritor, aqui, entendido como pessoa proficiente no uso da linguagem escrita. Não há divisão, nem o uso de duas terminologias.

Soares (2004) esclarece:

Dissociar alfabetização e letramento é um equívoco porque, no quadro das atuais concepções psicológicas, linguísticas e psicolinguísticas de leitura e escrita, a entrada da criança (e também do adulto analfabeto) no mundo da escrita ocorre simultaneamente por esses dois processos: pela aquisição do sistema convencional de escrita – a alfabetização – e pelo

desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita – o letramento. Não são processos independentes, mas interdependentes, e indissociáveis: a alfabetização desenvolve-se no contexto de e por meio de práticas sociais de leitura e de escrita, isto é, através de atividades de letramento, e este, por sua vez, só se pode desenvolver no contexto da e por meio da aprendizagem das relações fonema-grafema, isto é, em dependência da alfabetização. (SOARES, 2004, p. 12)

Para que os discentes compreendam o funcionamento do sistema de escrita, é necessário garantir, de forma permanente e diária, as situações de leitura e escrita, visto que é por meio delas que os discentes podem atuar como leitores e escritores, levantando e colocando em jogo as próprias hipóteses sobre o funcionamento do sistema de escrita, porque, para “aprender a ler e a escrever, é preciso pensar sobre a escrita, pensar sobre o que a escrita representa e como ela representa graficamente a linguagem” (WEISZ, 2014, p. 166). Não se trata aqui de meras cópias e repetição de sílabas sem significado.

A Instituição de Ensino tem a função de promover o aprendizado de leitura e de escrita, considerando as relações da sociedade nesses processos.

Para Freire, (1981 p.1), “A leitura do mundo precede a leitura da palavra,” dessa forma, a alfabetização na perspectiva do letramento pressupõe que o direito à alfabetização é um processo social e cultural mais amplo que inclui, além da aprendizagem da leitura e da escrita, a alfabetização matemática, a alfabetização cartográfica, entre outras linguagens, e a descoberta de conhecimentos significativos já presentes em brincadeiras e atividades sociais das crianças.

É fato que a criança aprende a ler antes mesmo de entrar na Instituição de Ensino, afinal, o ato de ler não compreende apenas identificar letras e sílabas em uma palavra relacionando o grafema ao fonema, a leitura ocorre desde a interpretação de uma mensagem transmitida por uma imagem, denominada como leitura imagética, passando pela leitura de textos verbais e multimodais, como também realizando a leitura do mundo à sua volta.

Segundo Kleiman (1998), a leitura é um processo que se evidencia por meio da interação entre os diversos níveis de conhecimento do leitor: o conhecimento linguístico; o conhecimento textual e o

10/5/21

10/5/21

conhecimento de mundo. Sendo assim, o ato de ler caracteriza-se como um processo interativo.

Nessa perspectiva, o objetivo maior é possibilitar que todos os discentes se tornem leitores e escritores competentes – conscientes da importância da construção de uma Instituição de Ensino inclusiva, que promova a aprendizagem de todos os discentes.

Para a Rede Pública Municipal de Ensino de João Neiva, a leitura se constitui como um valor absoluto é, antes de tudo, um direito que deve ser garantido a todos. Tendo em vista esse pressuposto, é necessário assegurar o acesso à leitura aos discentes da Rede Pública Municipal de Ensino com regularidade permanente e inegociável.

A prática da leitura tem, vários sentidos/possibilidades: conhecer novas narrativas, construir novos saberes, divertir, refletir, sonhar, comunicar. Com isso, criam-se novas oportunidades de se desenvolver individual e coletivamente.

Para assegurar esse direito aos discentes, a Rede Pública Municipal de Ensino adere a programas federais e estaduais, bem como estabelece

parcerias com entidades para assegurar a todas as Instituições de Ensino condições materiais, sociais e pedagógicas necessárias para que esse direito seja usufruído.

A Rede Pública Municipal de Ensino desenvolve Práticas Pedagógicas Inegociáveis com foco na leitura e entre essas condições também destaca a organização dos espaços, a ampliação e manutenção do acervo de livros. Além de garantir o acesso por meio da oferta, é preciso disponibilizar obras de qualidade literária e de gêneros variados, bem como fortalecer os processos de formação continuada para docentes e demais profissionais.

De acordo com a concepção da Rede, nas Instituições de Ensino, a leitura deve ocupar lugar de destaque na sistematização diária, com a garantia da realização da atividade habitual de leitura, dos projetos pedagógicos específicos, do compartilhamento de indicações literárias e do empréstimo de livros aos discentes.

Para a Rede Pública Municipal de Ensino de João Neiva, a leitura ultrapassa a finalidade de construção de conhecimentos, sendo uma potente geradora de sentidos, não apenas do

LOPSA [assinatura]

texto escrito, mas, sobretudo, da realidade à volta dos discentes, colaborando assim para o desenvolvimento da autonomia, criticidade e reflexão do seu papel como cidadão.

A conquista de uma formação leitora na Rede Pública Municipal de Ensino é necessária a mobilização de todos desenvolvendo um trabalho articulado e complementar assegurando a trajetória do discente desde a Educação Infantil.

Assim, a Secretaria Municipal de Educação, como órgão central, às salas de aula, todos estão implicados no processo de formação e acompanhamento do percurso da formação leitora dos discentes, constituindo uma engrenagem que precisa ser ajustada constantemente.

Considerando o exposto, não só os docentes devem estar envolvidos nesse processo, com também os membros da família, a comunidade interna e externa que também fazem parte desse sistema e podem contribuir para uma relação de parceria com a Instituição de Ensino.

Assim, Lerner elucidada:

O necessário é fazer da escola uma comunidade de leitores que

recorrem aos textos buscando uma resposta para os problemas que necessitam resolver, tratando de encontrar informação para compreender melhor algum aspecto do mundo que é objeto de suas preocupações, buscando argumentos para defender uma posição com a qual estão comprometidos, ou para rebater outra que consideram perigosa ou injusta, desejando conhecer outros modos de vida, identificar-se com outros autores e personagens ou se diferenciar deles, viver outras aventuras, inteirar-se de outras histórias, descobrir outras formas de utilizar a linguagem para criar novos sentidos. (...) (LERNER, 2002, p.18).

A concepção de aprendizagem que embasa a Rede Pública Municipal de Ensino de João Neiva, pressupõe que o conhecimento não é concebido como uma cópia do real e assimilado pela relação direta do sujeito com o objeto de conhecimento, mas, produto de uma atividade mental por parte de quem aprende, que organiza e integra informações e novos conhecimentos aos já existentes, construindo relações entre eles.

O ensino relacionado a essa concepção de aprendizagem é o da resolução de problemas, que compreende situações em que o discente, no esforço de realizar a tarefa proposta, e coloca em jogo o que sabe para aprender o que ainda não sabe.

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

Nesse modelo, o trabalho pedagógico promove a articulação entre a ação do aprendiz, a especificidade de cada conteúdo a ser aprendido e a intervenção didática.

Considerando o exposto se faz necessário a escuta atenta e ativa do docente para o sucesso no processo de ensino e aprendizagem, ou seja, que valorize o conhecimento que vem com cada discentes e da turma e formule bons problemas, cuja resolução dependa não apenas de repertório já consolidado, mas da consulta aos saberes disponíveis, e de habilidades para interagir e produzir novas aprendizagens. Isso implica conceber um docente que reflita sobre a própria prática para propor intervenções que potencializem as competências dos discentes, mobilizem desafios e ofereçam condições para as crianças explicitarem e trocarem entre si as descobertas que fazem.

(...) A escuta dos docentes precisa então nutrir-se de leitura e saberes sobre o "como" da construção de mundos com palavras e imagens para que os discentes se desenvolvam na arte cotidiana de

falar sobre livros. (BAJOUR 2012, p.27)

O docente precisa abrir espaço para a turma resolver problemas, tomar decisões e debater os diferentes modos



de pensar e reformular.

De acordo com Telma Weisz, no livro O diálogo entre o ensino e a aprendizagem no capítulo 5 (cinco), as boas situações de aprendizagem acontecem quando os discentes põem em jogo o que sabem e pensam sobre o conteúdo da tarefa proposta, ou os mesmo têm problemas a resolver e decisões a tomar em função do que se propõem produzir, e ainda quando a organização da tarefa garante a máxima circulação de informação entre todos e também quando o conteúdo trabalhado mantém as características de objeto sociocultural real.

#### 4.1 ACOLHIMENTO

O Acolhimento na oferta do Ensino Fundamental Anos Iniciais é essencial ao desenvolvimento integral do discente, contribuindo e ressignificando o processo de ensino e aprendizagem.

Acolher e ser acolhido são duas faces de uma atividade humana fundamental que nos permite construir relações de pertencimento, de sentido e saberes compartilhados em grupo.

O Acolhimento reafirma laços afetivos e sociais fundamentais e essenciais, considerando as múltiplas crises e desafios enfrentados.

O Acolhimento na Educação é visto como um vínculo, um laço que une Instituição de Ensino, discentes e famílias, contribuindo para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

Para o desenvolvimento do Acolhimento, deverão ser considerados 03 (três) princípios:

- **Escuta Ativa:** é durante um diálogo, voltado toda a atenção para quem está falando e o que está sendo dito, possibilitando melhor compreensão do contexto, para intervir na resolução dos fatos narrados. É

fundamental agir com imparcialidade na tratativa dos conflitos emocionais, valorizando a fala de cada um. A escuta ativa pode ocorrer de forma coletiva e/ou individual e deve ser isenta de julgamentos daquele que está ouvindo.

- **Cuidado:** o ato de cuidar contempla uma atitude de solidariedade e de desenvolvimento afetivo contínuo com o outro, sendo indispensável para uma relação saudável e bem estruturada no contexto escolar.

- **Equidade:** é estar atento ao outro considerando as características específicas de cada indivíduo, respeitando suas necessidades e limitações. A equidade requer estratégias diversificadas de acolhimento, com olhar empático, livre de preconceitos e que oportunize espaço de voz a todos.

O Acolhimento deve ser um ato constante no Ensino Fundamental Anos Iniciais. No decorrer do ano letivo, os discentes devem ser recepcionados na Instituição de Ensino de forma alegre, calorosa e atrativa, oportunizando vivenciar os princípios educativos e

10/10

10/10/2023

metodológicos desse segmento de ensino.

Durante o Acolhimento a equipe escolar e os acolhedores apresentam aos novos discentes, os ambientes da Instituição de Ensino.

A etapa principal do Acolhimento consiste de atividades e dinâmicas de grupo que objetivam despertar nos novos discentes os valores e as bases para a sua formação como cidadão autônomo, solidário e competente. Observando as seguintes orientações:

- organizar previamente um ambiente adequado para acomodar os discentes, visando a realização da atividade de Acolhimento;
- selecionar criteriosamente o texto para ser lido no momento literário;
- organizar a roda de conversa com os discentes, para oportunizar a socialização dos mesmos, zelando pela

oralidade e encaminhamentos quantos a realização da atividade a ser proposta;

- distribuir aos discentes os materiais didáticos necessários, para que cada um registre suas perspectivas para o futuro, seus sonhos e suas vontades, para além do cotidiano escolar;
- promover momentos na roda de conversa para que o discente socialize com os colegas os resultados de suas produções;
- organizar previamente o espaço para que os discentes possam expor suas produções; e
- registrar as produções dos discente, para que seja utilizado no planejamento e na elaboração das rodas de conversas e atividades futuras envolvendo as competências socioemocionais.

#### 4.2 HUMANIZAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A humanização no processo de ensino e aprendizagem deve ter como centro a sensibilidade, a empatia e a equidade, sendo essenciais os saberes/fazeres que se estabelecem nas conexões produtivas, para a ampliação de

competências, habilidades e de novos conhecimentos.

A humanização no processo de ensino e aprendizagem considera a subjetividade do discente,

reconhecendo a sua especificidade, os seus sonhos, as frustrações e os medos, primando pelo contexto de Educação de forma integral, tendo comprometimento com os discentes e o pertencimento com o seu desenvolvimento educacional, compreendendo-os em sua totalidade.

A Instituição de Ensino não se restringe à instrução e ao desenvolvimento cognitivo, o seu papel social expande-se para o desenvolvimento de outras dimensões humanas, tais como: a emocional, social, física e cultural, importante para a formação integral dos discentes.

#### 4.3 PEDAGOGIA DA PRESENÇA

É um princípio que está presente em todas as ações de toda a equipe escolar, por meio de ações participativas e afirmativas em todo o cotidiano da Instituição de Ensino. A materialização desse princípio se dá por meio do estabelecer de vínculos de consideração, afeto, respeito e reciprocidade entre os discentes e os docentes.

Segundo (Costa, 2001) "estar presente" é mais do que "estar perto", é fazer com que a sua presença na vida do outro

Considerando o exposto é essencial o desenvolvimento de competências socioemocionais, ou seja, a capacidade de mobilizar, articular e colocar em atividades conhecimentos, valores, habilidades, atitudes e emoções, para resolver problemas do cotidiano, sejam eles de ordem pessoal ou social, como a perseverança, otimismo, solidariedade, empatia, resiliência, autodeterminação, entre outras, necessárias para que os discentes aprendam a relacionar-se melhor consigo mesmo e com os outros e melhorar suas condições de vida nos tempos atuais.

seja afirmativa, de modo que o discente compreenda o sentido de sua vida, que agregue sentido aos estudos, à convivência, à colaboração, à solidariedade, aos valores e à profissionalização.

A presença educativa é uma presença intencional e deliberada. Tem a intenção de exercer no outro uma influência construtiva, estar próximo, estar com alegria, sem oprimir nem inibir; sabendo afastar-se, no momento

oportuno, encorajando a crescer e a agir com liberdade e responsabilidade.

O educador francês Henry Wallon (1879-1962) é outro defensor da afetividade como motor propulsor para a aquisição e consolidação do desenvolvimento humano e da aprendizagem. Para ele, o processo de evolução de uma pessoa depende tanto da capacidade biológica do

sujeito quanto do ambiente onde se encontra.

A afetividade apresenta-se de três maneiras: pela emoção, pelo sentimento e pela paixão. Para ele, a emoção é a mais visível das manifestações, ela tem uma ativação orgânica, ou seja, não é controlada pela razão.

#### 4.4 COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS



As competências socioemocionais são capacidades individuais que se manifestam nos modos de pensar, sentir e nos comportamentos ou atitudes para se relacionar consigo mesmo e com os outros, estabelecendo objetivos, tomando decisões e enfrentando situações adversas ou novas.

Como estabelece a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ASSEMBLEIA GERAL DA ONU, 1948) e a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), a Educação visa o desenvolvimento pleno do ser humano. Para darmos mais um passo nessa direção, o Currículo do Espírito Santo define uma Matriz de Saberes com a qual as áreas de conhecimento devem se comprometer ao longo de toda Educação Básica. Uma Educação voltada para a integralidade do sujeito em suas dimensões cognitivas, sociais, emocionais, físicas, políticas e culturais pressupõe assumir uma Matriz de Saberes pautada em concepções sobre ser, conhecer, fazer e conviver, que

sustentam as relações entre os objetivos e direitos de aprendizagem, as competências e habilidades, em direção ao desenvolvimento da autonomia, que compreende também sua responsabilidade ética, histórica, política e social com o outro e com o mundo.

A proposta da Matriz de Saberes é contribuir para formar cidadãos para uma sociedade mais democrática, inclusiva e sustentável, e que se traduz na representação abaixo.

A Matriz de Saberes fortalece os olhares e as práticas metodológicas, contextualizadas e integradoras, dos profissionais da Educação, de modo a dar intencionalidade às ações já realizadas nas Instituições de Ensino. Ela direciona o trabalho em todos os Componentes Curriculares, permitindo processos educativos comprometidos com o desenvolvimento pleno em toda a trajetória escolar.

#### 4.4.1 Aprender a Conhecer

O Aprender a Conhecer aborda a aquisição de instrumentos do conhecimento que possibilitem aos sujeitos de aprendizagem o desejo por

A Matriz de Saberes contempla, para além das escutas, as competências gerais definidas na Base Nacional



Comum Curricular, bem como a competências tecnológicas, que se inter-relacionam e se desdobram nas e entre as 3 (três) etapas da Educação Básica. E ela ainda reflete uma relação com os 4 (quatro) Pilares da Educação.

A Base Nacional Comum Curricular e o Currículo do Estado do Espírito Santo adotado pela Rede Pública Municipal de Ensino de João Neiva possuem o trabalho pedagógico centrado nas competências socioemocionais que se encontram vinculadas nos 4 (quatro) Pilares da Educação: Aprender a Conhecer, Aprender a Fazer, Aprender a Conviver, Aprender a Ser.

compreender, conhecer e descobrir, que inclui o conhecimento científico e o estímulo ao desenvolvimento do pensamento investigativo, crítico e criativo, a predisposição em aprender e

LOPSB [assinatura]

a estabelecer processos de aprendizagem que o acompanhem e continuem em desenvolvimento ao longo da vida.

O pensamento investigativo, o crítico e o criativo ampliam as possibilidades ou alternativas para tomar decisões, propor soluções, articular informações, decidir no que acreditar, avaliar se uma argumentação, procedimentos ou resultados são viáveis. Identificam hipóteses, implícitas ou explícitas na argumentação, e rejeitam conclusões e pensamentos tendenciosos, avaliando a credibilidade das fontes de informação. Esses são alguns elementos importantes ao raciocínio.

#### 4.4.2 Aprender a Fazer

Aprender a Fazer envolve uma série de conhecimentos ligados à capacidade de realização.

O interesse pelo diálogo, a escuta ativa e a assertividade são importantes para a expressão de sentimentos e crenças de forma transparente, considerando o contexto social, bem como a disponibilidade de ouvir a outra pessoa com atenção e respeito. Envolve estar atento para tudo que a outra pessoa está transmitindo, tanto

A flexibilidade cognitiva e a metacognição são importantes para que todos estejam conscientes acerca do processo de aprendizagem, exerçam equilíbrio sobre ele, de forma a ajustá-lo em suas expectativas e necessidades. Esses são alguns elementos importantes ao aprender a aprender.

A curiosidade e a valorização das manifestações artísticas despertam a vontade de conhecer coisas novas, apreciar e dar valor as manifestações artísticas e culturais do seu e de outros grupos sociais. Esses são alguns elementos importantes ao interesse por aprender.

verbalmente quanto não verbalmente. Esses são alguns elementos importantes à comunicação.

A tomada de decisão, a resolução de problemas, a liderança, a colaboração, a cooperação e o trabalho em rede são importantes para o empenho mútuo e coordenado de um grupo de participantes a fim de solucionar um problema, tornando-os capazes de identificar vantagens e desvantagens das alternativas encontradas nas

10/5/2010

resoluções de problemas, assumindo as responsabilidades pelas escolhas feitas. Esses são alguns elementos importantes para o trabalhar em grupo.

O otimismo, o entusiasmo, a proatividade e o locus interno de controle estimulam o alcance e a busca

#### 4.4.3 Aprender a Conviver

Os relacionamentos nos conduzem a reflexão e possibilitam desenvolver: interesse por conviver, solidarizar-se com pessoas, sentimento de pertencimento e inclusão das diferenças e das diversidades.

Resistir a pressões sociais, saber procurar e oferecer ajuda e desenvolver relacionamentos contribuem para o amadurecimento de todas as dimensões humanas, o respeito frente as diferenças e diversidades em suas singularidades e pluralidades, com maior capacidade de enfrentamentos por meio de argumentos de suas convicções, de forma resiliente. Esses são alguns elementos importantes para iniciar, desenvolver e manter relacionamentos significativos.

O Espírito gregário, desenvolvimento de pertencimento, identidades com

de novas perspectivas de futuro. Está relacionado a envolver-se ativamente com a vida e com outras pessoas com vistas a possíveis mudanças em suas trajetórias. Esses são alguns elementos importantes para o protagonismo.

grupos, protagonismo social, empatia, solidariedade, resolução de conflitos promovem o gosto de estar e conviver com pessoas, sentindo-se parte de grupos e comunidades.

Ter atitudes voltadas para a melhoria da comunidade, mobilizando as pessoas para essa causa, compreendendo os sentimentos, pensamentos e emoções do outro para que esse se sinta melhor, sendo capaz de resolver os conflitos inevitáveis, com base na compreensão mútua, no diálogo e na consciência da interdependência entre pessoas e grupos, em busca da cultura pela paz. Esses são alguns elementos importantes para aprender e desenvolver interesse por conviver, se relacionar e se solidarizar com pessoas.

Respeitar o outro, valorizar a diferença e a abertura ao novo são importantes



para celebrar e ter orgulho da diversidade, reconhecendo que o outro existe, é diferente e tem tanto direito de existir quanto todos os outros seres do planeta. Possibilitam a oportunidade para o autoconhecimento e para realizar coletivamente o que não pode

#### 4.4.4 Aprender a Ser

Segundo Delors (2003) a Educação é antes de mais nada uma viagem interior, cujas etapas correspondem às da maturação contínua da personalidade". A parte mais importante desse processo talvez seja o "conhecimento de si mesmo para se abrir, em seguida, à relação com o outro".

O autoconhecimento, a auto proposição, a autoestima e a autoconfiança são importantes para conhecer suas próprias virtudes e fortalezas, assim como fragilidades e potencialidades. Envolve conhecer os próprios valores, crenças e entender como se sente em cada situação e o porquê. Envolve, também, reconhecer como se é percebido por outras pessoas e poder traduzir seus próprios sonhos e desejos num projeto de vida, coerente com seus valores e crenças,

ser realizado de maneira solitária. Trata-se de uma Educação voltada a lutar contra preconceitos e violências, mediar conflitos e valorizar a cultura da paz e do bem viver. Esses são alguns elementos importantes para entender e apreciar a diversidade e as diferenças.

interesses e potencialidades. Abrange a crença na própria capacidade de realizar determinadas atividades. Esses são alguns elementos importantes para a construção do projeto de vida.

Foco, organização, gestão emocional, perseverança, resiliência e autodeterminação são importantes para concentrar a atenção nas ações planejadas, resistir a interesses imediatos, saber se organizar e ser cuidadoso com os recursos que dispõem, gerenciar suas emoções a fim de expressar seus sentimentos em diferentes contextos e situações, não desistindo mesmo quando as dificuldades surgem ou se tornem desconfortáveis. Torna capaz de se fortalecer em situações difíceis. Esses são alguns elementos importantes para a execução do projeto de vida.

#### 4.5 AFETIVIDADE

Segundo estudos e obras de Jean Piaget, Henri Wallon e Lev Vygotsky, a Afetividade possui uma elevada relevância no processo pedagógico.

A Afetividade se refere a capacidade do ser humano de ser afetado positiva ou negativamente tanto por sensações internas como externas. A Afetividade é um dos conjuntos funcionais da pessoa e atua, em conformidade com a cognição e o ato motor, no processo de desenvolvimento e construção do conhecimento.

No Ensino Fundamental Anos Iniciais o discente necessita de relações afetivas estreitadas, pois há uma ampliação de tempo de interação entre os

discentes/docentes e demais profissionais da Educação, além de sensibilização para um melhor intervir na ação pedagógica em prol da ampliação do conhecimento dos discentes.

A Secretaria Municipal de Educação de João Neiva, enfatiza que a afetividade é primordial ao favorecimento das aprendizagens e que no desenvolvimento educacional dos discentes os sentimentos, as emoções e as experiências que são trocadas na interação no cotidiano escolar são fundamentais para que o processo educacional tenha sentido positivo para todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

#### 4.6 ESCUTA ATENTA E ATIVA

A escuta é a capacidade de ouvir. Em se tratando dos aspectos socioemocionais, e ainda, considerando o contexto educacional do Ensino Fundamental Anos Iniciais, em que os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem em meio a muitas transformações físicas e

emocionais, deve haver uma interação constante entre discentes/docentes, discentes/docentes, discentes/demais profissionais da Educação, há necessidade significativa em ampliar a escuta, ou seja, torná-la mais eficiente, mais comprometida, mais pertencente e ativa.

A escuta ativa é a maneira de tornar os diálogos mais produtivos, pois, permite que o ouvinte absorva, de fato, o conteúdo da fala do interlocutor, demonstrando interesse verdadeiro e proativo nos encaminhamentos de ações dos assuntos tratados.

A escuta ativa não é simplesmente ouvir, mas demonstrar interesse pelo assunto comunicado, evitando qualquer tipo de julgamentos sobre quem e o que está sendo falado. Portanto, há necessidade de um sentimento de compaixão na escuta e um envolvimento visando intervenções e/ou mediação para resolução dos fatos narrados.

Com o exposto é importante destacar que na escuta ativa não é preciso concordar com tudo o que é dito, mas simplesmente entender que há pensamentos e ideias divergentes das

nossas, mas que precisa ser compartilhada, considerada demonstrando interesse sobre o que está sendo dito, a fim de estabelecer uma relação segura e de confiança para com aquele que está falando e o que está sendo ouvido.

É por meio da escuta ativa que as comunicações produtivas se estabelecem, pois, há uma escuta compreensiva, tendo em vista uma ação interventiva em prol de tudo o que está sendo dito, visando melhorias nas interações educacionais vividas e vivenciadas.

Considerando o contexto, faz-se necessário que a equipe gestora da Instituição de Ensino exercite e aplique intensamente a escuta ativa junto a toda equipe escolar, no intuito de avançar significativamente no processo educacional dos discentes.



***5. A OFERTA DO  
ENSINO  
FUNDAMENTAL  
ANOS INICIAIS***

O Ensino Fundamental Anos Iniciais considerará, além do Currículo adotado pela Rede Pública Municipal de Ensino, atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas.

A oferta pública do Ensino Fundamental Anos Iniciais deve ser realizada de forma gratuita, em espaços educacionais instituídos legalmente, para o atendimento dos discentes em idade escolar obrigatória.

A organização das turmas no Ensino Fundamental Anos Iniciais, na Rede Pública Municipal, ocorre considerando o grupo etários e o desenvolvimento educacional constitutivos desta etapa da Educação Básica, com uma variação crescente denominada do 1º (primeiro) ao 5º (quinto) ano. Todavia, esses agrupamentos e suas faixas etárias não podem ser considerados de forma rígida, em virtude dos diferentes ritmos de desenvolvimento educacional e das peculiaridades de cada discente no processo de ensino e aprendizagem.

Na Rede Pública Municipal de Ensino de João Neiva esses agrupamento por ano/etários estão organizados em:

ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS	
ANO	FAIXA ETÁRIA
1º ANO	06 (seis) anos completos até 31/03
2º ANO	07 (sete) anos
3º ANO	08 (oito) anos
4º ANO	09 (nove) anos
5º ANO	10 (dez) anos

Fonte: INEP/Censo Escolar e Setor de Inspeção Escolar da Semed-2023

### 5.1 PÚBLICO-ALVO

Na Rede Pública Municipal de João Neiva o atendimento no Ensino Fundamental Anos Iniciais é realizado para os discentes de 06 (seis) anos de idade, completos ou a completar até a data base de 31 de março do ano corrente, conforme CNE/CEB nº 01/2018, de 9 de agosto de 2018, em tempo parcial, com duração mínima de 4 (quatro)

horas diárias ou em tempo integral, com duração mínima de permanência na Instituição de Ensino de 07 (sete) horas diárias, considerando os dispositivos normativos vigentes.

O atendimento ao Ensino Fundamental Anos Iniciais encontra-se organizado em turmas, considerando os grupos e a faixa etária dos discentes de 1º (primeiro) ao 5º (quinto) ano, na faixa etária de 06 (seis) aos 10 (dez) anos, conforme exposto na tabela a seguir:

ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS		
ANO	FAIXA ETÁRIA	DURAÇÃO
1º ANO	06 (seis) anos completos até 31/03	05 (cinco) Anos
2º ANO	07 (sete) anos	
3º ANO	08 (oito) anos	
4º ANO	09 (nove) anos	
5º ANO	10 (dez) anos	

Fonte: INEP/Censo Escolar e Setor de Inspeção Escolar da Semed-2023

No quadro abaixo é possível visualizar a movimentação em relação as matrículas no Ensino Fundamental Anos Iniciais na Rede Pública Municipal de Ensino de João Neiva, no período de 2016 a 2023.

MATRÍCULAS NO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS						
ANO	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO	TOTAL
2016	117	193	207	222	188	987
2017	167	175	218	186	217	963
2018	169	169	219	198	184	939
2019	172	164	177	196	189	898
2020	165	178	179	180	186	888
2021	178	164	168	179	173	862
2022	184	171	162	173	177	867
2023	160	173	170	151	159	813

Fonte: INEP/Censo Escolar e Setor de Inspeção Escolar da Semed-2023

20/05/23 

## 5.2 ACESSO E PERMANÊNCIA

O acesso dos discentes nas Instituições de Ensino do Ensino Fundamental Anos Iniciais, na Rede Pública Municipal se dará através do chamamento público de matrícula, por meio de Portaria expedida pela Secretaria Municipal de Educação.

O Gestor Escolar da Rede Pública Municipal de Ensino de João Neiva deve ter como premissa, de que nenhum discente em idade escolar obrigatória esteja fora da Instituição de Ensino, bem como não poderá abandonar os estudos, e que o sucesso na prevenção do abandono envolve ações específicas realizadas por todos os profissionais que compõem a Instituição de Ensino.

Considerando o pertencimento com o acesso e a permanência dos discentes nos estudos nas Instituições que ofertam o Ensino Fundamental Anos Iniciais, é obrigação de todos da equipe escolar, em especial do Gestor Escolar articular toda a equipe no monitoramento constante aos discentes da Instituição de Ensino, intensificando as ações na plataforma Busca Ativa Escolar, como o objetivo de identificar cada discente que possa estar em risco de abandono escolar, e desenvolver ações precisas para a permanência dos mesmos nos estudos.

A Secretaria Municipal de Educação acompanha a frequência dos discentes monitorando aqueles que apresentarem o nível de comprometimento na aprendizagem e na frequência, propondo estratégias em prol de avanços na qualidade educacional dos discentes matriculados na Rede Pública Municipal, por meio da equipe de técnico pedagógicos da etapa de ensino juntamente com o técnico referência no monitoramento municipal da plataforma Busca Ativa Escolar.

Visando erradicar o abandono escolar, a reprovação por rendimento escolar ou por faltas a Secretaria Municipal de Educação adotará a ampliação da Busca Ativa Escolar por meio de visita domiciliar realizada pela equipe do setor de diversidade e membros da equipe Busca Ativa reestabelecendo a conexão família Instituição de Ensino.

### 5.2.1 Transporte Escolar

No município de João Neiva, o Transporte Escolar é disponibilizado aos discentes matriculados na Rede Pública Municipal de Ensino, de forma compartilhada com o



Governo do Estado do Espírito Santo, em conformidade com a Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, na Lei Federal nº 10.880/04, alterada pela Lei Federal nº 11.947/2009, na Resolução/CD/FNDE nº 18/2021, na Lei Estadual nº 9.999/2013 alterada pela Lei Estadual nº 11.336/2022, na Portaria Estadual nº 225-R/2021, no Decreto Estadual nº 3.277/2013 e Portaria Municipal nº 4.005/2023.

O Transporte Escolar tem por objetivo garantir o acesso e a permanência dos discentes nas Instituições de Ensino mais próximas à sua residência, residentes em área rural, conforme Plano de Regionalização elaborado pela Secretaria Municipal de Educação.

Para dispor do serviço de Transporte Escolar, além da realização da matrícula na Instituição de Ensino mais próxima de sua residência, os discentes deverão residir a uma distância igual ou superior a 3 (três) quilômetros da respectiva Instituição de Ensino ou da linha tronco, excetuando-se dessa regra os seguintes casos:

- discentes com limitação temporária ou permanente de locomoção, decorrente de alguma doença ou deficiência física, sensorial ou mental, comprovado por laudo médico; e
- quando há situações em que for identificado risco de vida e áreas de vulnerabilidade.

Ressalta-se que em conformidade com a Lei Orgânica Municipal o pessoal lotado no Magistério Municipal terá direito a transporte gratuito onde houver transporte regular de discentes.

### **5.2.2 Alimentação Escolar**

Respeitada a legislação vigente é disponibilizada Alimentação Escolar aos discentes regularmente matriculados na Instituição do Ensino Fundamental Anos Iniciais.

A oferta de Alimentação Escolar deve ser realizada respeitando os valores e a segurança alimentar orientados por nutricionistas da Secretaria Municipal de Educação - Semed e profissionais capacitados na manipulação e preparo da alimentação.



Alimentação Escolar ofertada na Rede Pública Municipal de Ensino.

A Alimentação Escolar obrigatoriamente deve ser servida no refeitório, lugar destinado a alimentar e conviver, proporcionando assim um ambiente onde os discentes sintam-se acolhidos e respeitados.

Os refeitórios das Instituições de Ensino devem se constituir em espaços que promovam aprendizagens como: valores e atitudes, desenvolvimento da autonomia de forma que os discentes façam a melhor escolha dentro da prática da alimentação saudável e valor energético por faixa etária, a oportunidade de se servirem sozinhos evitando o desperdício e a valorização do trabalho de quem preparou o alimento, bem como a interação com os colegas e comunidade escolar durante as refeições.

As aprendizagens serão garantidas se o refeitório estiver organizado de forma que proporcione essa rotina. A intenção é aproximar os discentes das práticas sociais, colaborando para que incorporem essas práticas em suas vivências fora da Instituição de Ensino. Além da organização do self-service, das mesas e cadeiras, as paredes do refeitório devem comunicar o cardápio da semana, apresentando imagens de alimentos saudáveis, sem que essas figuras sejam estereotipadas.

É importante destacar que após os discentes realizarem a alimentação, o resto – ingesta deverá ser pesado, colocado em saco de lixo e descartado próximo ao horário da coleta.



Durante o ano letivo, as nutricionistas da Secretaria Municipal de Educação, realizam trabalhos de educação nutricional nas Instituições de Ensino, com intuito de conscientização e formação de hábitos alimentares saudáveis nos discentes, além de capacitar os manipuladores, de forma a modificar os alimentos em pratos saborosos e apresentáveis, respeitando os controles higiênico-sanitário e melhorando a aceitação da Alimentação Escolar.

Nas Instituições de Ensino da Rede Pública Municipal será realizada anualmente a Avaliação Nutricional, por meio de antropometria para verificar o perfil nutricional de cada discente e testes de aceitabilidade para conhecerem a aceitação do cardápio proposto quando há inclusão de alimentos ou preparações novas.

Vale ressaltar que mediante a laudos médicos, as nutricionistas fazem as adequações do cardápio de forma que o discente que possua alguma restrição, alergia ou intolerância possa se alimentar sem que tenha prejuízos nutricionais.

### 5.3 A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NA OFERTA DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

A Secretaria Municipal de Educação de João Neiva é a instância responsável pelas orientações nas competências: pedagógicas, administrativas, financeira e na gestão de pessoas das Instituições que ofertam o Ensino Fundamental Anos Iniciais.

Além das normas e atribuições específicas explícitas em legislação vigente, a Secretaria Municipal de Educação também possui o dever de:

- monitorar resultados de proficiência e de fluxo de discentes nas Instituições da Rede Pública Municipal, buscando elevar a qualidade do ensino ofertado;
- ofertar e/ou viabilizar as Formações Continuidas em Serviço, para os profissionais que exercem cargos e funções na oferta do Ensino Fundamental Anos Iniciais;
- orientar, acompanhar, monitorar e avaliar o desenvolvimento do Ensino Fundamental Anos Iniciais por meio de reuniões e análises de resultados a serem realizadas ao longo do ano letivo, com frequência e datas a serem definidas em cronograma específicos; e

SOPSA 

- garantir suporte às Instituição que ofertam o Ensino Fundamental Anos Iniciais e as equipes da Instituição, por meio de visitas periódicas dos técnicos da Semed, para fins de orientações, monitoramentos permanentes e suportes pedagógicos, administrativos e financeiros as mesmas.

#### 5.4 A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Na Rede Pública Municipal de Ensino de João Neiva a Organização Curricular do Ensino Fundamental Anos Iniciais levará em consideração o disposto na Base Nacional Comum Curricular, no Currículo do Estado do Espírito Santo adotado pela Rede Pública Municipal de Ensino, a Organização Curricular Anual Obrigatória e o disposto no Calendário Escolar Anual.

##### 5.4.1 A Base Nacional Comum Curricular

A Base Nacional Comum Curricular - BNCC é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os discentes devem desenvolver ao longo das etapas da Educação Básica, de modo a que tenham asseguradas as competências e as habilidades de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação.

O Documento da Base Nacional Comum Curricular está estruturado por Área de Conhecimento e Componentes Curriculares, focados no desenvolvimento das competências e habilidades dos discentes, visando promover o caráter ético, autônomo, crítico-reflexivo e emancipatório, condições imprescindíveis à atuação em contextos educativos, no mundo do trabalho e na vida em sociedade.

Na Área de Conhecimento cada Componente Curricular apresenta a sistematização das aprendizagens essenciais sendo essa organizada por:

- a) unidade temática;
- b) objeto de conhecimento;
- c) competências; e

d) habilidades.

As Áreas de Conhecimento agrupam conhecimentos que apresentam convergências e semelhanças, indicando o papel de cada Componente Curricular na construção do Currículo Integral, mantendo um diálogo constante, embora se preserve as especificidades e os saberes próprios construídos e sistematizados nos diversos Componentes Curriculares.

#### 5.4.1.1 Área de Conhecimento - Linguagens

A Área de Linguagens no Ensino Fundamental Anos Iniciais na Rede Pública Municipal de Ensino de João Neiva é composta pelo Componente Curricular de: Arte, Educação Física e Língua Portuguesa. Nesta Área de Conhecimento estuda-se as várias linguagens: oral, escrita, imagética (teatral, musical, cinematográfica, fotográfica e performática), objetivando a formação do discente leitor e escritor e despertar o senso crítico e reflexivo.

ÁREA DO CONHECIMENTO	COMPONENTE CURRICULAR
Linguagens	Língua Portuguesa
	Arte
	Educação Física

#### 5.4.1.2 Área de Conhecimento - Matemática

Na Área de Matemática, composta apenas pelo Componente Curricular de Matemática, prima para que o discente que ingressa no Ensino Fundamental é necessário que o trabalho seja pautado no desenvolvimento da alfabetização Matemática, que visa garantir a base de ensino dessa Área do Conhecimento, proporcionando às discentes condições de adquirir saberes e abstrair conceitos mais complexos ao longo da sua trajetória escolar e na vida cotidiana.

Para isso, é necessário pensar o processo de ensino da Matemática como ações que promovam a mobilização de ideias e conceitos. Dessa forma, toma-se como ponto de partida a imersão em diferentes contextos e não apenas o conteúdo escolar.

ÁREA DO CONHECIMENTO	COMPONENTE CURRICULAR
Matemática	Matemática

#### 5.4.1.3 Área de Conhecimento – Ciências da Natureza

A Área de Ciências da Natureza, composta pelo Componente Curricular de Ciências, o discente terá oportunidade de realizar investigações, levantar hipóteses, organizar informações, propor explicações, produzir relatos acerca do observado e estimular a curiosidade.

Portanto, o ensino de Ciências deve oferecer a oportunidade para que os discentes possam expressar-se sobre o que os deslumbram ou chocam, cuidar de si mesmos, dos outros e do ambiente em que vivem, favorecendo o encantamento pelo mundo, com o apoio das tecnologias e dos conhecimentos das Ciências.

ÁREA DO CONHECIMENTO	COMPONENTE CURRICULAR
Ciências da Natureza	Ciências

#### 5.4.1.4 Área de Conhecimento - Ciências Humanas

A Área de Ciências Humanas, esta é composta pelo Componente Curricular de História e Geografia. A Área de Ciências Humanas no Ensino Fundamental dedica-se aos estudos da existência humana e das suas intervenções sobre a vida em sociedade.

Tem por objetivo refletir sobre os seres humanos em suas múltiplas relações, assumindo relevante papel no sentido de ajudar a compreender o mundo, fornecendo instrumentos que possibilitem a análise, a interpretação e a sistematização de elementos que compõem a realidade social.

No Componente Curricular de História, faz-se necessário também entender o processo pelo qual os seres humanos transformam a realidade por meio do trabalho e de que forma isso interfere nas condições sociais, nos modos de pensar e de agir.

Para tanto, é necessário estabelecer relações entre os diferentes modos de vida da atualidade com outros tempos e lugares.

Não se trata de trazer ao universo escolar determinada interpretação do passado, mas sim uma proposta que considere que a História se produz sucessivamente por meio das contradições sociais. Considera-se que os acontecimentos da história de vida dos discentes devem ser o ponto de partida para a reflexão sobre sua realidade, que precisa ser expandida para outras realidades do presente e do passado.

Nesse sentido é imprescindível oferecer condições para que cada indivíduo possa refletir sobre qual o lugar que ocupa na História e de que maneira as identidades pessoais e sociais são construídas em determinada dimensão temporal, compreendendo as tensões decorrentes da complexidade das relações sociais.

No Componente Curricular de Geografia o discente começa a registrar por meio de desenhos o espaço percebido e através dos seus registros inicia a leitura desses espaços compreendendo-os e estabelecendo relações sociais entre eles. Apropriando-se dos conceitos o discente desenhará locais com os quais se familiariza e fará o uso de símbolos para representar pontos de referência, por exemplo.

A Geografia deve possibilitar aos discentes a análise e a compreensão crítica das organizações espaciais e suas interrelações. A partir do diálogo da problematização das competências e habilidades, é preciso levar os discentes, cada vez mais, à compreensão da intencionalidade da ação humana frente à ocupação e construção dos espaços e seus desdobramentos nas relações socioespaciais e das relações dos seres humanos com o meio no contexto dos modos de produção.

ÁREA DO CONHECIMENTO	COMPONENTE CURRICULAR
Ciências Humanas	Geografia
	História

#### 5.4.1.5 Parte Diversificada da Base Nacional Comum Curricular

##### 5.4.1.5.1 Área de Conhecimento - Ensino Religioso

Na legislação vigente, bem como na Base Nacional Comum Curricular o Ensino Religioso é estabelecido como oferta obrigatória nas Instituições de Ensino que atende ao Ensino Fundamental, com matrícula facultativa a criança.

Cabe ao Ensino Religioso tratar os conhecimentos religiosos a partir de pressupostos éticos e científicos, sem privilégio de nenhuma crença ou convicção. Isso implica abordar esses conhecimentos com base nas diversas culturas e tradições religiosas, sem desconsiderar a existência de filosofias seculares de vida. Dessa maneira, busca problematizar representações sociais preconceituosas sobre o outro, com o intuito de combater a intolerância, a discriminação e a exclusão. Por isso, a interculturalidade e a ética da alteridade constituem fundamentos teóricos e pedagógicos do Ensino Religioso, porque favorecem o reconhecimento e respeito às histórias, memórias, crenças, convicções e valores de diferentes culturas, tradições religiosas e filosofias de vida.

Caso haja criança em idade obrigatória, em que a família não opte pela oferta de Ensino Religioso, a municipalidade pode entender como obrigatório a oferta de outro Componente Curricular em substituição ao referido Componente Curricular.

ÁREA DO CONHECIMENTO	COMPONENTE CURRICULAR
Ensino Religioso	Ensino Religioso

#### 5.4.1.6 Temas Integradores da Base Nacional Comum Curricular

Na Base Nacional Comum Curricular, os Temas Integradores a saber:

TEMAS INTEGRADORES NA BNCC
Educação Ambiental
Educação para o Consumo
Educação Financeira e Fiscal

Educação Alimentar e Nutricional
Saúde, Vida Familiar e Social
Educação para o Trânsito
Educação em Direitos Humanos
Direitos da Criança e do Adolescente
Processo de Envelhecimento, Respeito e Valorização do Idoso
Diversidade Cultural
Educação das Relações Étnico-raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena
Trabalho, Ciência e Tecnologia

Fonte: Base Nacional Comum Curricular

Os Temas Integradores ao serem trabalhados no cotidiano escolar devem ser entrelaçados aos Componentes Curriculares, trazendo questões que atravessam as experiências dos sujeitos em seus contextos de vida, ações no público, no privado e no cotidiano. Devem ser vivenciados pelos discentes nos diversos espaços e contextos educacionais.

Para dar conta da complexidade que envolve a formação humana, numa perspectiva integral, outros temas devem aparecer no Currículo, numa perspectiva transversal, corroborando para integração entre Componentes Curriculares.

São temáticas a serem abordadas nas diferentes etapas da Educação Básica, e em todas as Modalidades de Ensino.

Devem ser vivenciadas e praticadas pelos discentes nos diversos espaços que ocupam, são mais que temas transversais ou multidisciplinares, transbordam quando praticadas no cotidiano da comunidade, pátio, ponto de ônibus e reunião entre amigos.

São Temas Integradores considerados na Base Nacional Comum Curricular:

#### 5.4.1.6.1 Educação Ambiental

É urgente a tomada de consciência pelas pessoas em relação ao mundo em que



vivem, sobretudo, diante de comportamentos que reforçam desperdícios, racismos, preconceitos e extremismos. Nesse contexto, as questões ambientais adquirem caráter fundamental para nossa sociedade. O Currículo do Espírito Santo pretende contribuir na formação cidadã de sujeitos conscientes de seus papéis sociais. A Resolução CNE/CP Nº 02/2012 (BRASIL, 2012), estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental e o Espírito Santo avança nessa direção ao instituir o Programa Estadual de Educação Ambiental (ESPÍRITO SANTO, 2017), fruto de um processo democrático com a participação ampla da sociedade capixaba, com o objetivo de promover o desenvolvimento socioambiental que garanta qualidade às gerações futuras.

O maior objetivo é tentar criar uma nova mentalidade em relação ao uso dos recursos oferecidos pela natureza, criando assim um novo modelo de comportamento, buscando um equilíbrio entre o homem e o ambiente.

#### 5.4.1.6.2 Educação para o Consumo

Quanto ao tema Educação para o Consumo, para marcar criticamente a percepção de uma sociedade que alimenta o consumo de forma descontrolada e não prática de maneira efetiva programas que diminuam os desperdícios e os resíduos dessa prática socioemocional, alimentar, físico e material na sociedade do século XXI.

#### 5.4.1.6.3 Educação Financeira e Fiscal

O tema Educação Financeira e Fiscal consiste na perspectiva de incentivar os estudantes a desenvolverem a prática do consumo consciente, através de comportamentos financeiros autônomos e saudáveis, como construir uma vida mais equilibrada e sustentável sob o ponto de vista financeiro, afetando diretamente a vida do estudante e da comunidade local. Dessa forma, as futuras gerações serão beneficiadas.

#### 5.4.1.6.4 Educação Alimentar e Nutricional

Do mesmo modo, a Educação Alimentar e Nutricional apresenta-se como fundamental para mudanças de comportamentos sociais que prejudicam os sujeitos e o ambiente. É tema integrador por romper fronteiras, promover intercâmbios entre diferentes conhecimentos e saberes acadêmicos e populares. Propõe enfrentar a obesidade e mudar hábitos alimentares que levam a doenças e morte. O diálogo dessa temática com a cultura, a sustentabilidade, a antropologia, o meio ambiente, a saúde e a gastronomia acarretam mudanças de atitudes e estão em discussão nos três documentos normativos e orientadores acerca das políticas e ações de Educação Alimentar e Nutricional, sendo esses:

- o Marco de Referência de Educação Alimentar para as Políticas Públicas;
- o Guia Alimentar para a População Brasileira; e
- a Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade.

#### 5.4.1.6.5 Saúde, Vida Familiar e Social

No documento curricular do Espírito Santo, visando à formação cidadã de forma global e abrangente, a abordagem do tema Saúde pretende que se desenvolvam atitudes necessárias a uma vida saudável, nos diversos modelos de família e em outros ambientes e grupos sociais, como a escola. Em consonância com a diversidade de formações familiares presente na atualidade, a Vida Familiar e Social é tema integrador que busca compreender a realidade social, os direitos e responsabilidades relacionados com a vida pessoal e coletiva e com a afirmação do princípio da participação política.

#### 5.4.1.6.6 Educação para o Trânsito

Como cidadãos, os estudantes devem assumir diversos papéis, entre eles, o de pedestres, passageiros e até condutores de veículos. Assim, o Parecer CNE/CEB Nº



22/2004 (BRASIL, 2004) solicita a inclusão da Educação para o Trânsito no currículo das escolas e o apresenta como tema transversal, em todos os níveis de ensino. A educação no trânsito não compreende apenas ensinar regras de circulação, mas, também, formar cidadãos participativos, responsáveis, autônomos e envolvidos com a preservação da vida.

#### 5.4.1.6.7 Educação em Direitos Humanos

A Educação em Direitos Humanos permite a formação de sujeitos ativos ao trazer conhecimentos que questionam e refletem a realidade social, histórica e cultural em que estamos inseridos. Assim, atores ativos e participativos geram transformação social e desenvolvem habilidades, potencialidades e consciência crítica. As diferenças sociais estão expostas em nossa sociedade como a miséria, pobreza extrema, intolerância religiosa, étnica e de gênero, condição social e deficiência, e estabelecem perigosos estereótipos. Diante dessa realidade, a Resolução CNE/CP N° 1/2012 constitui as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, como tema integrador que permite autotransformação e mudança social, política e econômica.

#### 5.4.1.6.8 Direitos da Criança e do Adolescente

O tema Direito da Criança e do Adolescente está em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) e deve ser considerado na Educação Básica, fazendo parte de práticas pedagógicas cotidianas. Em todas as áreas de conhecimento, o estudante deve vivenciar a cidadania de maneira participativa, conhecendo e praticando seus deveres e direitos.

#### 5.4.1.6.9 Processo de Envelhecimento, Respeito e Valorização do Idoso

Ao abordar o Processo de Envelhecimento, Respeito e Valorização do Idoso, busque-se uma educação que cultiva cidadãos participativos e críticos à sociedade do tempo



presente, na medida em que o envelhecimento vem se cristalizando como problema social e político no país e no Espírito Santo. Foram desenvolvidos meios legais para garantir a dignidade humana, com vistas à ampliação de direitos à pessoa idosa e proteção social, como o combate à violência, preconceito e qualidade de vida. O currículo do Espírito Santo é condutor de ações que se destinam a assegurar o exercício dos direitos e deveres sociais e individuais, além de combater preconceitos e estabelecer relações por meio da legislação, como o Estatuto da Pessoa Idosa, que almeja dignidade humana a todos os sujeitos.

O Projeto de Lei nº 3.646, de 2019, altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso, para substituir, em toda a Lei, as expressões "idoso" e "idosos" pelas expressões "pessoa idosa" e "pessoas idosas", respectivamente.

#### 5.4.1.6.10 Diversidade Cultural

Para que a tolerância e o respeito as diversidades sejam promovidas, se faz necessária a presença do tema Diversidade Cultural, Religiosa e Étnica. Arnaldo Antunes (1996) afirma musicalmente que "aqui somos mestiços, mulatos, cafuzos, pardos, mamelucos, sararás-crioulos, guaranisseis e judárabes, rientupis, orientupisameriquitalos, lusos, nipos, caboclos, orientupisiberibárbaros, indo-ciganagôs, somos o que somos - inclassificáveis".

#### 5.4.1.6.11 Educação das Relações Étnico-raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena

O Brasil, ao longo de sua história, estabeleceu um modelo de desenvolvimento excludente, reco-nhecendo a existência de preconceitos étnicos. É tempo de valorizar, divulgar e respeitar os processos históricos de resistência negra, indígena e de seus descendentes. Estabelecer o tema integrador Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, africana e Indígena significa buscar compreender valores e lutas dessas etnias e refletir com sensibilidade as formas de desqualificação criadas pelas classes dominantes ao longo do tempo. Buscando compreender as relações étnico-sociais, rumo à reparação histórica, a Lei nº 11.645,

13

20/03/2020



de 2008, inclui no currículo oficial da rede de ensino do país a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Ressaltamos, ainda, a importância da Resolução CNE/CP nº1/2004, que institui as diretrizes curriculares nacionais que devem ser observadas, sobre este tema, pelas instituições que atuam em todos os níveis e modalidades da educação no país.

#### 5.4.1.6.12 Trabalho, Ciência e Tecnologia

Em Ciência e Tecnologia os sujeitos são considerados como protagonistas em processos que garantam o bem-estar social e coletivo, a partir de novos caminhos e políticas que oportunizem aos estudantes o direito de discutir, pensar e criar no mundo do trabalho.

#### 5.4.2 Currículo da Rede Pública Municipal de Ensino

A Rede Pública Municipal de Ensino de João Neiva elaborou o Currículo em parceria com o Governo do Estado do Espírito Santo, o qual após todo o processo de elaboração, consulta pública e aprovação junto ao Conselho Estadual de Educação, efetivou a adesão total do documento restando apenas as adaptações no que se refere à parte diversificada, pois, a municipalidade optou por Componentes Curriculares já praticados na referida Rede.

##### 5.4.2.1 Base Nacional Comum Curricular no Currículo da Rede

A Rede Pública Municipal de Ensino de João Neiva no que se refere no disposto na parte que abrange a Base Nacional Comum Curricular no Currículo adotado pela Rede Pública Municipal de Ensino, prima pelas Áreas de Conhecimentos, os Componentes Curriculares e direitos de aprendizagens dos discentes.

A Rede Pública Municipal de Ensino de João Neiva, garante a Lei nº 11.738/2008, no que corresponde ao período para atividade extraclasse que dispõe a 1/3 (um terço) da jornada de trabalho do docente para planejamento, para garantir ao docente que



atua no Ensino Fundamental Anos Iniciais, o planejamento semanal de 05 (cinco) horas.

#### 5.4.2.2 Parte Diversificada do Currículo da Rede

A municipalidade na parte diversificada do Currículo da Rede, explicita todo o disposto na legislação vigente, aderiu a oferta de aulas do Componente Curricular de Aprofundamento em Leitura e Escrita-ALE, para os discentes não optantes pela oferta do Componente Curricular de Ensino Religiosos.

##### 5.4.2.2.1 Aprofundamento em Leitura e Escrita – ALE

O Componente Curricular de Aprofundamento de Leitura e Escrita – ALE, estabelece oferta de aula semanal, contabilizando a frequência escolar dos discentes, com foco a ampliar, por meio de metodologias diferenciadas, a capacidade leitora e comunicativa dos mesmos.

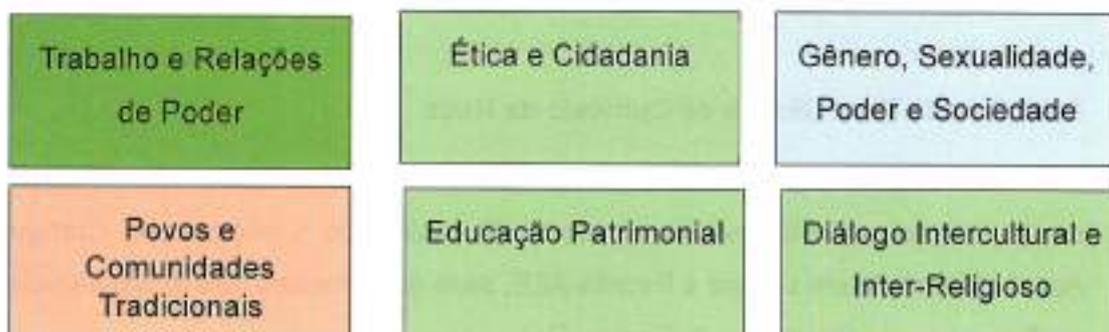
A aula de ALE se articulará cotidianamente aos Componentes Curriculares que tem como objetivo desenvolver as habilidades de escuta atenta, a ampliação de repertório literário oportunizando aos discentes práticas sociais de leitura e escrita, bem como a incorporação de estratégias de diferentes gêneros textuais que colaboram para o desenvolvimento da cultura leitora dos mesmos.

Para os discentes que o responsável não optar pelo Componente Curricular Ensino Religioso, serão garantidas aulas do Componente Curricular de Aprofundamento em Leitura e Escrita – ALE, para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com apuração de frequência e atribuição de conceito cursado.

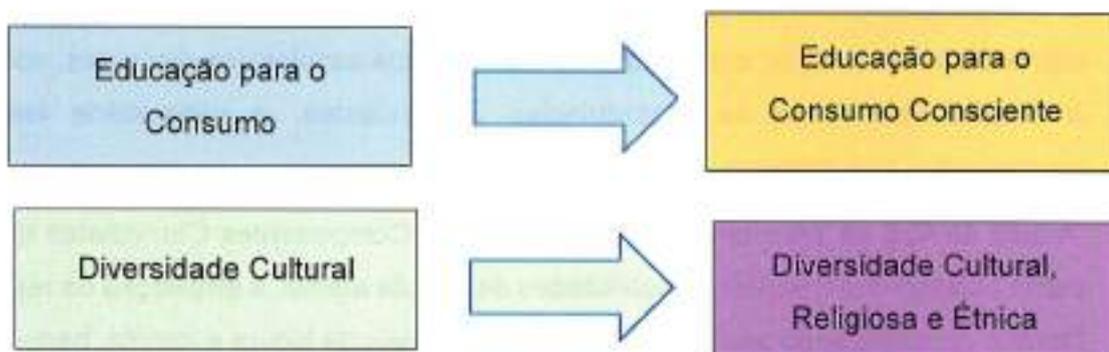
#### 5.4.2.3 Temas Integradores no Currículo da Rede

Na Rede Pública Municipal de Ensino de João Neiva, adota em sua prática pedagógica todos os Temas Integradores pertencentes a Base Nacional Comum Curricular e aqueles elaborados no Currículo do Espírito Santo acrescentados em virtude das variações específicas do Estado e municipalidade.

São Temas Integradores incluídos no Currículo do Espírito Santo, adotado pela Rede Pública Municipal:



Além dos Temas Integradores incluídos, também foram realizadas as alterações textuais em 02 (dois) Temas já existentes na BNCC, conforme abaixo:



Essas mudanças se fizeram necessárias, pois os Temas envolvem aprender sobre a sociedade atual, mudar comportamentos que comprometem a convivência democrática e estabelecer propostas de Políticas Públicas no futuro próximo.

Considerando o exposto os Temas Integradores no Currículo adotado pela Rede ficaram assim organizados:

<b>TEMAS INTEGRADORES DO CURRÍCULO ADOTADO PELA REDE</b>
Educação Ambiental
Educação para o Consumo Consciente
Educação Financeira e Fiscal

Educação Alimentar e Nutricional
Saúde, Vida Familiar e Social
Educação para o Trânsito
Educação em Direitos Humanos
Direitos da Criança e do Adolescente
Processo de Envelhecimento, Respeito e Valorização do Idoso
Diversidade Cultural, Religiosa e Étnica
Educação das Relações Étnico-raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena
Trabalho, Ciência e Tecnologia
Trabalho e Relações de Poder
Ética e Cidadania
Gênero, Sexualidade, Poder e Sociedade
Povos e Comunidades Tradicionais
Educação Patrimonial
Diálogo Intercultural e Inter-Religioso

Fonte: Base Nacional Comum Curricular e Currículo do Estado do Espírito Santo.

Os temas integradores adotados pela Base já foram especificados anteriormente no referido documento e abaixo segue apenas os que foram alterados no Currículo do Espírito Santo.

#### 5.4.2.3.1 Educação para o Consumo Consciente

Quanto ao tema Educação para o Consumo Consciente, para marcar criticamente a percepção de uma sociedade que alimenta o consumo de forma descontrolada e não prática de maneira efetiva programas que diminuam os desperdícios e os resíduos dessa prática sócio, emocional, alimentar, físico e material na sociedade do século XXI.

#### 5.4.2.3.2 Trabalho e Relações de Poder

Nessa concepção, surge o tema Trabalho e Relações de Poder, norteador de reflexões críticas que ressaltem as relações de poder e de dominação no processo de socialização e hierarquização no mundo do trabalho.

No espaço da casa, na produção agrícola, na cidade, nas indústrias, no trabalho formal e informal, no uso de tecnologias, no mercado e na sociedade em geral, as relações humanas compreendem um conjunto de atitudes que estruturam relações de poder e de desigualdade, e que precisam ser analisadas e enfrentadas de forma crítica.

#### 5.4.2.3.3 Ética e Cidadania

Um tema emergente e urgente de reflexão para uma sociedade cheia de contradições como a nossa. As atitudes dos indivíduos e as relações estabelecidas, os direitos políticos, sociais e civis merecem e precisam ser atravessados por todas as áreas de conhecimento, uma vez que milhões de brasileiros vivem em situação de pobreza extrema, a taxa de desemprego aumenta no país, há um baixo nível de alfabetização e a violência vivida na sociedade aumenta gradativamente por conta dos radicalismos e desrespeito à diversidade.

#### 5.4.2.3.4 Gênero, Sexualidade, Poder e Sociedade

A adição desse tema decorre de o fato da sociedade brasileira carregar uma marca autoritária: já foi uma sociedade escravocrata, além de ter uma larga tradição de relações políticas paternalistas e clientelistas, com longos períodos de governos não democráticos. Até hoje é uma sociedade marcada por relações sociais hierarquizadas e por privilégios que reproduzem um altíssimo nível de desigualdade, injustiça e



exclusão social.

Os estudos de gênero surgem entre as décadas de 1970 e 1980 como uma forma de interpretar os saberes que são construídos socialmente com base nas diferenças percebidas entre os sexos (SCOTT, 1995). A categoria de análise de gênero aponta que, conforme os interesses presentes em cada sociedade e época, se produzem delimitações sobre os comportamentos desejáveis ou não, implicando nas possibilidades de acesso à educação e ao trabalho, nas maneiras de se vivenciar os afetos e a sexualidade.

Essas diferenciações são ainda significativas para compreender o fato de uma pessoa ser alvo e tolerar uma violência porque o gênero assim o determina. É o caso de mulheres que são vitimadas e mortas por seus parceiros ao decidirem, por exemplo, romper com a relação, pois há um entendimento de que o casamento e o cuidado com a casa e com os filhos são espaços de realização, por excelência, femininos, e de que os homens têm poderes sobre as mulheres, podendo recorrer à violência nos casos em que sintam seu papel de provedor e chefe da família ameaçado ou que identifiquem um desvio da norma por parte das mulheres.

Nesse sentido, o gênero é fundamental para compreendermos a cultura patriarcal que caracteriza a sociedade capixaba e que estabelece uma hierarquia entre os gêneros, fazendo com o que o Espírito Santo figure entre os estados que mais matam mulheres no país, conforme demonstra o último Mapa da Violência, publicado por Julio Waiselfisz (WASELFISZ, 2015) apud (Currículo do Espírito Santo).

#### 5.4.2.3.5 Povos e Comunidades Tradicionais

Correspondem aos Povos e Comunidades Tradicionais os grupos culturalmente diferenciados, que possuem condições sociais, culturais e econômicas próprias, mantendo relações específicas com o território e com o meio ambiente no qual estão inseridos.

No Espírito Santo, as singularidades encontradas merecem ser demarcadas no documento curricular de forma integralizada, buscando o respeito, o princípio da sustentabilidade e a sobrevivência desses povos e comunidades, no que diz respeito aos aspectos físicos, culturais e econômicos, assegurando a permanência das próximas gerações. Evidenciam-se nas terras capixabas a presença dos ciganos, dos quilombolas, dos indígenas, dos pescadores artesanais, dos povos de terreiros e dos pomeranos.

Essa temática se ampara no Decreto Federal nº 6.040/2007 (BRASIL, 2007), que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, e no Projeto de Lei do Senado nº 367/2015 (BRASIL, 2015), que estabelece as diretrizes e os objetivos para as políticas públicas de reconhecimento, valorização e respeito à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais, fortalecendo o diálogo, a participação desses sujeitos nos processos de formação educativos.

#### 5.4.2.3.6 Educação Patrimonial

Uma gíria, afinar o cavaco, bater o tambor, contar um "causo" ou uma história de pescador, aquela velha construção, a receita de bolo de cenoura ou de uma boa moqueca, a feira, a rua, a cadeira, o quadro na parede, celebrações e manifestações folclóricas, uma paisagem, a velha canção de amor, de rap ou de ninar, o museu queimado. Tudo isso faz parte do patrimônio cultural brasileiro e do Espírito Santo. Por isso, demarca-se esse tema da Educação Patrimonial como fundamental para colaborar no reconhecimento, valorização e preservação por parte da sociedade atual.

Os processos educativos oriundos dessa proposta devem buscar a construção coletiva do conhecimento, por meio do diálogo, de visibilidade, de combate ao



preconceito e às intolerâncias e também da ocupação desses espaços, além de disseminar noções importantes e abrangentes de sobre o patrimônio histórico e cultural capixaba.

#### 5.4.2.3.7 Diálogo Intercultural e Inter-Religioso

Por fim, mas sem esgotar outras possibilidades de temas integradores nas práticas cotidianas das escolas, apresentamos o último tema elencado pelo Currículo do Espírito Santo. Em uma época marcada pela pluralidade de ideias religiosas e multiculturais, o Diálogo Intercultural e Inter-Religioso, baseado no respeito, no crescimento mútuo e nas relações baseadas em igualdade entre diferentes culturas, etnias e religiões, torna-se fundamental no combate aos preconceitos e às intolerâncias em vista de uma ética mundial. Não basta aceitar a diversidade, é necessário estabelecer com ela o diálogo construtivo.

#### 5.4.3 Organização Curricular Anual Obrigatória

A Organização Curricular do Ensino Fundamental Anos Iniciais, tem um total de no mínimo 200 (duzentos) dias letivos, organizados em no mínimo 40 (quarenta) semanas, tendo a carga horária anual: 833.20 (oitocentos e trinta e três horas e vinte minutos). A carga horária hora/aula legalmente instituída corresponde a 50 (cinquenta) minutos.

No Município há oferta do Ensino Fundamental em tempo parcial com carga horária de 5 (cinco) horas diárias e integral com carga horária de 7 (sete) horas diárias a permanência do discente na Instituição de Ensino.

A Organização Curricular Anual amparada para o Ensino Fundamental Anos Iniciais será aprovada e regulamentada anualmente na municipalidade, devendo essa ser desenvolvida de forma integrada, considerando as competências e as habilidades de cada Área de Conhecimento e dos Componentes Curriculares, bem como os Temas Integradores do Currículo adotada pela Rede Pública Municipal de Ensino, respeitada as normas do Sistema Municipal de Ensino de João Neiva.

20/12

20/12

#### 5.4.4 Calendário Escolar

O Calendário Escolar do Ensino Fundamental Anos Iniciais, primará pelo total de no mínimo 200 (duzentos) dias letivos, tendo a carga horária mínima anual obrigatória de 800 (oitocentas) horas, na oferta parcial e como carga horária anual de 1.172 (mil cento e setenta e duas) horas e 30 (trinta) minutos, organizados em 03 (três) trimestres.

O Calendário Escolar do Ensino Fundamental Anos Iniciais será aprovado e regulamentada anualmente na municipalidade, devendo esse conter as organizações dos trimestres, os dias destinados a estudos formativos, férias e recesso escolar para os profissionais do Magistério, feriados Municipal, Estadual e Federal, os Conselhos de Classe referente a cada trimestre.



***6. ORGANIZAÇÃO  
PEDAGÓGICA NO  
ENSINO  
FUNDAMENTAL  
ANOS INICIAIS***

Como em toda atividade profissional, o bom direcionamento e os bons resultados derivam necessariamente de uma ação bem planejada, organizada e bem executada.

Na Educação esse cenário não é diferente, assim, a organização do trabalho pedagógico deve ser o primeiro passo para uma Educação de qualidade, tendo sempre como referencial a Base Nacional Comum Curricular, que norteia a Educação a nível Nacional, o Currículo da Rede Municipal de Ensino, as Práticas Pedagógicas Institucionalizadas e Inegociáveis, o resultado Diagnóstico Sociocultural e Econômico e da Avaliação Diagnóstica dos discentes.

Nesse sentido as Diretrizes Pedagógicas para o Ensino Fundamental Anos Iniciais de João Neiva, apresentam as seguintes orientações gerais tendo em vista o ano letivo:

- organizar o quadro de servidores com carga horária de 25 (vinte e cinco) horas ou 40 (quarenta) horas semanais, a serem cumpridas integralmente no interior da Instituição de Ensino, com atividades pedagógicas multidisciplinares ou de gestão

especializada, abrangendo Componentes Curriculares da Base Nacional Comum Curricular e da Parte Diversificada;

- viabilizar condições e recursos para formação em serviço referente a Proposta Política Pedagógica do Ensino Fundamental Anos Iniciais e toda a equipe escolar na primeira semana do ano letivo;

- estimular e incentivar os docentes na ambientação dos espaços escolares e tematização das salas de aula na semana de acolhimento e ao longo do ano letivo, visando a construção de ambientes favoráveis e afetivos para a permanência dos discentes no espaço escolar;

- garantir, mensalmente e quando necessário a participação e o envolvimento da equipe técnica pedagógica do Ensino Fundamental Anos Iniciais para orientação e monitoramento do Currículo adotado pela Rede Pública Municipal de Ensino;

- garantir, mensalmente e quando necessário, a participação dos profissionais da Educação Especial nas reuniões, oferecendo espaços destinados ao compartilhamento de experiências e discussão de assuntos relacionados à inclusão;

- realizar encontros formativos com os docentes de todos os Componentes Curriculares que compõem a Organização Curricular da Rede;

- disponibilizar para as famílias dos discentes os questionários do Diagnóstico Sociocultural e Econômico e o de expectativas da família em relação a oferta do Ensino Fundamental Anos Iniciais;

- realizar a eleição de líderes e vice-líderes de turma, conforme normativa e proporcionar a participação dos eleitos nas decisões e soluções dos problemas da Instituição de Ensino, materializando o princípio da gestão democrática com base nas normativas vigentes;

- reunir bimestralmente o Conselho de Líderes de turma para discutir assuntos pertinentes ao espaço e cotidiano escolar, bem como tratar de questões pedagógicas e rotineiras da Instituição de Ensino;

- estabelecer parcerias intersetoriais com instituições públicas e privadas e agentes do território para a participação da comunidade nas atividades pedagógicas em apoio aos docentes;

- exercer a pedagogia da presença em todos os espaços e momentos do cotidiano escolar;

- envolver os discentes em práticas e vivências protagonistas de forma autônoma, acompanhando e apoiando sempre que demandado;

- definir coletivamente objetivos, ações e prazos para alcance de metas na construção do Plano de Ação da Instituição de Ensino, que deverá ser avaliado periodicamente e atualizado anualmente, de acordo com necessidades específicas;

- estabelecer prazos para elaboração e entrega dos Planos de Ensino para a equipe de docentes; e

- organizar agenda de avaliação e de monitoramento das aulas com os docentes e equipe gestora.

## 6.1 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INSTITUCIONALIZADAS E INEGOCIÁVEIS

As Práticas Pedagógicas Inegociáveis são ações intencionais definidas pelas Secretaria Municipal de Educação,

para execução nas Instituições de Ensino da Rede Pública Municipal, como forma de contribuir para a

aprendizagem e desenvolvimento educacional dos discentes.

No Ensino Fundamental Anos Iniciais, existem práticas pedagógicas que foram institucionalizadas na Rede Pública Municipal de Ensino de João Neiva há muitos anos e tem resultados em aprendizagens significativas no processo educacional da Rede. Essas ações educativas, didáticas, metodológicas e o fazer pedagógico no cotidiano escolar a Rede Pública Municipal de Ensino denomina como

Práticas Pedagógicas Institucionalizadas e Inegociáveis.

São exemplos de Práticas Pedagógicas Inegociáveis, a saber: o cuidado e o zelo com os espaços e os tempos de aprendizagens, as atividades permanentes, a mais variadas estruturas da sistematização pedagógica, as atividades permanentes Institucionalizadas da Rede, os cuidados com o espaço alfabetizador, a utilização de Caderno de Texto, os projetos institucionalizados da Rede, dentre outras ações.

### 6.1.1 Os Espaços de Aprendizagens

As Instituições de Ensino dispõem de uma diversidade de espaços propícios a aprendizagem tanto nas salas de aulas, como nas demais dependências da Instituição, o que oportuniza às novas descobertas e aprendizagens.

Os espaços de aprendizagens devem ser planejados e precisam ter como objetivo o protagonismo dos discentes, promovendo uma reflexão constante por parte do docente e equipe pedagógica da necessidade da reorganização desses espaços. Que visam a construção de um ambiente que, além de propício às

aprendizagens sociais, motoras e cognitivas, possibilitem interações prazerosas, assim como o desejo de permanecerem nestes espaços.

Os espaços que serão utilizados para múltiplas experiências educativas devem estar em consonância com a Proposta Política Pedagógica da Instituição de Ensino de modo a garantir a continuidade das ações planejadas que envolvam desde o ingresso dos discentes na Instituição de Ensino até a transição para o Ensino Fundamental Anos Finais.

2015A 

Considerando o exposto, quanto mais o espaço for significativo e desafiador, possibilitará experiências, vivências, exploração e descobertas desses lugares e materiais disponibilizados, promovendo interações entre os discentes, tendo os servidores adultos como mediadores de aprendizagens significativas.



Momento de leitura literária. Foto: arquivo do DAPC/UF Santa Maria/2023

Desse modo, o espaço não pode ser organizado visando o adulto mais as especificidades dos discentes. Por isso, a organização precisa consentir a liberdade de expressão, o diálogo, a participação, imaginação, movimentação, acessibilidade e as contribuições histórico-culturais das crianças.

Partindo deste princípio, é fundamental reafirmar que o espaço escolar precisa ser cuidadosamente planejado, organizado e preparado, considerando assim, a segurança e o acolhimento

aos discentes, bem como, oportunizar o seu protagonismo ao organizar esse espaço de acordo com seus interesses e vivências, promovendo desafios para a exploração, por parte dos mesmos.

Nas Instituições de Ensino Fundamental Anos Iniciais da Rede Pública Municipal de João Neiva as práticas pedagógicas primam pela valorização das experiências relacionadas as diferentes linguagens, manifestações artísticas, culturais, e científicas de acordo com contexto social dos discentes.

Em estudos formativos com os profissionais da Educação da Rede Pública Municipal de João Neiva, com o objetivo de repensar os espaços escolares como espaços de aprendizagens, constatou-se que a utilização de desenhos estereotipados e infantilizados de domínio popular, e ambientes excessivamente decorados (por adultos) e coloridos não oportunizam a melhor opção para compor um lugar de convivência e aprendizagem dos discentes.

A Rede Pública Municipal de Ensino de João Neiva prima que os espaços da Instituição de Ensino sejam estruturados com as produções dos

discentes, considerando o seu percurso criativo, imaginário e educativo, respeitando sua construção e produção individual e coletiva.

Nesse sentido, os espaços da Instituição devem ser acolhedores, ricos em referências artísticas e culturais, expor as produções dos discentes, fixando-as em altura que favoreçam a interação dos discentes com as suas produções, favorecendo o desenvolvimento da autonomia dos mesmos, suas interações com as produções dos demais colegas. Esses espaços ainda devem possibilitar à equipe gestora equacionar a atenção individualizada, o trabalho coletivo e o protagonismo de cada discente.

Os espaços das Instituições de Ensino em nossa municipalidade prima pelos seguintes aspectos:

- exposição das produções dos discentes, na altura das mesmas, pois, possibilita a apreciação de suas criações e dos colegas;
- espaços de atividades diversificadas, bem diferenciadas e identificáveis, para valorizar a ação produtiva dos discentes;
- organização de espaços de fácil acesso aos discentes como: cantos de

leitura, de fantasias, de jogo simbólico, de artes, de blocos de construção, dentre outros, com estantes, prateleiras e/ou armários na altura dos discentes, para possibilitar a autonomia dos mesmos; e

- sala de leitura, para que os discentes tenham acesso a bons livros e desenvolvam o comportamento leitor e o gosto pela leitura.

Os espaços das Instituições de Ensino da Rede Pública Municipal de João Neiva devem revelar as concepções de ensino e de aprendizagens desenvolvidos nas Instituições de Ensino, apresentando de maneira explícita o trabalho pedagógico desenvolvido com os discentes e o perfil dos docentes que atuam na referida Instituição.

Dessa forma os espaços se tomam ambientes de aprendizagens à medida que as interações, as produções e a exposição do trabalho educacional vão acontecendo e sendo apresentados a todos da comunidade escolar.

É primordial que esses espaços sejam organizados para proporcionar interação, acolhimento, segurança e fomentar a autonomia, liberdade de escolha e a brincadeira, em que o

discente é o centro e o foco de toda essa organização e do fazer pedagógico.

### 6.1.2 Os Tempos de Aprendizagens

Os tempos de aprendizagens nas Instituições de Ensino Fundamental Anos Iniciais da Rede Pública Municipal de Ensino, precisam ser planejados com foco nas aprendizagens dos discentes e para tanto, deve-se levar em consideração todo o contexto pedagógico em cada momento de permanência dos discente no ambiente escolar.

A Proposta Político Pedagógica da Instituição de Ensino e a proposta metodológica do docente precisa primar pelas Áreas de Conhecimentos e pelos Componentes Curriculares, tendo como premissa avanços significativos no processo educacional do discente, despertando nele posturas de curiosidade e interesse. É necessário também estar atento para os saberes que o mesmo compartilha nos momentos das interações.

Outro ponto de extrema relevância no aproveitamento do tempo de aprendizagem é o docente estar atento ao desenvolvimento do discente,

respeitando a especificidade de cada um, pois eles apresentam um ritmo de aprendizagem específico, ao realizar as atividades. Porém, além do docente observar e acompanhar o desenvolvimento das atividades, é necessário monitorar como cada discente constrói suas estratégias de resolução das atividades.

Para que as aprendizagens no Ensino Fundamental Anos Iniciais se tornem significativas, produtivas e favoreçam desenvolvimento dos discentes, é necessário que a oferta educacional aconteça de forma sistematizada, com foco na organização do cotidiano escolar, atuando com regularidade e intencionalidade das atividades diárias, quanto as semanais, trimestrais, semestrais e anual, para que essas cumpram com a progressão das aprendizagens dos mesmos.

A sistematização do trabalho diário nas turmas de Ensino Fundamental Anos Iniciais deve favorecer prioritariamente momentos coletivos de aprendizagens,

que oportunizem as interações entre os discentes, docentes e demais adultos, espaços e objetos envolvidos no processo de ensino e de aprendizagem.

Neste sentido, é essencial que se leve em consideração atividades permanentes, sistematizadas, desafiadoras e significativas no cotidiano educacional, primando por sequência didática e projetos que contribuam ao processo de ensino e aprendizagem.

Na Rede Pública Municipal de Ensino de João Neiva, existem práticas pedagógicas que são permanentes. A sistematização sequenciada de atividades estruturadas e desenvolvidas diariamente nas turmas de Ensino Fundamental Anos Iniciais deve primar pela organização dos tempos didáticos.

Nas Instituições de Ensino de Ensino Fundamental Anos Iniciais a organização das ações desenvolvidas junto ao discente em determinado tempo é denominada de sistematização.

Isto posto, minimamente na sistematização diária da organização e prática pedagógica da sala de aula no

Ensino Fundamental Anos Iniciais da Rede Pública Municipal de Ensino, deve ser organizada com a presença de atividades permanentes e atividades do cotidiano escolar, tendo como base o Currículo adotado pela Rede e as Práticas Pedagógicas Inegociáveis.

O tempo da aprendizagem diz respeito às vivências necessárias para que os discentes consigam estabelecer pontes, ter dúvidas, expor seus pontos de vista, fazer e refazer, relacionar-se com o outro, acessar o conhecimento por meio de diferentes vias.



Representação de momentos de trabalho coletivo e individual durante as aulas de Língua Portuguesa em uma turma de Ensino Fundamental Anos Iniciais.

A transformação dos tempos e dos espaços escolares em tempos e espaços de aprendizagens produz uma relação de pertencimento dos discentes com a Instituição de Ensino, criando oportunidades para que eles se apropriem dos espaços institucionais e possam encontrar e deixar neles suas marcas identitárias.

As atividades de aprendizagens podem acontecer em sua grande parte em

2015A [assinatura]

salas de aula, mas devem explorar outros espaços, muitas vezes pouco utilizados na Instituição de Ensino. É preciso reconhecer o potencial de uso pedagógico de todos os espaços escolares.

A sala de leitura, o pátio, a quadra, o refeitório, os corredores e os laboratórios podem e devem ser usados, de modo intencional, para promover uma dinamicidade diferente, lúdica, exploratória, que permita outros movimentos fundamentais na promoção de aprendizagens.

Para garantir a organização do tempo de aprendizagens, os Componentes

Curriculares são previamente organizados e distribuídos na semana letiva, respeitando a sistematização diária e semanal da Rede Pública Municipal de Ensino.

A Instituição de Ensino com oferta do Ensino Fundamental Anos Iniciais funcionará de segunda-feira a sexta-feira, respeitando o Calendário Escolar, com horários reservados para as atividades pedagógicas educacionais, organizados em aulas com duração regulamentada na legislação vigente, e horários reservados a alimentação, higienização e descanso para todos.

### **6.1.3 Atividades Permanentes Institucionalizadas**

As Atividades Permanentes Institucionalizadas são sistematização de organizações diárias, semanais, trimestrais, semestrais e anuais, bem como as situações didáticas propostas que ocorrem com regularidade por uma estrutura contínua e sistematizada, com obrigatoriedade de realização em todas as Instituições que ofertam o Ensino Fundamental Anos Iniciais na Rede Pública Municipal de Ensino as quais alicerçam a metodologia, a

didática e práticas pedagógicas docentes.

A ofertas das Atividades Permanentes Institucionalizada aos discentes no decorrer do processo de ensino e aprendizagem asseguram o contato dos mesmos de formas rotineira a aquisição de competências e habilidades, que possibilitam a construção de novos conhecimentos para os discentes.

Na oferta das referidas atividades a sistematização pedagógica e o planejamento das ações são primordiais para a realização de intervenções pontuais nas necessidades dos discentes, quer seja individual ou de forma coletiva.

Manter substancialmente práticas pedagógicas, com regularidades é garantir a impregnação de sentidos ao fazer educacional, o que propicia aos discentes, torna-se protagonistas em cada ação educacional da Instituição de Ensino.

Para melhor organização da sistematização pedagógica em seu cotidiano a equipe gestora deve manter seus planejamentos enquanto equipe e direcionar as atividades previstas no Plano de Ação, com o fluxo às reuniões sistematizadas e de agendas.

Nas Instituições de Ensino de Ensino Fundamental do município de João Nelva, as atividades permanentes fazem parte da prática pedagógica da Rede, desde o ano de 2001, variando entre as seguintes atividades:

- cantos diversificados de leitura, jogos didáticos, jogos matemáticos, materiais concretos e materiais da natureza;
- acolhimento;
- alimentação, higienização e cuidados pessoais;
- brincadeiras dirigidas ou livres, no pátio interno ou externo;
- rodas de conversas informais ou direcionadas;
- rodas de leituras, feita pelo docente, com a exploração de diferentes gêneros literários e textuais;
- Sarau Literário trimestral;
- momentos de cantigas de roda, músicas e parlendas;
- momento cultural;
- uso dos espaços coletivos como sala de leitura;
- momentos de recreação;
- momento cívico semanal com o hino: Nacional, Estadual e Municipal;
- apreciações artísticas como exposições; e
- outros.

### 6.1.3.1 Sistematização Diária

Nas Instituições que ofertam o Ensino Fundamental Anos Iniciais faz-se necessário a Prática Pedagógica Inegociável em que o docente apresentar aos discentes o roteiro de aula, que deve ser escrito no canto esquerdo da lousa, discriminando as atividades que serão desenvolvidas ao longo do dia letivo, por ordem de execução.

A referida prática situa os discentes no tempo pedagógico, oferecendo-lhes condições de acompanhar o cumprimento do que foi planejado para o dia letivo.

A sistematização diária permanente institucionalizada pela Rede Pública Municipal de Ensino a ser desenvolvida na íntegra pelas Instituições que ofertam o Ensino Fundamental Anos Iniciais deve conter:

- acolhimento diário aos discentes e familiares;
- chamada e monitoramento da frequência escolar dos discentes;
- organização dos discentes obrigatoriamente por meio de filas na entrada de cada turno escolar;
- realização de momentos cívicos, com entoação do Hino Nacional na segunda-feira, o Hino do Espírito Santo na quarta-feira e o Hino do Município na sexta-feira;
- informes do dia;
- substituição do sinal sonoro na entrada e nos intervalos por músicas ricas em mensagens implícitas e explícitas, que devem ser selecionadas minuciosamente pela equipe gestora da Instituição de Ensino, proporcionando um clima mais agradável ao ambiente escolar e aproveitando esses momentos para ampliar a formação cultural e musical dos discentes;
- momentos literários preferencialmente no início das aulas;
- leitura do ambiente alfabetizador da sala de aula em se tratando de turmas no ciclo de alfabetização;
- uso permanente do Caderno de Texto;
- ambiente de aprendizagens da sala de aula, contando com a exposição e uso materiais ricos em aprendizagens (alfabeto, listagem de nomes completos dos discentes, numerais, dias da semana, exploração dos cartazes e/ou planisférios de

acordo com os Componentes Curriculares);

- marcação do calendário: (dia, mês e ano);

- contagem dos discentes (monitoramento da frequência escolar e organização do material para os que estão ausentes); e

- atividades dos Componentes Curriculares da Base Nacional Comum Curricular, conforme disposto no horário escolar.

No desenvolvimento da sistematização diária há a obrigatoriedade de que as atividades propostas estejam estruturadas, considerando no mínimo 4 (quatro) situações didáticas: leitura pelo discente, leitura pelo docente, escrita pelo discente e escrita pelo docente.

Em relação ao ambiente alfabetizador e o caderno de texto, as Diretrizes Pedagógicas para o Ensino Fundamental Anos Iniciais apresentam os seguintes encaminhamentos.

#### 6.1.3.1.1 Ambiente Alfabetizador



Considera-se ambiente alfabetizador, toda a organização de cartazes necessários ao processo de ensino e aprendizagem que são elaborados de forma conjunta entre os discentes/docentes, visando melhor

compreensão das competências e habilidades vinculadas ao Currículo.

Na leitura do ambiente alfabetizador, em se tratando das salas de alfabetização é indispensável a leitura do alfabeto, numerais, dias da semana, exploração dos nomes dos discentes, marcação do calendário - dia, mês e ano, a contagem dos discentes. Porém, nas demais salas a leitura do ambiente também é indispensável, pois todo espaço escolar é espaço de aprendizagem.

#### 6.1.3.1.2 Caderno de Texto

O Caderno de Texto tem a finalidade de incentivar o gosto pela leitura e aguçar o apetite poético, musical, dando especial atenção aos processos de aprendizagens dos discentes.

A intenção é fundamentar a prática pedagógica, aprofundando as aprendizagens de sistematização, proposta pela Instituição de Ensino.

Trata-se de um caderno comum, preferencialmente de 96 (noventa e seis) folhas, para que o uso aconteça no decorrer de todos os dias letivos e nele são coladas cópias de textos conhecidos dos discentes.

A proposta surgiu da constatação de que muitos discentes se alfabetizam a partir da leitura de textos que já sabem de memória, como: as músicas, os poemas, as listas de nomes de familiares e amigos e outros textos de conteúdo conhecido. A Rede Pública Municipal de Ensino adotou como prática inegociável o trabalho pedagógico com os textos estáveis e as listas organizadas, considerando os campos semânticos.

O Caderno de Texto tem como propósitos principais:

- trabalhar com textos reais, de diferentes gêneros textuais;
- apresentar um repertório de textos conhecidos dos discentes;
- organizar os textos trabalhados pela turma;
- desenvolver atividades de leitura compartilhada;
- incentivar os discentes a lerem antes de saber fazê-lo de forma convencional;
- socializar com os familiares alguns dos textos que circulam na sala de aula;
- promover a leitura e consulta dos textos sempre que os discentes desejarem e ou necessitarem;
  - criar um referencial estável de textos/palavras que podem ser usados nos momentos de produção textual;
  - incentivar a prática da leitura e o desejo de ler;
  - apresentar situações reais em que os discentes tenham que utilizar estratégias de leitura e ajustar o que sabem de memória ao que está escrito;
  - desencadear atividades de leitura que exigem reflexões sobre a escrita convencional;

• favorecer algumas aprendizagens importantes sobre: o fato de que todo escrito poder ser lido, a linguagem que se usa para escrever, a disposição gráfica dos diferentes gêneros textuais, o valor sonoro convencional das letras; e

• ajudar os discentes a avançarem nos seus conhecimentos sobre a escrita.

• Oportunizar os discentes a avançarem nos seus conhecimentos sobre a escrita.

O trabalho com o Caderno de Texto deve ser iniciado e organizado a partir da Educação Infantil (03 (três) anos) e o referido Caderno torna-se uma oportunidade para que as crianças se reconheçam capazes de ler.

A seleção dos textos deve sempre ter como critérios principais as características, conhecimentos e preferências da turma e a qualidade do material, tanto do ponto de vista do conteúdo, como da apresentação gráfica.

O trabalho pedagógico com a utilização do Caderno de Texto possibilita resgatar textos significativos da cultura popular, ampliar o repertório de textos conhecidos, aprender que tudo o que é

dito, cantado, recitado pode ser escrito, e que os textos são diferentes e se organizam graficamente de maneira diferente.

A partir dos 06 (seis) anos, além dessas vantagens pedagógicas, a utilização do Caderno de Texto com regularidade e significado educacional serve também como fonte de consulta para a escrita dos discentes, em situações espontâneas ou orientadas pelo docente.

Para que a utilização do Caderno de Texto tenha êxito e significado ao processo de ensino e de aprendizagem, alguns cuidados são extremamente importantes, tais como:

• garantir, na página inicial do Caderno, uma breve apresentação do mesmo com os seus objetivos, para que os envolvidos no processo educacional do discente saibam para que serve e como será utilizado o referido Caderno nos momentos de estudos em casa e na própria Instituição de Ensino;

• reservar 03 (três) páginas, para a elaboração progressiva do sumário, sempre que possível com a escrita dos discentes dos títulos e das páginas

correspondentes a cada texto anexado no interior do Caderno;

- Numerar as folhas após o sumário.

- A numeração deve ser feita no canto inferior da folha, em frente e verso, para em seguida realizar as colagens de textos que serão utilizados ao longo da semana, mês ou trimestre;

- Numerar as folhas após o sumário.

- Os textos iniciais que deverão compor o Caderno de Texto, cita-se: a identificação da Instituição de Ensino, a lista de nomes completos dos discentes da turma, o alfabeto maiúsculo e minúsculo, a lista dos meses do ano, os dias da semana, a tabela de números, os nomes dos números de zero a vinte, os nomes das dezenas exatas, os nomes das centenas exatas, a biografia dos poetas/poetisas, bem como as dos cantores/compositores que serão trabalhados com a turma ao longo dos trimestres letivos, cópias dos poemas, cópias das letras de músicas, curiosidades;

- garantir uma boa apresentação do material (textos bem impressos, com letra legível e de tamanho adequado, recortados e colados, buscando sempre a autonomia do discente.

- incentivar os discentes a terem uma atitude de cuidado com o Caderno;

- manter a diagramação dos textos tal como é feita nos portadores de origem;

- não permitir ilustração no Caderno de Texto, pois não se pretende que os discentes reconheçam os textos a partir das imagens, mas sim de outras estratégias de leitura;

- deixar claro que o Caderno de Texto deve ser mantido sempre junto com o material escolar.

Consideração a digitalização dos textos para o Caderno de Texto, deve ser respeitada as seguintes orientações:

- no tipo de letras leva-se em conta a fonte Arial, no tamanho 12, na cor preta, escrita dentro da caixa de texto, com contorno de espessura 3pt;

- Nos alfabetos não devem ser destacadas as consoantes das vogais;

- a lista dos dias da semana deve iniciar pelo primeiro dia que é o Domingo, e assim sucessivamente;

- incorporar a prática de utilização do Caderno de Texto em no mínimo 03 (três) vezes por semana sendo que em uma delas devem ser explorados os textos estáveis, na outra o discente com o comportamento leitor e na outra,

139

LOPSA 

onde os discentes utilizarão como fonte de pesquisa na resolução das atividades propostas.

Nas atividades de casa, o Caderno de Texto precisa assegurar a sensibilização e a participação da família no processo da leitura.

O Caderno de Texto deve ser organizado considerando duas

vertentes, simultaneamente: uma delas com textos como parlendas, poemas, quadrinhas, músicas MPB, listas e outros textos que os discentes sabem de memória. E a outra, com textos que auxiliem os discentes no interesse em compartilhar com familiares e amigos: biografias, curiosidades, fábulas, piadas, receitas e outros.

#### 6.1.3.2 Sistematização Semanal

Nas Instituições de Ensino Fundamental Anos Iniciais faz-se necessário a realização das Práticas Inegociáveis das atividades permanentes de leitura: Momento Literário, curiosidade, Música Popular Brasileira - MPB, poemas, leitura de texto informativo e Recontos Literário.

As referidas atividades da Sistematização Semanal devem acontecer no início das aulas, e essas são distribuídas ao longo da semana.

Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
Momento Literário	Momento Literário	Momento Literário	Momento Literário	Momento Literário
Curiosidade	Música Popular Brasileira-MPB	Poemas	Leitura do Texto Informativo	Reconto Literário

##### 6.1.3.2.1 Momento Literário

O Momento Literário contribui significativamente na formação dos discentes e ajuda os mesmos a ampliar conhecimentos quanto aos comportamentos e posturas de leitores,

pois oportuniza experiências positivas de aprendizagens.

Para a realização do Momento Literário, faz-se necessário a leitura de textos narrativos, realizados em voz alta pelo leitor.



Atividade permanente de leitura na turma de 3º e 4º Anos.  
DVAPEIF Barra do Trunfo-2023.

A Rede Pública Municipal de Ensino de João Neiva, além de considerar os propósitos sociais da leitura, ou seja, ler para se encantar, ou para se entreter, ou para se emocionar, também por trás dessa ação estão os propósitos didáticos, ou seja, o que se quer que o discente aprenda quando participa desta ou daquela situação de leitura:

- compreender o propósito social da escrita;
- ampliar o repertório linguístico;
- aprender comportamentos de leitores experientes;
- habituar-se com o estilo mais formal da linguagem escrita;
- apropriar-se das características linguísticas que diferenciam a linguagem escrita da linguagem falada;
- conhecer mais sobre o estilo de um determinado autor;
- conhecer a linguagem que está escrita nos livros;

- apreciar a linguagem literária.

Entre os comportamentos do leitor que implicam interações com outras pessoas acerca dos textos, encontram-se, por exemplo, os seguintes:

- comentar ou recomendar o que se leu;
- compartilhar a leitura;
- confrontar com outros leitores as interpretações geradas por um livro ou uma notícia e discutir;
  - sobre as intenções implícitas;
  - antecipar o que segue no texto;
  - reler um fragmento anterior para verificar o que se compreendeu, quando se detecta uma incongruência;
  - saltar o que não se entende ou não interessa e avançar para compreender melhor;
  - identificar-se com o autor ou distanciar-se dele assumindo uma posição crítica;
  - adequar a modalidade da leitura – exploratória ou exaustiva, pausada ou rápida, cuidadosa ou descompromissada – aos propósitos que se perseguem e ao texto que se está lendo.

Dentre os aspectos importantes da aprendizagem da Língua, o destaque dado à leitura como prática permanente

na Instituição de Ensino implicará na reorganização de materiais, do espaço e dos procedimentos didáticos, a fim de construir um ambiente que facilite a imersão dos discentes na cultura escrita:

- organização de um acervo de textos contemplando diferentes gêneros, que circulam em nossa cultura, incluindo boa seleção de livros de literatura infantil já existentes na Instituição de Ensino, colocando-os ao alcance dos discentes para que possam manuseá-los, explorá-los, lê-los, compartilharem as leituras no espaço escolar e também no espaço familiar;

- inserção, na sistematização diária, de momentos de leitura de um texto selecionado, preparado com antecedência pelo docente, para que os discentes possam desfrutar do universo mágico da linguagem literária.

- seleção dos livros: ao escolher o livro, é importante que o docente considere e avalie a qualidade literária da obra – ou seja, uma história envolvente, de vocabulário complexo, de dilemas, conflitos, encantamento, humor, surpresas, enfim, provida de elementos que tocam o ouvinte ou o leitor.

Assim, a escolha do que se vai ler para os discentes deve ser criteriosa, levando em conta a ampla variedade de textos e toda a diversidade em cada gênero e autores: contos, lendas, fábulas, crônicas, textos dramáticos, etc.

É importante ressaltar que se o docente optar por livros que apresentam histórias mais curtas, moralizantes, com vocabulário simplificado, elas não são os melhores textos, para ajudar os discentes a estabelecer uma relação mais profunda com a literatura, além de não permitir que eles apreciem uma narrativa complexa e vivenciem as surpresas da linguagem das histórias bem escritas, enfim, esses textos não convocam, não apaixonam o leitor.

Na organização do tempo e do espaço a leitura diária com um tempo de duração que não ultrapasse 20 (vinte) minutos, para que não se comprometa a realização de outras atividades diárias.

O espaço onde a turma vai ouvir a leitura deve ser bem cuidado.

No planejamento do momento da leitura em voz alta realizada pelo docente, envolvendo o texto literário, é importante garantir:

A preparação da leitura com antecedência:

Ler em voz alta exige preparação, ensaio e conhecimento minucioso do texto a ser lido. A adequação do tom de voz, o ritmo de leitura, a pronúncia das palavras e o envolvimento com o texto merecem atenção especial.

Antes de iniciar a leitura faz-se necessário alguns cuidados tais como:

- Informar os discentes sobre o texto que será lido, se é um conto de fadas, de assombração, uma lenda, uma fábula, uma crônica, para que possam antecipar a trama da história;
- mostrar o livro, explorando a capa, orelha, contracapa, imagens, etc.;
- comentar sobre o autor, sua obra, seu estilo, enfim, sobre o motivo que o levou a escolher o texto.

Esses procedimentos ajudam o discente a se interessar pela escuta da leitura e a antecipar significados do texto.

Durante a leitura é importante que o docente:

- comente as passagens que lembram outras histórias e personagens, sentimentos, lembranças suscitadas pelo texto;

- leia o texto na íntegra, sem omissões de trechos ou substituição de palavras difíceis por sinônimos;

- interrompa a leitura em um trecho interessante, instigante da história e peça que os discentes tentem antecipar o que vai acontecer no momento seguinte;

- pare para apreciar a linguagem do autor, os recursos linguísticos que utilizou para deixar o texto mais bonito.

Ao final do Momento Literário faz-se necessário que o docente tenha a prática de deixar os discentes manusearem o livro, compararem com outras histórias, visando a ampliação de repertório.

O objetivo dessa leitura é permitir que os discentes descubram o prazer de ouvir ou de ler um texto. É por meio da literatura de ficção que se constrói uma relação estreita com o mundo fantástico da linguagem.

#### 6.1.3.2.2 Curiosidade

A Leitura de Curiosidades é uma das Atividades Permanentes de Leitura que ocorrem semanalmente nas Instituições Públicas de Ensino da Rede Municipal. O trabalho pedagógico com esse gênero busca instigar nos discentes a curiosidade, a aquisição de novos conhecimentos, e, sobretudo, posicionamento crítico diante das informações.

Este trabalho deve ser desenvolvido de forma sistemática. Inicialmente o docente seleciona a curiosidade a ser lida. A leitura é realizada em voz alta, pelo professor, preferencialmente direta do portador, tais como: O Guia dos

Curiosos, O Livro das Invenções, ambos de autoria do escritor Marcelo Duarte, Editora Cia das Letras – como sugestão – ou de outras fontes e outros autores.

Após a leitura da curiosidade, é importante que o docente faça uma mediação acerca da informação apresentada, fazendo perguntas, levantando hipóteses e instigando os discentes a se interessar e buscar por mais informações sobre o assunto.

As curiosidades podem ser fixadas em um mural de Curiosidades, para apreciação da comunidade escolar.

#### 6.1.3.2.3 Música Popular Brasileira- MPB

A Rede Pública Municipal de Ensino de João Neiva tem como Prática Pedagógica Inegociável o trabalho com a Música Popular Brasileira, uma vez que reconhece uma proposta importante para o ensino da história, da cultura e da identidade brasileira, além de contribuir para o desenvolvimento afetivo e socioemocional. Ao explorar letras, melodias e contextos históricos, o docente pode criar conexões entre a música e os diferentes períodos da

história do país, desde os movimentos de resistência à ditadura militar até as questões sociais contemporâneas. Dessa forma, a MPB se torna uma porta de entrada para o estudo de temas relevantes e para a reflexão sobre a nossa sociedade.

Além disso, a MPB estimula o desenvolvimento da sensibilidade estética e da apreciação artística nos discentes. Ao analisar as características musicais e poéticas das

canções, os discentes são incentivados a refletir sobre as diferentes formas de expressão artística e a valorizar a diversidade cultural do Brasil.

Outro aspecto importante do trabalho do docente com a MPB em sala de aula é a promoção da reflexão crítica sobre temas sociais e políticos. Muitas músicas brasileiras abordam questões como desigualdade social, injustiça, preconceito e violência, fornecendo material rico para discussões em sala de aula. Ao analisar as letras e os contextos de produção das músicas, os discentes são incentivados a refletir sobre as injustiças da sociedade e a buscar formas de transformação e engajamento cívico.

Além disso, a MPB pode contribuir para o desenvolvimento de competências e habilidades linguísticas dos discentes. Ao estudar letras de músicas, os discentes têm a oportunidade de expandir seu vocabulário, aprimorar sua compreensão textual e desenvolver suas habilidades de interpretação e análise.

Por fim, a Música Popular Brasileira se torna uma aliada poderosa na construção de uma Educação democrática e emancipatória, que

estimula o pensamento crítico, a criatividade e o respeito à diversidade.

O trabalho com MPB é uma atividade didática permanente de leitura e oralidade que acontece em um dia da semana definido previamente pela equipe pedagógica e docente.

O trabalho com a Música Popular Brasileira tem como etapas:

- a definição de um compositor/cantor de MPB para ser trabalhado em cada trimestre;
- a seleção do acervo das obras (músicas), de textos biográficos, textos autobiográficos e fotos do compositor selecionado;
- organização e impressão do material selecionado para compor o repertório da turma;
- apresentação à turma do compositor selecionado, que pode ser com fotos, vídeos, livros, textos informativos.
- organização de um espaço na sala de aula com exposição de materiais sobre o artista (letras de músicas, curiosidades, imagens, biografias, entrevistas, etc.). Esse espaço deve ser gradativamente ampliado, considerando os estudos desenvolvidos ao longo do trimestre em

relação ao compositor, com a participação dos discentes, ao longo do trimestre, para ampliação do conhecimento da vida e obra do compositor;

- apreciação de obras do artista, ao longo do trimestre: ouvir e cantar as

#### 6.1.3.2.4 Poemas

O trabalho pedagógico com Poemas é uma das Atividades Permanentes de Leitura, institucionalizada na Rede Pública Municipal de Educação de João Neiva a serem realizadas semanalmente. Trabalhar com este gênero tem como propósito: enriquecer o universo cultural dos discentes, estimular a sensibilidade poética, possibilitar o trabalho com a linguagem oral.

A efetivação dessa prática oportuniza aos discentes:

- Conhecer e memorizar um repertório de poesias por meio da leitura feita em suas diferentes formas: leitura pelo discente, pelo docente, pela turma, por um convidado, que, inclusive, pode-se valorizar um poeta da terra;

- Adquirir fluência na leitura de poemas;

músicas, com a cópia da letra colada no caderno de texto;

- seleção, a partir do repertório trabalhado, as músicas que serão apresentadas no Sarau Literário, definindo a forma de apresentação.

- Desenvolver sensibilidade e gosto pela leitura de textos poéticos, interessando-se pela busca de novos títulos nos espaços destinados a esse fim (biblioteca, sala de leitura, etc.).

- Identificar, nos textos poéticos lidos, os jogos de palavras que envolvem significado ou formas, as rimas, as repetições que marcam os ritmos, as intenções do autor, a beleza da linguagem, etc.;

- Adquirir mais confiança em si mesmos como leitores;

Para iniciar o trabalho é necessário que o docente selecione um autor ou um poeta, a cada trimestre. Apresente-o à turma para conhecer suas principais obras, fatos mais marcantes de sua vida e o contexto histórico. Feito isso, recomenda-se:

- Selecionar os poemas e textos biográficos do poeta a ser estudado,

fazendo uma cópia para cada discente, garantindo que todos sejam colados no Caderno de Texto;

- Iniciar o repertório com poemas de menos complexidade linguística, sem deixar de oferecer, gradativamente, os de maior complexidade;

- Realizar a leitura dos poemas apresentados de diferentes formas: no individual, no coletivo, pelo docente, por coros;

- Conversar com os discentes sobre as impressões que tiveram ao ouvir os poemas, de forma significativa do tempo didático;

- Apresentar à turma vídeos ou áudios do poema declamado por outras

pessoas, disponibilizados no Youtube e outras mídias;

- Gravar a declamação de poemas feita pela turma, para que eles mesmos se apreciem e se avaliem;

- Ouvir proposituras feitas pelos discentes em relação a gravação do poema que eles declamaram;

- Conversar sobre os avanços atingidos com a realização dessa atividade, em relação às aprendizagens a ela pertinentes.

O repertório com poemas, construído semanalmente, possibilitará ao discente realizar com sucesso a declamação de poemas com ritmo e entonação adequados ao texto na culminância do Sarau Literário.

#### 6.1.3.2.5 Leitura do Texto Informativo

A leitura do texto Informativo é uma das Atividades Permanentes de Leitura que ocorrem semanalmente nas Instituições de Ensino da Rede Pública Municipal de Ensino. A escolha do gênero justifica-se pelo fato de o texto informativo desempenhar um papel crucial na disseminação do conhecimento e na formação de opinião pública. Por meio dele, as pessoas têm acesso a fatos, dados e

análises sobre os mais variados temas, o que contribui para a promoção do pensamento crítico e para o enriquecimento intelectual do discente.

O trabalho pedagógico com textos informativos tem a intencionalidade de desenvolver nos discentes habilidades como:

- Reconhecer algumas convenções típicas do gênero;

- Reconhecer as imagens que, geralmente acompanham esse tipo de texto como fonte de informação;

- Adquirir mais confiança como leitores, atrevendo-se a antecipar os significados dos textos;

- Formular perguntas a partir das informações contidas nos textos lidos.

Para o desenvolvimento desse trabalho nas Instituições de Ensino, inicialmente o docente seleciona, criteriosamente, o texto a ser lido, podendo ser um artigo de jornal ou revista, textos enciclopédicos, oriundos de portadores impressos ou on-line.

#### 6.1.3.2.6 Reconto Literário

O Reconto Literário é uma estratégia pedagógica que envolve a releitura e a reescrita por parte dos discentes, com o objetivo de desenvolver suas habilidades de compreensão, interpretação e expressão escrita. Essa prática, quando bem conduzida em sala de aula, apresenta uma série de benefícios para o processo de aprendizagem dos discentes.

O Reconto Literário estimula o envolvimento ativo dos discentes com as obras literárias, transformando-os de meros receptores passivos em

Feito isso, o docente lê o texto em voz alta para a turma, fazendo a mediação entre os discentes e o texto: a antecipação, a inferência ou verificação das hipóteses levantadas; a partir do título, das imagens, dos pressupostos. Dessa forma, o docente oportuniza que os discentes socializem e sistematizem o que estão aprendendo sobre o assunto em pauta.

Após a apreciação do texto, este pode ser fixado em um mural da sala, construindo uma coletânea de assuntos relevantes do trimestre.

protagonistas ativos do processo de leitura. Ao relatar uma história com suas próprias palavras e perspectivas, os alunos são desafiados a compreender profundamente os elementos narrativos, como personagens, enredo, ambientação e mensagem central. Esse processo de reconstrução e interpretação da história contribui para uma compreensão mais profunda e significativa do texto original.

Além disso, o Reconto Literário promove o desenvolvimento das

habilidades de expressão escrita dos discentes. Ao escreverem o reconto, eles são incentivados a organizar suas ideias de forma clara e coerente, a utilizar adequadamente a linguagem escrita e a desenvolver sua criatividade e imaginação. Essa prática contribui para o aprimoramento da escrita e para o desenvolvimento da autonomia dos discentes como produtores de textos.

Outro aspecto relevante do trabalho com o Reconto Literário é sua capacidade de promover a reflexão crítica e o debate em sala de aula. Ao compartilharem seus recontos com os colegas, os discentes têm a oportunidade de discutir diferentes interpretações e pontos de vista sobre a história, enriquecendo sua compreensão e ampliando seus horizontes. Além disso, o Reconto Literário pode ser utilizado como ponto de partida para atividades de análise.

comparativa entre diferentes versões da mesma história, estimulando o pensamento crítico e a capacidade de avaliação.

O trabalho com o Reconto Literário contribui para o desenvolvimento da empatia e da sensibilidade dos discentes. Ao se colocarem no lugar

dos personagens e vivenciarem suas experiências através do reconto, os discentes são estimulados a refletir sobre questões sociais, emocionais e morais presentes na história. Isso os ajuda a desenvolver sua capacidade de se colocar no lugar do outro, de compreender diferentes realidades e de valorizar a diversidade humana.

Por fim, o Reconto Literário pode ser uma ferramenta poderosa para a promoção da inclusão e da diversidade na sala de aula. Ao permitir que os discentes recontem histórias utilizando suas próprias vivências, culturas e identidades, o professor cria um ambiente de valorização da pluralidade e do respeito à diferença. Isso contribui para a construção de uma Educação mais inclusiva, que reconhece e valoriza a diversidade como um patrimônio cultural e humano.

Ressalta-se que a prática do trabalho pedagógico com o Reconto Literário em sala de aula é uma estratégia valiosa para o desenvolvimento integral dos discentes, estimulando sua compreensão, expressão e reflexão sobre o mundo ao seu redor. Ao promover o envolvimento ativo dos discentes com as obras literárias, o Reconto Literário contribui para a

formação de leitores críticos, criativos e empáticos, capazes de compreender e

transformar a realidade através da literatura.

### 6.1.3.3 Sistematização Trimestral

O desenvolvimento da Sistematização Trimestral também é uma Prática Pedagógica Inegociável, pois considera as competências e habilidades do Currículo vigente, bem como a realização de atividades permanentes de leitura centradas nas obras de compositores e poetas que apresentam qualidade literária em suas obras.

Em cada trimestre faz-se necessário que cada turma do Ensino Fundamental Anos Iniciais se trabalhe a biografia e as obras de um poeta e um compositor por meio do desenvolvimento de uma sequência de

atividades significativas, para realização de um Sarau Literário ao final de cada trimestre letivo.

No trabalho pedagógico com as músicas e os poemas é primordial que os docentes, bem com a equipe pedagógica das Instituições de Ensino, realizem uma análise criteriosa para a seleção das músicas e poemas que comporão o repertório do trimestre, visando o enriquecimento dos conhecimentos culturais dos discentes, considerando a faixa etária dos discentes e primando por um repertório incomum ao cotidiano vivido pelos mesmos.

#### 6.1.3.3.1 Sarau Literário



O Sarau Literário se caracteriza como evento cultural que combina música,

literatura, dança, teatro, entre outras manifestações artísticas, que promove a cultura e a integração social de um determinado do grupo.

O Sarau Literário contribui muito com o desenvolvimento integral dos discentes. A participação em saraus promove muitas aprendizagens, pois

2015/16

coloca em jogo habilidades essenciais dentro das práticas de linguagem, especialmente a oralidade e a leitura.

Bem planejados e organizados, os momentos de Saraus Literários podem:

- desenvolver competências de escuta e fala;
- valorizar e evidenciar a importância de atividades coletivas e colaborativas;
- dar destaque, valorizar e respeitar diferentes artes e culturas;
- auxiliar na superação da timidez ao permitir a expressão e estimular a autoconfiança;
- estimular a leitura e a escrita;
- possibilitar o cuidado de si e melhorar a autoestima.

O Sarau Literário é uma forma democrática de disseminar a literatura, além de aproximar os participantes da cultura literária. É uma forma de democratização do acesso à arte e para a formação de novos leitores, resgate da tradição oral, já que muitas vezes as obras são declamadas ou cantadas. Dessa forma, o evento proporciona uma experiência única de imersão na literatura, com a possibilidade de vivenciar as emoções e interpretações das palavras ditas e

ouvidas. Pensando em toda a riqueza de conhecimento o trabalho na Rede Municipal é realizado por todos os segmentos da Educação Infantil etapa creche aos Anos Finais do Ensino Fundamental, contribuindo para o fortalecimento da cultura literária e da identidade cultural dos discentes.

Para o planejamento do Sarau Literário, os docentes e a equipe pedagógica se reúnem no início de cada trimestre letivo e realizam uma escolha criteriosa, de poetas da literatura brasileira e compositores da Música Popular Brasileira que serão trabalhados ao longo dos trimestres.

O docente planeja uma sequência de atividades com o propósito de ampliar o repertório cultural dos discentes, oportunizando-os a conhecer e apreciar as obras dos poetas e compositores, e também as biografias e autobiografias desses autores.

Desenvolvidas as atividades, o docente e os discentes selecionam e organizam o repertório e a forma de apresentar os poemas e as músicas no Sarau Literário: para a apresentação dos poemas, os discentes podem ler ou declamar individualmente, em pequenos grupos ou coletivamente,

assim como as músicas que são cantadas coletivamente.

Para a apresentação poética e/ou musical, pode-se optar por uso ou não de recursos tais como os instrumentos, a projeção, coreografia, imagens, dentre outros.

Tomadas essas decisões, o docente conduzirá os ensaios, que devem acontecer em uma rotina semanal, para garantir a desenvoltura e sucesso na apresentação.

Decidido isso, é necessário organizar o evento definindo local, o dia e o horário em que acontecerá; a produção dos convites, as formas de divulgação e quem serão os convidados; os recursos que serão usados nas apresentações etc.

A equipe gestora deve divulgar o evento e enviar os convites com antecedência. No dia do Sarau Literário, o espaço deve estar preparado, conforme os combinados prévios, de modo que seja aconchegante e agradável para os presentes. É interessante tematizar o local com poemas ilustrados pelos discentes ou outras obras artísticas.

O Sarau Literário é o resultado de um trabalho pedagógico intencional realizado pelas Instituições de Ensino da Rede Pública Municipal de João Neiva. Essa é uma Prática Pedagógica Inegociável, e é realizada ao final de cada trimestre letivo.

O Sarau Literário é um momento coletivo de interações e ampliação de repertórios, em que os grupos etários, profissionais e comunidade escolar apreciam amostra dos estudos e trabalhos desenvolvidos no trimestre.



A prática do Sarau Literário pode acontecer de forma interna na Instituição de Ensino, momento o qual a apresentação é realizada apenas entre os profissionais e os discentes da Instituição, ou pode ocorrer de forma aberta ao público, momento o qual oportuniza a participação também de membros das famílias dos discentes vinculados a Instituição de Ensino.

#### 6.1.3.3.2 Conselho de Classe

É o momento em que docentes e equipe gestora se reúnem para refletir, discutir, avaliar as ações educacionais e indicar alternativas que busquem garantir a efetivação do processo de ensino e aprendizagem dos discentes.

Nas Diretrizes Comuns para as Instituições de Ensino da Rede Pública Municipal de João Neiva, Estado do Espírito Santo, constam todas as orientações legais para a execução do mesmo.

O Conselho de Classe deverá ser organizado em 3 (três) momentos: Pré-Conselho, Conselho de Classe e Pós-Conselho.

**Pré-Conselho**: etapa de levantamento de dados do processo ensino aprendizagem dos discentes junto aos docentes para análise, observações, encaminhamentos didáticos, metodológicos realizados e outros, de forma agilizar a tomada de decisões na reunião do Conselho de Classe. É um espaço de diagnóstico.

**Conselho de Classe**: etapa em que todos os envolvidos no processo se

posicionam frente aos resultados de aprendizagem dos discentes e definem em equipe, as ações individuais e coletivas que irão favorecer a melhoria da aprendizagem dos discentes.

**Pós-Conselho**: etapa em que as ações previstas no Conselho de Classe são efetivadas. As discussões e tomadas de decisões devem estar respaldadas em critérios qualitativos como os avanços obtidos pelo discente na aprendizagem nos diversos Componentes Curriculares, a metodologia de trabalho utilizados pelo docente, as situações de inclusão, os critérios e instrumentos de avaliação utilizados pelos docentes, plano de intervenção pedagógico para atingir os objetivos e metas propostas e outros critérios planejados para melhor desempenho acadêmico do discente.

Cabe a equipe pedagógica a organização, articulação e acompanhamento de todo o processo do Conselho de Classe, bem como a mediação das discussões que deverão favorecer o desenvolvimento das práticas pedagógicas.

#### 6.1.3.4 Sistematização Semestral

Na sistematização semestral é inegociável a organização do trabalho pedagógico por meio das modalidades organizativas. As modalidades organizativas permitem definir os conteúdos a serem abordados com os discentes nos diferentes anos escolares, garantindo, ao mesmo tempo, a diversidade e a continuidade em suas aprendizagens.

Para que os conteúdos selecionados possam ser apropriados pelos discentes, o docente conta com a possibilidade de realizar diferentes situações didáticas: leitura pelo discente, escrita pelo discente, escrita

por meio do docente e leitura por meio do docente, em diversas modalidades organizativas do tempo didático.

Com essa organização, propõe-se uma mudança qualitativa na utilização de tempo didático, pois elas possibilitam lidar com diferentes propósitos sociais e didáticos, com diversos gêneros discursivos orais e escritos, várias formas de organização da classe e de distribuição de responsabilidades entre docente e discente.

Apresenta-se a seguir as modalidades organizativas: os Projetos Didáticos, as Atividades Habituais e as Sequência de Atividades.

##### 6.1.3.4.1 Projetos Didáticos Institucionalizados

Além de favorecer a preservação do sentido social das práticas de leitura, de escrita e de comunicação oral, os Projetos Didáticos têm outra característica marcante: possibilitam conciliar os propósitos comunicativos e os propósitos didáticos.

Desde o início de um Projeto, o docente compartilha com os discentes a proposta de realização de um produto final oral ou escrito que se aproxime

das práticas presentes na cultura escrita. Com isso, os discentes se responsabilizam por desenvolver ações para que se possa comunicar algo a alguém.

Durante os Projetos, as tarefas realizadas pelos discentes quando atuam como leitores e como escritores se concretizam em situações próximas às existentes nas práticas sociais. Assim, os propósitos comunicativos dirigem as ações e atenções dos

discentes e, ao mesmo tempo, o docente garante que seus propósitos didáticos sejam alcançados.

Os projetos didáticos oportunizam uma aprendizagem significativa, considerando que eles são desenvolvidos de maneira integrada com as Áreas de Conhecimento e os Componentes Curriculares, visando ampliar as competências e as habilidades curriculares.

A Rede Pública Municipal de Ensino de João Neiva tem como prática pedagógica, desenvolver Projetos na Educação Básica, porque eles oportunizam aprendizagens significativas no processo de ensino aprendizagem.

No Ensino Fundamental Anos Iniciais são desenvolvidos no decorrer do ano letivo Projetos envolvendo as narrativas literárias variadas, pesquisas, dentre outros, sempre com o foco na leitura e escrita.

São formas de organização dos conteúdos escolares que contribuem para a aprendizagem da leitura e da escrita ao articular objetivos didáticos e objetivos comunicativos. A sequência de ações do Projeto culmina na elaboração de um produto final (um

livro de receitas saudáveis, uma coletânea de poesias para crianças de outra turma), um sarau, como culminância do que foi estudado, reunindo os pais/responsáveis, os discentes e a comunidade escolar.

Com base nas atividades essenciais e a frequência com que devem ser realizadas, o docente realiza um planejamento detalhado do que vai desenvolver durante o semestre.

Essa é uma etapa de grande importância no planejamento, definindo-se tempos de duração, materiais necessários, aprendizagens desejáveis, além de antecipar a necessidade de materiais (exemplos: Quais livros ter em mãos para ler? Quais ter em maior quantidade para permitir que todos acompanhem a leitura?).

Outro cuidado importante é, logo nas primeiras atividades, identificar que habilidades, conhecimentos e fragilidade que cada discente traz de suas experiências de vida.

Na Rede Pública Municipal de Ensino de João Neiva, especificamente no Ensino Fundamental Anos Iniciais são desenvolvidos os seguintes Projetos:

- Narrativas Literárias com foco nos Contos de Fadas, nos Causos, nas Fábulas e nas Lendas;

- Pequena Enciclopédia;
- As Paisagens do Lugar Onde Eu Vivo;

- As Receitas da Minha Terra; e
- Projeto Comunidade de Leitores.

Todos os Projetos citados acima possuem suas especificações orientativas em documentos

específicos adotados pela Rede Pública Municipal, desde o ano de 2002.

A Diretriz Pedagógica para o Ensino Fundamental Anos Iniciais apresentará em seguida a reestruturação do Projeto Comunidade de Leitores, visando um detalhamento significativo de ações e envolvidos, com Prática Pedagógica Institucionalizada com vista a maior robustez do referido Projeto.

#### 6.1.3.4.1.1 Projeto Institucional Comunidade de Leitores

A leitura desempenha um papel relevante no desenvolvimento humano, permitindo o acesso ao conhecimento, ao imaginário, ao desenvolvimento da empatia e da criatividade.

A leitura é de fundamental importância na formação do indivíduo que exerce a sua cidadania de forma plena e consciente. Concorde-se também que, para isso acontecer, o papel da Instituição de Ensino na formação desse indivíduo é imprescindível e, muitas vezes, único.

Desde há muito tempo, uma das maiores questões enfrentadas pela Instituição de Ensino é saber o que fazer para que os discentes aprendam

a ler e a escrever. Essa questão fica mais evidente quando se depara com os dados estatísticos sobre o retrato da leitura em nosso país.

O ingresso na Instituição de Ensino é um momento crucial na formação dos discentes como usuários da língua escrita, oral, verbal e não-verbal. A Instituição de Ensino desempenha não somente o papel de ensinar letras e decodificar textos; é também papel da Instituição de Ensino promover alfabetização e o letramento.

A formação de discentes usuários competentes da língua escrita, oral e não-verbal implica em desenvolver habilidades e competências que permitam aos mesmos compreender,

interpretar e produzir textos de forma efetiva e significativa. Nesse sentido, a Instituição de Ensino deve adotar uma abordagem ampla e integrada, que considere tanto o ensino dos aspectos formais da escrita (letras, palavras,



ortografia, gramática), como também o desenvolvimento das habilidades de compreensão leitora, produção textual, interpretação, análise crítica e reflexiva sobre as linguagens.

Além disso, a Instituição de Ensino deve oferecer um ambiente rico em oportunidades de uso da linguagem, promovendo situações de leitura e escrita que sejam produtivas e significativas para os discentes.

O papel da Instituição de Ensino e seus profissionais é tornar a aprendizagem da leitura e da escrita um objetivo prioritário para a Educação Básica. Sendo assim, o Projeto Comunidade de Leitores torna-se institucionalizado na Rede Pública Municipal de Ensino de

João Neiva, pois tem por princípio garantir, incentivar e promover a formação de leitores literários, por meio de ações que estimulem o interesse pela leitura, o compartilhamento de experiências e a construção coletiva de significados.

A leitura é um processo de interação entre o leitor e o texto, e essa interação pode ser enriquecida quando acontece de forma coletiva, em um ambiente que estimula o diálogo, as relações afetivas positivas e a troca de ideias. Nesse contexto, a criação de uma comunidade de leitores surge como uma estratégia para fomentar o gosto pela leitura e fortalecer os vínculos sociais em torno dessa prática.

Ler não é apenas decodificar signos ou compreender fonemas. Goldin (2012, p. 106) pontua que:

Não é pouco o que a literatura pode fazer [...] Seu poder deriva de suas possibilidades de gerar desdobramentos, de provocar estranhamento no interior de cada leitor, de colocar em crise sua identidade e questioná-la, de levar à descoberta de que cada um é outro. A promoção da leitura, como tal, supõe dar às outras armas para ser diverso de si mesmo. É uma dádiva radical, uma prova de confiança no próximo. (GOLDIN, 2012).

Portanto, entende-se que ler é uma atividade transcendental, que não deve se ater a predefinições e conceitos.

20/5/21

20/5/21



A institucionalização do Projeto Comunidade de Leitores na Rede Pública Municipal de Ensino de João Neiva requer a efetivação de espaços de interações e diálogos que visem fortalecer os vínculos sociais e afetivos em torno das práticas de leitura, estimulando a reflexão crítica, a interpretação e a construção coletiva de significados para a comunidade leitora envolvida.

Neste contexto, sendo o gestor o responsável legal pela Instituição de Ensino, este deve atuar de forma ativa e efetiva para o desenvolvimento do Projeto Comunidade de Leitores desempenhando papel de liderança e articulação, garantindo o planejamento, implementação, acompanhamento e avaliação efetiva do referido Projeto em toda a Instituição de Ensino.

Entende-se que o gestor escolar é fundamental para a efetivação da leitura na Instituição de Ensino, pois como líder tem contato direto com toda comunidade escolar articulando todas as mediações de leitura.

O Projeto Comunidade de Leitores oportuniza a transformação da Instituição de Ensino em um espaço em que a leitura faça parte da rotina das

pessoas e ocorra de forma prazerosa. Ele não é destinado apenas aos discentes, envolve também a transformação dos hábitos de ler da equipe gestora, de docentes e demais profissionais da Instituição, envolvendo as famílias, crianças, jovens e adultos da comunidade nesse clima leitor, sendo a Instituição de Ensino, um centro de leitura e um lugar de encontro.

Por ser um Projeto institucionalizado e indispensável na Rede Pública Municipal de João Neiva, ele deve ser realizado desde o início do ano letivo, com as ações trimestrais estruturadas e inclusas no Plano de Ação Anual da Instituição de Ensino.

São objetivos do Projeto Comunidade de Leitores:

- promover o desenvolvimento da leitura como prática social e cultural;
- estimular o gosto pela leitura e a formação de leitores literários;
- fomentar o diálogo, a troca de ideias e o compartilhamento de experiências entre os participantes da comunidade de leitores;
- ampliar o repertório literário dos participantes, proporcionando acesso a diferentes gêneros e estilos literários;

- incentivar a reflexão crítica das obras literárias;
- estabelecer vínculos com a comunidade, promovendo a interação entre os leitores e a valorização da leitura como um bem coletivo;
- garantir uma rotina organizada (sistemática e frequente) de trabalho com a leitura na Instituição de Ensino;
- garantir contextos letrados reais no espaço escolar para o trabalho com as práticas de leitura;
- desenvolver competências e habilidades leitoras nos discentes, pais, jovens e adultos da comunidade escolar;

#### ➤ O gestor da Instituição de Ensino

O Gestor Escolar no desenvolvimento do Projeto Comunidade de Leitores deve:

- promover a implementação e coordenação do Projeto Comunidade de Leitores na Instituição de Ensino;
- garantir a disponibilidade de recursos e materiais necessários para a realização das atividades do Projeto;
- analisar o acervo da Instituição de Ensino, oferecendo um acervo rico e diversificado de obras literárias,

- propiciar ações de formação a respeito da importância leitora;
- incentivar o gosto de ler na Instituição de Ensino, planejando ações de leitura dentro e fora da sala de aula;
- oportunizar o acesso da comunidade escolar a materiais escritos de qualidade.

Visando atender aos objetivos elencados anteriormente, as pessoas envolvidas no desenvolvimento do Projeto Comunidade de Leitores devem desempenhar as funções descritas em cada cargo e função abaixo.

contemplando diferentes gêneros, suportes e formatos;

- organizar espaços adequados para a leitura, como salas de leitura com ambientes acolhedores e acolhedores;
- mobilizar os funcionários da Instituição de Ensino para a constituição de uma equipe cooperativa no desenvolvimento do Projeto institucional;
- estabelecer parcerias com instituições e organizações locais para

enriquecer as experiências dos participantes;

- monitorar e avaliar o progresso e os resultados do Projeto, buscando aperfeiçoamento contínuo;

- possibilitar o acesso dos servidores e famílias ao acervo da Instituição de Ensino;

- compreender como mobilizar os pais e a comunidade em geral para constituir a comunidade de leitores;

- garantir no orçamento da Instituição de Ensino verba para a compra de materiais importantes para a constituição de uma comunidade de leitores;

- compreender como se formam leitores;

#### ➤ **Equipe Escolar da Instituição de Ensino:**

Toda a Equipe Escolar da Instituição de Ensino deve:

- colaborar na implementação e acompanhamento do Projeto Comunidade de Leitores;

- valorizar e reconhecer as conquistas e esforços dos discentes no processo de formação de leitores literários;

- criar espaços de divulgação e compartilhamento das produções dos

- realizar encontros regulares para leitura compartilhada e discussão dos livros selecionados;

- promover rodas de conversas com escritores de forma presencial ou on-line, feiras literárias e outros eventos culturais relacionados à literatura;

- compreender como se constitui uma comunidade de leitores;

- organizar e planejar um Plano de Ação e cronograma de atividades escolares; e

- planejar situações de leitura prevendo o intercâmbio entre turmas e com a participação da comunidade escolar.

discentes, estimulando a visibilidade e o reconhecimento da comunidade de leitores dentro e fora da Instituição de Ensino;

- compreender a importância da atuação profissional na garantia das condições institucionais para constituir uma comunidade de leitores; e

- compreender o que deve ser garantido para a formação de leitores.

➤ **Os docentes:**

Os docentes devem:

- apropriar-se das estratégias de mediação de leitura e desenvolvimento do letramento literário;
- planejar e conduzir atividades de leitura, discussão e reflexão sobre as obras literárias selecionadas;
- proporcionar um ambiente acolhedor e estimulante para o desenvolvimento do gosto pela leitura;
- orientar os discentes na análise crítica e interpretação dos textos literários;

➤ **Auxiliar da Sala de Leitura:**

O auxiliar da Sala de Leitura possui como atribuição no desenvolver do Projeto de:

- organizar e conhecer o acervo literário;
- realizar ações de mediação de leitura com discentes e comunidades escolar;
- promover e incentivar o empréstimo de obras literárias;
- promover momentos de leitura para os discentes; e

- conscientizar-se da importância da leitura diária para os discentes;
- planejar diferentes situações de leitura para que os discentes aprendam diferentes comportamentos leitores;
- compreender como se formam discentes leitores;
- avaliar o progresso dos discentes, fornecendo feedback e orientações para o aprimoramento de suas habilidades leitoras; e
- planejar atividade de leitura para promoção do intercâmbio entre turmas e com a participação da comunidade escolar.

- criar espaços para divulgação do acervo e para o diálogo com os leitores: murais de indicação literária, destaque de livros, listas de livros mais lidos no trimestre, dentre outros.

Já os discentes colaboram ativamente para as seguintes ações:

- desenvolver o gosto pela leitura e o prazer de ler obras literárias;

10/10

20/10/2018

- ampliar o repertório literário, explorando diferentes gêneros e estilos literários;
- compreender, interpretar e refletir criticamente sobre os textos literários;
- participar ativamente de discussões e trocas de ideias sobre as leituras realizadas; e
- desenvolver habilidades de leitura autônoma e aprendizagem independente.

➤ **A Secretaria Municipal de Educação:**

Na implementação das ações institucionais relativas ao bom andamento do Projeto, terá como foco:

- **Liderança e Engajamento:** a equipe gestora municipal lidera e engaja toda a equipe gestora das Instituições de Ensino, demonstrando entusiasmo e comprometimento com a importância da leitura na municipalidade.

- **Planejamento Estratégico:** a equipe gestora municipal implementa e coordena ativamente todo planejamento institucional do Projeto, nas questões pedagógicas, administrativas, bem como na viabilização de recursos financeiros no

Os Pais e/ou responsáveis:

- compreender que o seu interesse pela leitura contribuirá para a aprendizagem dos discentes.

Cada instância ou setor no desenvolvimento do Projeto Comunidade de Leitores possui a sua atribuição específica, sendo assim discriminadas.

que se refere às políticas públicas para a formação de leitores.

- **Articulação e Parcerias:** a equipe gestora municipal estabelecerá parcerias públicas em âmbito municipal, intermunicipal, estadual e federal, como também parcerias com o setor privado.

- **Formação e Capacitação:** a equipe gestora municipal deve viabilizar a organização de formação a nível municipal, intermunicipal, estadual e federal, bem como em parceria com o setor privado, visando a participação na formação de leitores e no fortalecimento do Projeto Comunidade de Leitores.

• **Monitoramento e Avaliação:** a equipe gestora municipal tem a responsabilidade de monitorar e avaliar o desenvolvimento do Projeto Comunidade de Leitores da equipe gestora de cada Instituição de Ensino. Essa ação deve ser realizada por meio de reuniões periódicas com gestores e/ou pedagogos da Instituição.

• **Divulgação e Envolvimento da Comunidade:** a equipe gestora municipal deve promover a divulgação do Projeto Comunidade de Leitores nos canais oficiais da Secretaria Municipal de Educação e na elaboração de

materiais impressos a serem encaminhados às Instituições de Ensino. O material deve ser destinado ao responsável legal da Instituição, visando ampla divulgação a comunidade em geral.

• **Reconhecimento e Valorização:** a equipe gestora municipal deve reconhecer e valorizar o trabalho realizado pelas Instituições de Ensino dos envolvidos no Projeto Comunidade de Leitores, oportunizando a divulgação das boas práticas e compartilhamento dos resultados alcançados.

#### ➤ **O Gestor Escolar:**

O Gestor Escolar por sua vez, para implementar as ações institucionais relativas ao bom andamento do Projeto, terá como foco as seguintes instâncias de trabalho:

• **Liderança e Engajamento:** O gestor lidera e engaja toda a equipe da Instituição de Ensino, demonstrando entusiasmo e comprometimento com a importância da leitura na formação dos discentes, envolvendo docentes, pedagogos e demais profissionais no projeto, promovendo um trabalho coletivo e colaborativo;

• **Planejamento Estratégico:** O gestor implementa e coordena ativamente todo planejamento do projeto, definindo metas, objetivos e estratégias claras, que priorizem a gestão do espaço, a gestão do tempo pedagógico, a gestão das relações interpessoais, a gestão financeira, gestão administrativa e a gestão pedagógica. É importante estabelecer um plano de ação alinhado com a Proposta Político-Pedagógica da Instituição de Ensino;

• **Articulação e Parcerias:** O gestor pode estabelecer parcerias com

instituições culturais, editoras, bibliotecas, escritores locais e outras entidades, buscando recursos, apoio e enriquecimento para o Projeto. Essas parcerias podem proporcionar visitas, palestras, doações de livros e outras atividades relacionadas à leitura;

- **Formação e Capacitação:** O gestor deve oportunizar que os docentes e demais membros da equipe escolar recebam a formação e capacitação adequadas em mediação de leitura, letramento literário, estratégias de incentivo à leitura, a participação em eventos e congressos sobre o tema. Havendo legalidade, ele também poderá contratar especialistas para a realização de cursos e formações internas na Instituição de Ensino;

- **Monitoramento e Avaliação:** O gestor tem a responsabilidade de acompanhar e avaliar regularmente o andamento do Projeto Comunidade de Leitores. Isso pode ser feito por meio de reuniões periódicas com a equipe, análise de resultados e feedback dos participantes. O gestor deve estar atento aos desafios e necessidades identificadas durante a implementação do Projeto, realizando os ajustes necessários;

- **Divulgação e Envolvimento da Comunidade:** O gestor deve promover a divulgação do Projeto Comunidade de Leitores para os pais, responsáveis e comunidade em geral. É importante que a comunidade esteja ciente do projeto, seus objetivos e atividades, e seja convidada a participar ativamente. O gestor pode organizar eventos abertos, como feiras do livro, Saraus Literários, palestras e encontros com escritores, para envolver a comunidade nesse processo; e

- **Reconhecimento e Valorização:** O gestor deve reconhecer e valorizar o trabalho realizado pelos envolvidos no Projeto Comunidade de Leitores. Isso pode ser feito por meio de incentivos, divulgação de boas práticas e compartilhamento dos resultados alcançados. O reconhecimento estimula o engajamento e o sentimento de pertencimento da comunidade escolar.

A atuação efetiva do gestor é fundamental para garantir o sucesso e a sustentabilidade do Projeto Comunidade de Leitores. Sua liderança, engajamento e articulação são essenciais para a promoção de um ambiente favorável à formação de

leitores competentes e envolvidos com a leitura.

Por se tratar de uma Rede de Ensino as atribuições inerentes à instância do Gestor Escolar necessitam de prévia

➤ **Pedagogo:**

Para implementar as ações institucionais relativas ao bom andamento do Projeto, terá como foco as instâncias de trabalho:

- **Liderança e Engajamento:** O pedagogo lidera e engaja toda a equipe docente e o auxiliar da sala de leitura da Instituição de Ensino, demonstrando entusiasmo e comprometimento com a importância da leitura na formação dos mesmos e discentes.

- **Planejamento Estratégico:** O pedagogo implementa, coordena e assessora ativamente o planejamento pedagógico das etapas do Projeto, junto ao docente e auxiliar da sala de leitura, considerando as condições didáticas gerais, visando contribuir no acompanhamento e orientação das ações propostas, para assegurar a formação de leitores.

- **Articulação e Parcerias:** O pedagogo deve apoiar o gestor nas parcerias com as instituições culturais,

apresentação à equipe municipal para validação das ações a serem desenvolvidas no Projeto Comunidade de Leitores.

editoras, bibliotecas, escritores locais e outras entidades, buscando recursos, apoio e enriquecimento para o Projeto. Apoiar ainda a articulação com as famílias, com as comunidades ao entorno e outras Instituições de Ensino, ações institucionais para constituição de uma comunidade de leitores.

- **Formação e Capacitação:** O pedagogo deve apoiar os docentes e demais membros da equipe escolar para participarem das formações e capacitações adequadas em mediação de leitura, letramento literário, estratégias de incentivo à leitura, participação em eventos e congressos sobre o tema, além de promover formações e ações que incentivem a formação leitora dos docentes e demais servidores da Instituição de Ensino.

- **Monitoramento e Avaliação:** O pedagogo deve participar ativamente junto ao gestor no acompanhamento e avaliação do andamento do Projeto

4/13

LOPSA 

Comunidade de Leitores, a fim de colaborar com os ajustes necessários;

- **Divulgação e Envolvimento da comunidade:** O pedagogo deve promover a divulgação do Projeto Comunidade de Leitores para os docentes. É importante que os docentes estejam cientes do Projeto, seus objetivos e atividades, para participarem ativamente.

- **Reconhecimento e Valorização:** O pedagogo deve reconhecer e valorizar o trabalho realizado pelos envolvidos no Projeto Comunidade de Leitores.

#### ➤ O docente:

O docente para implementar as ações institucionais relativas ao bom andamento do Projeto terá como foco as instâncias de trabalho:

- **Liderança e Engajamento:** O docente lidera e engaja os discentes, demonstrando entusiasmo e comprometimento com a importância da formação leitora.

- **Planejamento Estratégico:** O docente deve planejar e realizar ações didáticas que contribuam com a

Isso pode ser feito por meio de incentivos, divulgação de boas práticas e compartilhamento dos resultados alcançados. O reconhecimento estimula o engajamento e o sentimento de pertencimento da comunidade escolar.

A atuação efetiva do pedagogo é fundamental para garantir o sucesso do Projeto Comunidade de Leitores. Seu engajamento, comprometimento e articulação são essenciais para promoção de um ambiente favorável à formação de leitores competentes e envolvidos com a leitura.

formação leitora dos discentes e que possam promover o envolvimento da família no desenvolvimento do Projeto, em parceria com a equipe gestora.

- **Articulação e Parcerias:** O docente deve realizar as ações do Projeto que foram planejadas com a equipe gestora e, em parceria com as famílias e comunidade escolar, orientar os discentes sobre a importância da leitura diária, uso com intencionalidade dos diferentes espaços e materiais e

garantir a circulação de livros literários por toda comunidade escolar.

- **Formação e Capacitação:** O docente deve participar das formações e capacitações adequadas em mediação de leitura, letramento literário, estratégias de incentivo à leitura, eventos e congressos sobre o tema, para que possa ampliar sua prática pedagógica.

- **Monitoramento e Avaliação:** O docente deve participar ativamente junto ao pedagogo na avaliação do desenvolvimento do andamento do Projeto Comunidade de Leitores, a fim de colaborar com os ajustes necessários.

- **Divulgação e Envolvimento da Comunidade:** O docente deve promover a divulgação do Projeto Comunidade de Leitores para os discentes. É importante que os discentes estejam cientes do Projeto, seus objetivos e atividades, para participarem ativamente.

- **Reconhecimento e Valorização:** O docente deve reconhecer e valorizar o trabalho realizado pelos envolvidos no Projeto Comunidade de Leitores.

Isso pode ser feito por meio de incentivos, divulgação dos trabalhos

realizados e compartilhamento dos resultados alcançados. O reconhecimento estimula o engajamento e o sentimento de pertencimento da comunidade escolar.

A atuação efetiva do docente é fundamental para garantir o sucesso do Projeto Comunidade de Leitores. Seu engajamento, comprometimento e articulação são essenciais para promoção de um ambiente favorável à formação de leitores competentes e envolvidos com a leitura.

São Práticas Pedagógicas Inegociáveis do Projeto Comunidade de Leitores:

- intercâmbio de leitura entre turmas e Instituições de Ensino;
- leitura dos profissionais da Educação para os discentes e dos discentes para os profissionais;
- leitura realizada pelos familiares;
- sacola de leitura (mala viajante, caderno de leitura, entre outros) a ser enviada para casa;
- momento Literário diário na Sistematização permanente da Instituição; e
- leitura em diferentes espaços (internos e externos).

Existem elementos importantes a serem considerados na mediação de

17/3

20/5/18 [assinatura]

leitura no Projeto Comunidade de Leitores:

- **Diversidade de Gêneros Literários:** Proporcionar acesso a diferentes tipos de textos, como contos, poemas, romances, crônicas, textos informativos, quadrinhos, mangás, dentre outros, para ampliar o repertório dos leitores e despertar seu interesse por diferentes estilos literários.

- **Escolha Democrática dos Livros:** Permitir que os participantes da comunidade sejam protagonistas na seleção das obras a serem lidas, promovendo a sensação de pertencimento e valorizando suas preferências.

- **Espaço para Discussões:** Estimular a interação entre os leitores, promovendo rodas de conversa, debates e trocas de experiências sobre as leituras realizadas.

- **Mediação Qualificada:** Qualificar mediadores de leitura, que possam orientar e auxiliar os leitores na compreensão e interpretação das obras, além de incentivar a reflexão crítica sobre os textos.

- **Acesso à Sala de Leitura:** Disponibilizar um acervo variado, atualizado e acessível, que atenda aos interesses e necessidades dos leitores,

incentivando o empréstimo de livros para leitura domiciliar.

A culminância do Projeto Comunidade de Leitores pode ser a realização de um momento de socialização literária, aberto à comunidade, no qual os leitores poderão compartilhar suas experiências e produções com um público mais amplo. Esse momento pode incluir exposições dos trabalhos realizados, apresentações artísticas relacionadas às obras lidas, além de uma feira de troca de livros.

O Projeto Comunidade de Leitores busca criar um ambiente propício para a formação de leitores literários, incentivando a leitura prazerosa, a reflexão crítica e o compartilhamento de experiências. Ao fortalecer os vínculos sociais em torno da leitura, espera-se contribuir para a formação de cidadãos mais críticos, criativos e participativos na sociedade.

Espera-se que ao longo do Projeto, a comunidade da Instituição de Ensino se envolva em atividades de leitura, discussões literárias, produções textuais e expressões artísticas, criando um ambiente rico em experiências literárias e fortalecendo os laços entre os participantes. Por meio

do trabalho conjunto entre gestores, pedagogos, docentes, discentes, famílias e equipe da Instituição de Ensino, é possível criar uma efetiva comunidade de leitores, na qual a leitura seja valorizada como uma prática social, afetiva e cultural.

Os discentes terão a oportunidade de ampliar seu repertório literário, explorar diferentes gêneros e estilos literários, aprimorar suas habilidades de leitura, interpretação e reflexão crítica. Além disso, eles desenvolverão o gosto pela leitura e tornar-se-ão leitores competentes, capazes de expressar suas opiniões, compartilhar recomendações e utilizar a linguagem escrita de forma efetiva.

O Projeto contribui para a formação de uma comunidade de leitores autônomos e críticos, capazes de compreender e se expressar por meio da leitura e da escrita.

Os participantes do Projeto aprenderão a apreciar a literatura como fonte de conhecimento, prazer e reflexão, e perceberão a importância da leitura no âmbito pessoal, acadêmico e social.

Por meio das ações institucionais, como as atividades habituais de leitura, situações didáticas e projetos, o Projeto

Comunidade de Leitores estabelecerá uma cultura de leitura na Instituição de Ensino, permeando todas as áreas do conhecimento e valorizando a leitura como um instrumento de aprendizagem e desenvolvimento humano.

O envolvimento das famílias é fundamental para o sucesso do Projeto, uma vez que se tornarão parceiras ativas no estímulo à leitura em casa e na ampliação das experiências literárias dos discentes. Por intermédio de atividades como vlogs de recomendação literária e podcasts, os discentes poderão compartilhar suas vivências literárias de forma criativa e contemporânea, envolvendo-se ativamente na disseminação da leitura.

Ressalta-se a importância contínua da leitura e do desenvolvimento do letramento literário na formação dos indivíduos, incentivando a Instituição de Ensino e a comunidade a manterem o Projeto como uma prática constante e permanente. Através da leitura, a Instituição de Ensino continuará a promover o conhecimento, a reflexão, a empatia, a criatividade e a formação de cidadãos críticos e participativos na sociedade.



O Projeto Comunidade de Leitores deixa um legado para a Instituição de Ensino e para todos os envolvidos, mostrando que a leitura vai além das páginas dos livros, tornando-se uma experiência compartilhada que

enriquece a vida de cada indivíduo. Por meio do Projeto, a Instituição de Ensino tornar-se-á uma comunidade de leitores, conectados pelo poder transformador da palavra escrita e pela leitura.

#### 6.1.3.4.2 Atividades Habituais

As Atividades Habituais são situações didáticas propostas com regularidade, com o objetivo de construir atitudes, criar hábitos leitores etc., repetem-se de forma sistemática e previsível, semanal ou quinzenalmente. Considerando o exposto as atividades habituais devem ser planejadas para promover o gosto pela leitura e pela escrita desenvolvidas no Projeto Comunidade de Leitores.

As Atividades Habituais oferecem a oportunidade de trabalhar intensamente em cada etapa da escolaridade com um gênero específico, com determinados autores e temas e de desenvolver certos aspectos dos comportamentos de leitor e de escritor. São consideradas habituais por serem propostas com uma regularidade sistemática e previsível, que pode ser diária, semanal ou quinzenal.

Por essa característica permanente, cumprem o objetivo de comunicar certos comportamentos de leitor e de escritor. Por exemplo: ao ouvirem a leitura habitual de textos literários feita pelo docente, os discentes aprendem a dar opinião sobre o que foi lido, a apreciar a linguagem escrita, a ouvir a opinião dos colegas e a considerá-las desde o ponto de vista proposto, mesmo que não concordem com ele, ao produzir indicações literárias, aprendem a planejar o que e como escrever e a revisar seu texto, colocando-se no lugar do leitor.

As Atividades Habituais podem ser:

- momentos diários de leitura autônoma, em que os discentes possam escolher livros de seu interesse e ler individualmente;
- a implementação de clubes de leitura, nos quais os participantes

discutem obras literárias previamente selecionadas;

- o estabelecimento de um espaço de leitura aconchegante na Instituição de Ensino e em cada sala de aula, com um acervo variado de livros acessíveis aos discentes;

- a organização de sessões de leitura compartilhada, em que docentes ou discentes leem em voz alta trechos de obras literárias para toda a Instituição de Ensino;

- momentos de leitura compartilhada de obras literárias entre docentes e servidores, abrindo espaço para a literatura;

- a organização de sistema de empréstimo de livros, tomando o

acervo da Instituição de Ensino acessível a todos e possível de ser levado para casa;

- a organizar de murais e/ou varais de leitura com textos variados nos espaços da Instituição de Ensino;

- a organizar sacolas de textos e revistas diversas para serem emprestadas às famílias, que poderão fazer comentários no caderno de registro para os leitores seguintes;

- a criação de campanhas para ampliação do acervo de livros, revistas, jornais etc. da Instituição de Ensino; e

- a criação de Mural da Comunidade com as informações e ações de relevância atualizadas da Instituição de Ensino.

#### 6.1.3.4.3 Sequências de Atividades

Diferentemente dos Projetos Didáticos, as Sequências de Atividades não se direcionam para a elaboração de um produto final. Seu propósito explícito e compartilhado é ler e/ou escrever. Elas também se diferenciam das atividades habituais por terem duração limitada a algumas semanas de aulas.

Favorecem o trabalho com os conteúdos não contemplados pela realização de Atividades Habituais ou

de Projetos Didáticos e possibilitam a sistematização de conhecimentos construídos a partir da participação dos discentes em atos de leitura e de escrita.

As Sequências de Atividades também se contextualizam em práticas de leitura e de escrita. O envolvimento dos discentes se dá pelas atividades em si e não pelo objetivo de comunicar algo a alguém, como nos Projetos Didáticos.

#### 6.1.3.4.4 Situações Independentes

São situações ocasionais em que algum conteúdo significativo é trabalhado sem que tenha relação direta com o que está sendo desenvolvido nas outras atividades habituais, Projetos, ou situações de atividades.

As situações independentes, não se relacionam a propósitos imediatos, mas sim a objetivos e conteúdos definidos para o ano/série, pois se destinam justamente a sistematização dos conhecimentos.

São evidências de Situações Independentes:

- refletir sobre os traços característicos e as diferenças entre fábulas e contos (nos anos/séries em que o trabalho com esses gêneros é prioritário);
- analisar as características de diferentes textos publicados em jornais (nas séries em que essa abordagem é prioritária);
- discutir usos da pontuação; e
- analisar regularidades ortográficas, etc.

Os Projetos Didáticos, as Sequências de Atividades, as Atividades Habituais e as Situações Independentes podem ocorrer simultaneamente no decorrer do ano letivo e integram a sistematização de atividades propostas aos discentes.

Como essas modalidades organizativas têm durações diferentes, algumas podem ser realizadas ao longo de todo o ano ou semestre, outras podem durar meses ou semanas. Para prever a rotina de atividades do período, o docente deve considerar os conteúdos que cada modalidade organizativa se presta a abordar, a duração e a frequência, o que se precisa ensinar e o que já foi aprendido.

Para garantir a diversidade e a continuidade das aprendizagens dos discentes em relação às práticas sociais de leitura, escrita e comunicação oral, o docente deve articular e equilibrar a realização de diferentes Situações Didáticas contextualizadas em Projetos Didáticos, Sequências de Atividades e Atividades Habituais, ao longo de um

período, de uma etapa ou de toda a sua escolaridade.

A Rede Pública Municipal de Ensino de João Neiva dispõe de um banco variado de Projetos Didáticos e Sequências de Atividades, que ajudam os docentes no planejamento de boas situações de aprendizagem, no Componente Curricular de Língua Portuguesa e Arte.

#### 6.1.4 O Planejamento Pedagógico

O Planejamento Pedagógico é uma ação sistematizada de elaboração de um plano composto por etapas e procedimentos necessários ao desenvolvimento do trabalho pedagógico da Instituição de Ensino e pode ocorrer de forma individual ou coletivo.

O Planejamento Pedagógico é uma maneira de organizar as atividades e as competências e as habilidades que serão desenvolvidas no decorrer do processo de ensino e aprendizagem na Instituição de Ensino durante o ano letivo e os desdobramentos em cada trimestres. Esse planejamento esboçará com clareza a intenção pedagógica da Instituição de Ensino e

Considerando a análise dos dados das avaliações internas e externas realizadas pelas profissionais da Secretaria Municipal de Educação em parceria com gestores escolares, pedagogos e docentes é definido o Plano de Trabalho Semestral, contemplando as modalidades organizativas, que devem corresponder aos objetivos do ensino e da aprendizagem da Rede.

de cada atividade proposta aos discentes no decorrer do processo educacional.

No Planejamento Pedagógico o pedagogo atua junto com o(s) docente(s) na organização e reflexões de ações e intervenções que venham a contribuir no processo de ensino e aprendizagem.

Ressalta-se que tanto o planejamento coletivo, quanto o planejamento individual, ambos são de extrema relevância para a sistematização pedagógica do processo de ensino e de aprendizagem dos discentes na Instituição de Ensino que oferta o Ensino Fundamental Anos Iniciais.

**Planejamento Individual:** faz-se necessário a participação do docente da turma, do pedagogo e quando necessário do gestor da Instituição de Ensino, com objetivo de sistematizar ações educacionais, tendo como foco o avanço educacional da aprendizagem dos discentes de cada turma.

**Planejamento Coletivo:** obrigatoriamente deve ocorrer mensalmente, e quando necessário o gestor poderá fazer a convocação com objetivos e pautas definidos, sendo esse registrado em um instrumento próprio, tendo com princípio a análise, o planejamento, a execução e o replanejamento de ações, visando um trabalho institucional eficiente.

No Planejamento Coletivo é importante a reflexão de ações e estratégias pedagógicas com objetivos claros e pautados na definição de registros e instrumentos, tendo com princípio a análise, a execução de ações, visando um trabalho Institucional eficiente em prol da aprendizagem dos discentes da referida Instituição.

O planejamento é uma ação intencional e sistemática que visa à organização da prática pedagógica, considerando os diferentes processos e percursos de

aprendizagem e as diferentes faixas etárias.

No momento do planejamento deve ser observado:

- o que os discentes conhecem sobre os objetivos de aprendizagem propostos (avaliação diagnóstica inicial);
- atividades diferenciadas respeitando as necessidades e as potencialidades de cada um, além das expectativas;
- erros como "indicativos" que demonstram como o discente está relacionando os conhecimentos que já possui com os que deverão ser apropriados e o docente realizar as intervenções pedagógicas necessárias com intencionalidade e regularidade;
- os diversos espaços/ tempos de aprendizagem e o entorno da Instituição de Ensino;
- os conhecimentos de forma contextualizada, utilizando metodologias de ensino que favoreçam o envolvimento das crianças potencializando suas aprendizagens;
- a motivação dos discentes para a aprendizagem; e
- o envolvimento dos discentes como protagonistas do conhecimento.

#### Planejamento em Rede:

Na Rede Pública Municipal de Ensino João Neiva também há a prática do Planejamento em Rede, ou seja, a Rede é organizada de modo que os docentes de cada ano realizam o planejamento no mesmo dia da semana o que oportuniza encontros de planejamentos formativos em Rede.

A jornada básica dos profissionais do Magistério é de 25 (vinte e cinco) ou 40(quarenta) horas semanais.

A carga horária do docente em função de docência é constituída de horas/aula e horas/atividade.

O tempo destinado às horas/aula corresponderá a 2/3 (dois terços) da carga horária semanal.

O tempo destinado as horas/atividade corresponderá a 1/3 (um terço) da carga horária semanal e deverá ser cumprida na Instituição de Ensino, em atendimento aos períodos dedicados à preparação e avaliação do trabalho didático; a colaboração com a administração da Instituição de Ensino; as reuniões pedagógicas e a articulação com a comunidade.

Vale ressaltar que 1 (uma) vez por mês, dentro da carga horária em serviço de

planejamento dos docentes, essa carga horária será destinada a formação continuada em serviço, ministrada pela equipe de formação Secretaria Municipal de Educação, para melhor integração dos docentes às Práticas Pedagógicas Inegociáveis e a aplicabilidade das competências e habilidades do Currículo adotado pela Rede.

A organização dos tempos de planejamento, realizado presencialmente nas Instituições de Ensino da Rede respeita o disposto no Calendário Escolar e a sua efetivação na garantia da execução do mesmo é de competência da equipe gestora da Instituição de Ensino.

Os docentes que atuam no Componente Curricular de Aprofundamento em Leitura e Escrita - ALE, Arte e Educação Física, os planejamentos serão organizados no decorrer da semana letiva, conforme organização de horário de cada Instituição de Ensino, desde que não afete ao horário geral da Rede na garantia do Planejamento em Rede, apresentado a seguir.

Terça-Feira: Planejamento em Rede para os docentes dos 1º e 2º Anos.

Quarta-Feira: Planejamento em Rede para os docentes dos 3º Anos.

Quinta-Feira: Planejamento em Rede para os docentes dos 4º e 5º Anos.

### 6.1.5 Reuniões Sistematizadas

Para garantir reuniões sistematizadas, há a necessidade de organização, planejamento e definição de uma pauta clara e objetiva, sendo respeitadas as agendas e cronogramas antecipados, com a administração do tempo para melhor aproveitamento das discussões e conclusões dos encaminhamentos.

Realizar registros em atas para documentar o processo e monitorar os encaminhamentos sempre que necessário para melhor intervir na busca de soluções.

Dentre as reuniões sistematizadas da Instituição que oferta o Ensino Fundamental Anos Iniciais, destaca-se as seguintes:

- a reunião da Secretaria Municipal de Educação com a Equipe Gestora da Instituição de Ensino;

- a reunião do Gestor Escolar com a equipe gestora da Instituição que pode ocorrer das seguintes formas: com a equipe da Instituição Ensino, com o(s) pedagogo(s), com os docentes, a reunião geral;

- a reunião do Gestor Escolar com a equipe de líder de turmas;

- a reunião dos líderes de turma com a turma; e

- a reunião entre os líderes de turma.

#### 6.1.5.1 Reunião da Equipe da Secretaria Municipal de Educação com a Equipe Gestora das Instituições de Ensino

A reunião da equipe da Secretaria Municipal de Educação com a equipe gestora da Instituição de Ensino, deve acontecer mensalmente, com o objetivo de estreitar os diálogos e apresentar os resultados de aprendizagem da

Educação, bem como, as metas e objetivos da Rede, com pauta estruturada:

- planejar a pauta da reunião;
- validar a pauta da reunião;
- apresentar as fragilidades;

- apresentar os pontos robustos;
- sistematizar os encaminhamentos para melhoria da aprendizagem;
- redigir as atas; e
- recolher as assinaturas.

#### 6.1.5.2 Reunião do Gestor Escolar com a Equipe da Instituição de Ensino

No que se refere a reunião do Gestor Escolar com a equipe gestora da Instituição, faz-se necessário:

- escolher um membro da equipe gestora para redigir a ata da reunião, que será assinada por todos após o término;

- avaliar o relatório escolar, produzido pelo pedagogo e coordenador, que trata dos resultados do monitoramento de indicadores de frequência dos discentes, docentes e dos resultados de aprendizagem, tanto da Base Nacional Comum Curricular como da parte diversificada da Organização Curricular;

- planejar, em conjunto com os demais membros da equipe gestora, as ações para reduzir as ausências de docentes e discentes;

- alinhar uma agenda de diálogo com docentes e discentes com alto índice de faltas;

- acolher as demandas dos docentes, trazidas pelo pedagogo(a), e,

em conjunto com os demais membros da equipe gestora e propor soluções;

- monitorar as entregas de documentos que devem ser enviados para a Secretaria Municipal de Educação;

- monitorar as ações quanto à prestação de contas das despesas da Instituição de Ensino;

- monitorar o controle de ausências dos servidores, e propor, em conjunto com os demais membros da equipe gestora, as ações para reduzir as faltas;

- avaliar o relatório da Alimentação Escolar, e a partir desse, em conjunto com os demais membros da equipe gestora, estabelecer as estratégias para resolver os problemas apresentados;

- apresentar as parcerias institucionais, e outras, aos demais membros da equipe gestora, alinhando as ações com essas parcerias e com os responsáveis;

*30/08*

*20/05/2018*

- planejar a pauta da reunião;
- validar a pauta da reunião; e

- trazer à reunião os problemas encontrados ao longo da semana para discutir as ações e possíveis soluções.

#### 6.1.5.3 Reunião do Pedagogo com os Docentes

No que se refere a reunião do pedagogo com a equipe de docentes da Instituição pode ocorrer de forma individual ou coletiva e para a realização da mesma se faz necessário:

- registrar o que foi discutido e encaminhado durante o planejamento em ficha própria, que deverá ser assinada por todos os participantes;

- realizar estudo do material selecionado durante o planejamento;

- realizar estudo do material selecionado para o planejamento;

- disponibilizar o Currículo e o Plano de Ensino a ser desenvolvido durante o ano letivo;

- orientar o planejamento;

- alinhar as ações pedagógicas do planejamento;

- alinhar, com os docentes, as entregas de documentos e/ou atividades que devem ser realizadas em cada período;

- organizar, com os docentes, o monitoramento semanal das faltas dos discentes;

- organizar, com os docentes, a agenda de atividades, avaliação e monitoramento em sala de aula;

- replanejar as ações que não obtiverem êxito.

Em se tratando da participação dos docentes na reunião com o pedagogo, estes deverão:

- participar ativamente da reunião;
- estar de posse dos documentos referenciais e das atividades solicitadas pela Instituição de Ensino;

- estar com as frequências registradas para informar a Instituição de Ensino;

- alinhar junto ao pedagogo as atividades, as avaliações, os projetos e outras a serem desenvolvidas junto aos discentes;

- definir a parte diversificada com que o docente atuará no trimestre;

- estar de posse de documentos disponibilizados pela Instituição de Ensino; e

#### 6.1.5.4 Reunião Geral

Na reunião geral, que ocorrerá mensalmente com duração previamente planejada, o Gestor Escolar deverá reunir todos os docentes, pedagogo e coordenação escolar. Cabe ao Gestor Escolar:

- escolher um docente para redigir a ata da reunião, que será assinada por todos após o término;
- apresentar a pauta da reunião;

- deverá manter o(a) pedagogo(a) informado(a) sobre o desempenho dos discentes durante o momento de planejamento.

- destinar um momento para os docentes compartilharem suas experiências e discutirem assuntos relacionados as rotinas de salas de aulas;

- apresentar e alinhar as ações de Parcerias Institucionais e outras; e
- organizar os momentos de formação internas voltadas para a compreensão e apropriação do segmento de ensino que está atuando.

#### 6.1.5.5 Reunião do Gestor Escolar com a equipe de Líder de Turma

Ao realizar a reunião com os Líderes de Turmas o Gestor Escolar deve apresentar aos mesmos as principais demandas da Instituição de Ensino, para que sejam propostas ações de melhoria dos problemas encontrados.

É importante dialogar com os discentes, para definir os encaminhamentos e/ou soluções das demandas apresentadas; e ouvir os líderes de turma, de forma a chegarem juntos a um consenso acerca das decisões que envolvem todos os discentes da Instituição de Ensino.

#### 6.1.5.6 Reunião dos Líderes de Turma com as Turmas

Em se tratando da reunião do líder com a turma ocorrerá imediatamente após a

reunião de líderes com a gestão, (com definição prévia da aula, para não

*legis*

20/05/2016 *[assinatura]*

coincidir sempre com o mesmo Componente Curricular/horário), sendo a referida reunião mediada pelo docente que estiver atuando na sala de aula.

Caberá ao líder de turma:

- escolher um dos discentes para redigir a ata da reunião com as propostas que serão encaminhadas à reunião de líderes de turma para validação e posteriormente a reunião de líderes, nas turmas de 1º (primeiro) e 2º (segundo) anos a escrita da ata

poderá ser realizada de forma coletiva, sendo o docente o escriba;

- realizar a devolutiva dos assuntos tratados na reunião de líderes;

- fornecer as devolutivas da reunião com a gestão aos discentes da turma, e depois encaminhar as propostas para a reunião entre os líderes; e

- organizar, em conjunto com os discentes da turma, as sugestões sobre as questões que os envolvem e as propostas que serão encaminhadas na reunião de líderes.

#### 6.1.5.7 Reunião entre os Líderes de Turma

A reunião entre os líderes de turma ocorrerá imediatamente após a reunião do mesmo com sua turma, com duração e horário a ser definido pela gestão escolar, sendo mediada pelo gestor.

Caberá aos líderes de turma:

- escolher um dos líderes para redigir a ata da reunião com as

propostas que serão encaminhadas à reunião com a gestão;

- apresentar as propostas de sua turma;

- analisar as propostas para definir, em comum acordo, o que será encaminhado à gestão; e

- redigir as propostas a serem encaminhadas à Gestão Escolar.

#### 6.1.6 Agenda

A Agenda é um instrumento de registro para organizar o trabalho educacional a

ser desenvolvido pela Instituição de Ensino, além de possibilitar melhor

comunicação interna na Instituição e também para com os familiares dos discentes.

#### 6.1.6.1 Agenda de Comunicação

A Agenda de Comunicação é aquela utilizada para comunicação com a família, do discente. É um instrumento que servirá de comunicação entre a Instituição de Ensino e família, onde serão anexados os bilhetes da Instituição contendo os informes, as convocações, o agendamento das reuniões, o cronograma de plantão pedagógico com os responsáveis.

Na Agenda de Comunicação a família também pode enviar registros e informações aos docentes e equipe gestoras das Instituições de Ensino.

#### 6.1.6.2 Agenda de Trabalho Institucional

A Agenda de Trabalho Institucional tem como objetivo relacionar os acontecimentos e/ou ações previstas para a semana, quinzena ou trimestre, de modo a garantir a organização, a comunicação e a visibilidade dos trabalhos a ser desenvolvidos naquele período pré determinado.

Na Instituição que oferta o Ensino Fundamental Anos Iniciais, será adotada a Agenda de Comunicação e a Agenda de Trabalho Institucional.

Vale registrar que diariamente em momento determinado pela Instituição, é de suma importância que os discentes apresentem a Agenda ao docente em sala de aula, para que este possa realizar a observação da Agenda individual, visando a constatação se há registros enviados pela família, e em caso positivo, realize a assinatura abaixo do comunicado, descrevendo a devolutiva necessária, para que a assim esse instrumento de trabalho possa cumprir com a sua funcionalidade.

O instrumento pedagógico denominado de Agenda de Trabalho Institucional deve ser organizado pela equipe gestora da Instituição de Ensino, contando com a participação efetiva de todo os membros da equipe escolar em sua validação democrática e alinhada aos demais documentos oficiais da

*Handwritten mark*

*Handwritten signature and initials*



referida Instituição e após a apreciação esta deve ser afixada em local de relevante visibilidade, visando

publicizar as ações da Instituição de Ensino.

20/5/2014



***7. OS  
PROFISSIONAIS  
QUE ATUAM NO  
ENSINO  
FUNDAMENTAL  
ANOS INICIAIS***

Os profissionais que atuam no Ensino Fundamental Anos Iniciais eles se organizam em duas equipes as quais se agrupam em equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação, que

atuam no âmbito central da Semed e a equipe de Profissionais da Instituição de Ensino que são alocados respeitando o disposto no Perfil Tipológico de cada Instituição.

## 7.1 EQUIPE TÉCNICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação responsável pelo Ensino

Fundamental Anos Iniciais é composta pelos seguintes profissionais:

- a Coordenadora Pedagógica da Educação Básica Municipal;
- a Coordenadora Municipal do Pacto pela Alfabetização na Idade Certa;

- o Técnico Pedagógico;
- a equipe de Nutricionistas da Alimentação Escolar;
- o Técnico do Transporte Escolar;
- os Técnicos de Inspeção Escolar;
- os Técnicos do Setor de Diversidade; e
- os profissionais da equipe de Docentes Formadores.

## 7.2 A EQUIPE DE PROFISSIONAIS DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

A equipe de Profissionais da Instituição de Ensino, do segmento do Ensino Fundamental Anos Iniciais será composta pelos seguintes membros, de acordo com o Perfil Tipológico específico de cada Instituição:

- Gestor Escolar;
- Coordenador Escolar;
- Pedagogo;
- Secretário Escolar;
- Auxiliar de Secretaria Escolar;
- Docentes;
- Auxiliar da Sala de Leitura;
- Auxiliar de Serviços Gerais;
- Cuidador;
- Mediador do Laboratório de Informática Educativa;
- Merendeira; e
- Porteiro.

### 7.2.1 Gestor Escolar

O Gestor Escolar possui as seguintes atribuições:

- distribuir as orientações específicas de cada função, encaminhadas pelo órgão central;
- coordenar a elaboração coletiva o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, o Programa de Auto Avaliação Institucional - PAI, da Proposta Política Pedagógica – PPP, o Plano de Ação da Instituição de Ensino e a Agenda de Trabalho Institucional, acompanhando a execução e promovendo sua avaliação contínua da Instituição;
- executar o planejamento, a efetivação, o monitoramento e a avaliação das ações previstas no Plano de Ação da Instituição de Ensino;
- assegurar tempo e espaço para o desenvolvimento das práticas e vivências do Protagonismo;
- acompanhar e monitorar o fluxo de discentes, no que diz respeito às solicitações de transferência para outras Instituições de Ensino;
- criar condições para a viabilização da Formação Continuada em Serviço da equipe escolar e reuniões;
- viabilizar as condições adequadas para o funcionamento pleno da Instituição de Ensino quanto às instalações físicas, ao relacionamento interpessoal, à efetividade do processo ensino aprendizagem e à participação da comunidade;
- interagir com os familiares/responsáveis pelos discentes, com a comunidade, as lideranças locais, as instituições públicas e privadas para a promoção de parcerias que possibilitem a consecução das ações da Instituição de Ensino, no modelo da corresponsabilidade;
- reunir-se com a equipe gestora para as providências acerca dos registros recebidos da equipe escolar, relatando situações atípicas do cotidiano da Instituição de Ensino observadas nos diversos espaços, tais como: desvio de conduta, dificuldade de relacionamento, sinais de agressão e indisciplina;
- viabilizar a avaliação institucional, envolvendo toda a comunidade escolar em busca de melhoria dos processos de ensino aprendizagem dos discentes da Instituição de Ensino;

- garantir que todos os profissionais na Instituição de Ensino exercitem a Pedagogia da Presença com início no acolhimento diário realizado pela equipe gestora, bem como a recepção dos docentes aos discentes em sala de aula;

- organizar uma equipe responsável pelo acolhimento diário dos discentes, sendo inclusive parte dessa equipe;

### 7.2.2 Coordenador Escolar

O referido profissional possui as seguintes atribuições:

- executar, em conjunto com a equipe escolar, as ações previstas no Plano de Ação da Instituição de Ensino, relacionadas às suas atribuições e atividades concernentes à organização e funcionamento da Instituição de Ensino, garantindo o planejamento, a efetivação, checagem e avaliação em todas as etapas do processo;

- participar do Conselho de Classe, das reuniões de pais, de docentes e de líderes de turma contribuindo com questões e informações importantes, externas à sala de aula, sobre os discentes;

- colaborar com o processo de acolhimento, buscando contribuir com a formação e a organização dos discentes no decorrer do ano letivo;

- responsabilizar se pela busca ativa dos discentes infrequentes ou com tendência à evasão escolar; e

- acompanhar e monitorar a execução das atividades listadas no Plano de Ação da Instituição de Ensino.

- atender, sempre que necessário, aos pais, responsáveis e demais pessoas que compareçam à Instituição de Ensino para tratar de assuntos referentes ao discente;

- acompanhar os horários da Alimentação Escolar dos discentes, realizando o controle durante a alimentação, procurando garantir um espaço de respeito e de integração;

- monitorar as atividades realizadas na Instituição de Ensino, verificando, antes de seu início, o material didático, espaços e equipamentos necessários, solicitados previamente pelo docente, e as condições de higiene da Instituição de

Ensino, acompanhando as atividades realizadas nesses períodos;

- monitorar a frequência dos discentes e, caso necessário, encaminhar a questão à equipe gestora, sendo corresponsável pela busca ativa;

- contribuir com o trabalho de forma integrada com a equipe docente, equipe gestora, Conselho de Instituição de Ensino e pais/responsáveis, para decisões relativas ao discente;

- registrar as ocorrências observadas externas à sala de aula e/ou, fazendo os encaminhamentos necessários, informando ao responsável para tomar as devidas providências;

- atender, no que concerne as suas atribuições, aos discentes nas questões que surgirem e dar os devidos encaminhamentos à equipe gestora e/ou aos órgãos competentes, quando necessário;

- promover condições de cooperação com os demais profissionais da Instituição de Ensino, buscando soluções em situações de conflito nas relações interpessoais no âmbito escolar e, caso necessário, encaminhar a questão à equipe gestora;

- planejar e estabelecer, em conjunto com os demais integrantes da equipe pedagógica da Instituição de Ensino, parcerias com a comunidade, lideranças locais, instituições públicas e privadas para a construção de redes de apoio aos docentes;

- colaborar com o processo de acolhimento, buscando contribuir com a formação e a organização dos discentes no decorrer do ano letivo e outras ações que potencializam essa metodologia na Instituição de Ensino; e

- executar outras tarefas correlatas.

### 7.2.3 Técnico Pedagógico

O referido profissional possui as seguintes atribuições:

- apoiar e auxiliar o Gestor Escolar na elaboração, coordenação, execução e avaliação do Plano de

Desenvolvimento Institucional, do Plano de Avaliação Institucional, da Proposta Político Pedagógica e do Plano de Ação da Instituição de Ensino;

- executar, em conjunto com a equipe escolar, o planejamento, a efetivação, a checagem e a avaliação das ações previstas no Plano de Ação da Instituição de Ensino relacionado às suas atribuições e garantir o planejamento, execução, monitoramento, avaliação e replanejamento das etapas previstas no processo ensino aprendizagem;

- participar da elaboração do planejamento curricular, garantindo que a realidade do discente seja o ponto de partida, para o seu redirecionamento pedagógico;

- orientar, acompanhar e monitorar os docentes;

- monitorar o planejamento curricular do corpo docente, de forma individualizada e coletiva;

- realizar reuniões periódicas com os docentes para monitoramento das ações planejadas;

- monitorar e assegurar a execução das atividades listadas no Plano de Ação da Instituição de Ensino;

- estimular o aperfeiçoamento sistemático do corpo docente, por meio de cursos, seminários, encontros e outros mecanismos adequados, em conjunto com o Gestor Escolar;

- disseminar práticas inovadoras, visando ao aprofundamento teórico e garantindo o uso adequado dos espaços de aprendizagem e recursos tecnológicos disponíveis na Instituição de Ensino;

- estimular e incentivar a Pedagogia da Presença com toda a Comunidade Escolar, mantendo um ambiente favorável ao processo de ensino aprendizagem;

- executar, em conjunto com a equipe escolar, o planejamento, a efetivação, a checagem e a avaliação das ações previstas no Plano de Ação da Instituição de Ensino relacionado às suas atribuições e garantir que todas as etapas do processo sejam efetivadas;

- coordenar, validar, acompanhar e ajustar as ações dos docentes;

- garantir a unidade da ação pedagógica, por meio do gerenciamento das atividades relacionadas ao processo ensino aprendizagem, com vistas à permanência do discente na Instituição de Ensino;

- monitorar, junto aos docentes, o desenvolvimento do Currículo;

- assegurar o alinhamento e o desenvolvimento das competências e habilidades dos Componentes

Curriculares da Base Nacional Comum com o Plano de Ensino;

- analisar os indicadores educacionais da Instituição de Ensino, buscando coletivamente, alternativas para solução dos problemas e propostas de intervenção no processo de ensino aprendizagem;

- produzir relatório escolar periódico com resultados do monitoramento de indicadores de frequência (a fim de subsidiar a busca ativa) e de resultados acadêmicos dos discentes (a fim de subsidiar intervenções pedagógicas);

- coordenar, acompanhar e avaliar a execução dos projetos desenvolvidos na Instituição de Ensino, sistematizando-os por meio de registros e relatórios e divulgando os resultados;

- coordenar junto com o Gestor Escolar, a reunião geral e o Conselho de Classe em todas as fases, buscando identificar e intervir nas dificuldades dos discentes, registrando informações que subsidiem ações futuras;

- diagnosticar a necessidade e propor ações de Formação Continuada em Serviço da equipe escolar;

- acompanhar e avaliar as aulas dos docentes, realizando todos os registros necessários;

- participar do acolhimento diário dos discentes;

- identificar necessidades de natureza socioemocional entre os discentes e articular procedimentos de encaminhamentos para atendimento externo, quando necessário;

- diagnosticar, junto ao corpo docente dificuldades de aprendizagem do discente, sugerindo medidas que contribuam para sua superação;

- planejar e realizar com o gestor(a) o Conselho de Classe, com a participação dos líderes de turma de acordo com a legislação vigente, por meio da elaboração da pauta de avaliação, buscando identificar e intervir nas dificuldades dos discentes; e

- coordenar ações para atender ao discente, individualmente e em grupo, utilizando e diversificando técnicas que permitam diagnosticar, prevenir e acompanhar as situações que resultem no baixo rendimento.

#### 7.2.4 Secretário Escolar

O referido profissional possui as seguintes atribuições:

- responsabilizar-se pelo planejamento, coordenação, controle e avaliação de todos os serviços da Secretaria Escolar;
- responsabilizar-se pela matrícula, expedição e tramitação de todo e qualquer documento, tais como: atestados, transferências, históricos escolares, atas e outros documentos oficiais, que deverá ser verificado se necessário a assinatura conjunta com o Gestor Escolar;
- organizar e manter atualizados o prontuário e registros individuais dos discentes e do pessoal, bem como toda a escrituração escolar, coleção de leis, resoluções, pareceres, ordens de serviços, circulares e outros documentos relativos à legislação educacional sob sua guarda, incluindo os fichários e os arquivos, de modo que possam ser consultados a qualquer momento de forma física ou/e virtual;
- manter-se atualizado quanto às legislações vigentes, regulamentos, despachos e outras determinações oficiais relativas ao ensino e à Instituição de Ensino em que atuar;
- evitar o manuseio, por pessoas estranhas ao serviço, bem como a retirada de pastas, livros, diários de classes e registros de qualquer natureza da Instituição de Ensino, salvo quando, oficialmente, requeridos por órgãos autorizados;
- participar do planejamento geral da Instituição de Ensino e demais reuniões com vistas ao registro da escrituração escolar e arquivo físico e/ou virtual;
- adotar medidas que visem a preservar toda a documentação sobre sua responsabilidade;
- executar outras tarefas delegadas pela gestão da Instituição de Ensino no âmbito de sua competência;
- lavrar atas e anotações de resultados finais, de recuperação, de exames especiais e de outros processos de avaliação cujos registros de resultados forem necessários relacionados aos discentes;
- manter atualizado o movimento de matrícula, de acordo com a quantidade de vagas;
- atender a comunidade de ensino, na área de sua competência, prestando informações e orientações sobre as legislações vigentes, a

organização e o funcionamento da Instituição de Ensino, conforme disposições do Regimento da referida Instituição e encaminhar adequadamente aos setores pertinentes à demanda;

- cuidar da comunicação externa da Instituição de Ensino com a comunidade escolar ou com terceiros;

- organizar e manter em dia todo o serviço de escrituração escolar, arquivos, bancos de dados e correspondências da Instituição;

- observar e fazer cumprir as leis de ensino vigentes e as determinações da gestão escolar;

- devolver devidamente preenchidos, os questionários enviados pelos órgãos da administração pública, submetendo-os, antes, a apreciação da gestão escolar;

- redigir memorandos, ofícios, elaborar relatórios, atas, termos de abertura, encerramento de livros,

executar serviços de digitação quando necessário e expedir a correspondência oficial, submetendo-a antes a gestão escolar;

- receber, informar e atender a Inspeção Escolar no exercício de suas atribuições;

- responder pelo expediente e serviços gerais da secretaria da Instituição de Ensino;

- responsabilizar-se pela incineração de documentos, verificando a legislação vigente, junto com a gestão escolar;

- zelar pelo sigilo de informações pessoais dos discentes, docentes, funcionários e famílias;

- manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com os discentes, os pais e os demais segmentos da comunidade de ensino; e

- executar outras atividades correlatas.

#### **7.2.5 Auxiliar de Secretaria Escolar**

O referido profissional possui as seguintes atribuições:

- realizar tarefas de apoio às atividades de secretaria escolar;

- atender ao público interno e externo, prestando informações, anotando recados, recebendo correspondências e efetuando encaminhamento;

- digitar textos, documentos e tabelas;
- operar microcomputador, utilizando programas básicos e aplicativos para incluir, alterar e obter dados e informações, bem como consultar registros;
- organizar e manter um arquivo privado de documentos referentes ao setor, procedendo à classificação, etiquetagem e guarda dos mesmos, para conservá-los e facilitar a consulta;
- manter atualizada a escrituração de livros, fichas e documentos relativos à vida da Instituição de Ensino a que pertence, à vida profissional dos docentes e à vida escolar dos discentes;
- atender o gestor escolar, pedagógico e coordenadores em suas solicitações dentro do prazo estabelecido; manter atualizada e ordenada toda legislação de ensino, bem como os dados estatísticos;
- lavrar e subscrever todas as atas;
- redigir ofícios, memorandos, relatórios e demais documentos da Instituição de Ensino;
- preencher documentos, tabelas e outros formulários que se fizerem necessários;
- protocolar, registrar, arquivar e manter organizada a documentação da Instituição de Ensino;
- zelar pelo uso e conservação de materiais, mobiliários e equipamentos sob sua responsabilidade;
- garantir que as matrículas sejam feitas de acordo com as normas vigentes;
- consultar sempre a documentação de apoio, para efetuar as matrículas corretas;
- atender para que os serviços de secretaria sejam feitos rigorosamente em dia, mesmo nos períodos de férias;
- atender as transferências, analisando se estão dentro da legislação em vigor;
- preencher com clareza e precisão os relatórios, ficha individual, histórico e boletim; e
- executar outras atividades correlatas.

### 7.2.6 Docente

O docente possui as seguintes atribuições:

- participar ativamente na elaboração do Plano de Ação da Instituição de Ensino a ser desenvolvido e monitorado pela equipe gestora;

- elaborar e cumprir o Plano de Ensino, Plano de Aulas, em consonância com o Plano de Ação da Instituição de Ensino e com a Proposta Político Pedagógica da Instituição de Ensino;

- assegurar o desenvolvimento das competências e habilidades da Base Nacional Comum Curricular, garantindo a aplicação dos fundamentos, dos princípios e dos conceitos da Proposta Político Pedagógica;

- utilizar metodologias de trabalho que, respeitando a Proposta Política Pedagógica da Instituição de Ensino, promovam a inclusão, a solidariedade, a troca de experiências, a aprendizagem e contribuam para a Educação Integral dos discentes;

- identificar, em conjunto com o pedagogo da Instituição de Ensino, as

situações de necessidades de atendimento diferenciado para o devido encaminhamento dos discentes;

- diagnosticar regularmente as dificuldades de aprendizagem do discente, sugerindo medidas que contribuam para superá-las;

- participar das reuniões gerais, de pais/familiares/responsáveis e do Conselho de Classe, fornecendo, quando necessário, informações sobre o desempenho dos discentes;

- propor, discutir, apreciar e coordenar projetos para sua ação pedagógica;

- participar das atividades diversificadas e das atividades complementares, bem como das atividades de natureza interdisciplinar e multidisciplinar;

- promover, cotidianamente, a autoestima do discente de maneira a praticar a Pedagogia da Presença e zelar por sua aprendizagem;

- promover ações de melhoria constante do clima institucional entre toda a comunidade escolar, bem como o crescimento dos resultados da Instituição de Ensino e da excelência acadêmica;

- elaborar o Plano Educacional Individualizado, para os discentes que são público-alvo da Educação Especial; e

### 7.2.7 Auxiliar da Sala de Leitura

O Auxiliar da Sala de Leitura possui as seguintes atribuições:

- atender e auxiliar os leitores na pesquisa e procura de livros;
- organizar e atualizar livros, revistas e outros periódicos;
- ordenar os livros, revistas, jornais e documentos nas estantes;
- receber e guardar os livros, documentos, revistas e jornais em seus respectivos lugares;
- catalogar, registrar e classificar os livros, revistas e periódicos;
- preencher e ordenar as fichas dos leitores;
- fazer empréstimos de livros, revistas, jornais e outros periódicos, controlando as devoluções;

### 7.2.8 Auxiliar de Serviços Gerais

O Auxiliar de Serviços Gerais possui as seguintes atribuições:

- executar outras tarefas correlatas.

- receber doações de livros, revistas e outras publicações;
- elaborar e executar pesquisas junto aos leitores para indicação de títulos de livros para ampliação do acervo;
- participar de cursos, palestras, seminários, etc.;
- divulgar eventos culturais desenvolvidos pela sala de leitura;
- manter estantes limpas e organizadas;
- elaborar relatórios e/ou mapas estatísticos sobre suas atividades; e
- executar outras tarefas correlatas.

- executar tarefas de natureza rotineira de limpeza em geral, nas dependências de edifícios públicos municipais;

- limpar recintos e acessórios: limpar e arrumar as dependências das Instituições de Ensino, a fim de mantê-los nas condições de asseio requeridas;

- coletar os resíduos dos depósitos, fazendo a separação do mesmo para ser recolhido pela equipe da coleta seletiva;

- higienizar utensílios e equipamentos;

- esterilizar instrumentos e materiais;

- verificar a existência de materiais e equipamentos de limpeza e outros itens relacionados com seu

trabalho, comunicando ao superior imediato a necessidade de reposição, quando for o caso;

- verificar validade e qualidade de produtos químicos e de limpeza;

- manter arrumado o material sob sua guarda;

- comunicar ao superior imediato qualquer irregularidade verificada, bem como a necessidade de consertos e reparos nas dependências, móveis e utensílios que lhe cabe manter limpos e com boa aparência; e

- executar outras tarefas correlatas.

### 7.2.9 Cuidador

O Cuidador possui as seguintes atribuições:

- executar serviços de atendimento às crianças da Educação Infantil e Ensino Fundamental, inclusive as crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação em suas atividades e necessidades diárias, bem como acompanhar as atividades educacionais, dentro ou fora do período escolar regular;

- manter espírito de cooperação, cordialidade, solidariedade e respeito com os discentes, com a equipe escolar e com a comunidade em geral;

- dispensar atenção, carinho e respeito aos discentes, permanecendo de prontidão aos chamados;

- incentivar a participação, o diálogo e a cooperação entre os discentes, entre os demais discentes e a comunidade em geral, visando a construção de uma sociedade solidária, justa e democrática;

- brincar com os discentes e compartilhar observações destinadas a sinalizar os avanços pessoais e as possibilidades de superação de dificuldades, de modo a construir uma imagem positiva de si mesma;

- conservar e manter em ordem todos os ambientes da Instituição de Ensino, tais como almoxarifado, armários, estantes, locais ou objetos;

- assistir os discentes nos seus deslocamentos, refeições, cuidados de saúde, higiene íntima e pessoal, e demais atividades;

- zelar pela efetiva recepção e entrega dos discentes ao chegarem ou partirem das Instituições de Ensino;

- executar, com segurança, as manobras posturais de transferência, movimentação e locomoção dos discentes, para a realização das atividades educacionais;

- executar outras tarefas, inclusive administrativas, determinadas pelo superior imediato;

- garantir que discentes com limitações de locomoção realizem as atividades propostas pelos educadores durante as aulas, viabilizando sua efetiva participação na Instituição de Ensino; e

- executar outras atividades correlatas.

#### **7.2.10 Mediador do Laboratório de Informática Educativa**

O Mediador do Laboratório de Informática Educativa possui as seguintes atribuições:

- dar condições para que a comunidade escolar (principalmente os docentes, discentes e pedagogos) possa interagir com os computadores e demais equipamentos, integrando-os às suas práticas pedagógicas ou dos Componentes do Currículo;

- propiciar aos docentes e discentes a apropriação crítica das

mídias e seus impactos nas formas de ser, pensar, agir e se relacionar com o mundo;

- criar um ambiente de cordialidade e de aprendizagem mútua a partir das relações de parceria e de cooperação com os discentes, e entre os discentes e os docentes;

- ter iniciativa para propor atividades e projetos junto aos profissionais da Educação, procurando romper as barreiras, dificuldades ou

resistências em relação ao uso das novas tecnologias educacionais;

- participar de reuniões de planejamento com o pedagogo da Instituição de Ensino, incentivando os docentes a utilizarem o laboratório de informática para o desenvolvimento de atividades, pesquisas, elaboração de projetos, capacitação e outras atividades afins;

- propor o desenvolvimento de projetos cooperativos ou atividades extracurriculares ou curriculares, utilizando temas emergentes, evitando assim a ociosidade do laboratório;

- possibilitar ao docente autonomia para propor as atividades e projetos que quiser;

- incentivar projetos colaborativos envolvendo docentes, discentes, Instituição de Ensino e comunidade utilizando recursos variados;

- fornecer informações sobre uso dos softwares instalados ou sobre outras aplicações ou conceitos requeridos pelos docentes, para o desenvolvimento de suas atividades no laboratório;

- elaborar em parceria com o pedagogo o cronograma de atendimento ou agendamento de aulas;

- assessorar o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC – nos outros espaços pedagógicos da Instituição de Ensino (bibliotecas, salas de aula, secretaria, etc.);

- orientar as pesquisas na internet, certificando-se em relação ao acesso a sites acadêmicos;

- criar um ambiente motivacional de alfabetização, socialização e comunicação, colocando cartazes, reportagens e outros recursos que facilitem a troca de conhecimento e informação;

- provocar o pensar sobre o pensar, ao analisar com o grupo os problemas que estão sendo implementados, e estimular cada discente a formalizar seu problema, a alternativa de solução adotada, as dificuldades encontradas e as novas descobertas;

- incentivar a formação continuada individual e coletiva de docentes no uso das novas tecnologias na Educação;

- realizar em parceria com o docente e/ou pedagogo oficinas pedagógicas, projetos e/ou atividades no laboratório de informática, utilizando

de softwares educacionais e outras práticas pedagógicas;

- executar ações planejadas a serem desenvolvidas no laboratório de informática educativa, interagindo com

#### 7.2.11 Merendeira

A Merendeira possui as seguintes atribuições:

- zelar pela limpeza e organização da cozinha e suas dependências;

- receber alimentos e materiais destinados a Alimentação Escolar e controlar sua entrada e saída por meio de planilhas de estoque;

- observar os aspectos dos alimentos antes e depois de sua preparação, quanto ao cheiro, cor e sabor;

- abrir apenas as embalagens para o consumo do dia, guardando bem fechadas as que não forem utilizadas totalmente e quando necessária etiquetá-las;

- acondicionar alimentos em congelamento para evitar o desperdício;

- verificar o cardápio do dia e providenciar com antecedência os ingredientes, segundo as técnicas de preparo e per capita para que estejam

os discentes juntamente com o docente; e

- executar outras atividades correlatas.

prontos no horário estabelecido e na temperatura adequada;

- realizar coleta de amostras dos alimentos diariamente nos turnos matutino e vespertino;

- distribuir as refeições nos horários indicados pela gestão escolar;

- higienizar equipamentos, móveis, bancadas e utensílios;

- controlar o consumo de gás, material de limpeza, entre outros;

- cuidar da conservação do fogão, bem como do controle das panelas, pratos, canecas, tigelas e todos os outros utensílios de cozinha;

- verificar funcionalidade de equipamentos e solicitar manutenção ou troca de quando necessário;

- manter a mais rigorosa higiene nas dependências de armazenamento, preparo e distribuição da Alimentação Escolar;

- usar a criatividade, procurando tornar a alimentação mais saborosa e nutritiva;

- realizar a coleta de lixo diariamente;

- manter um bom relacionamento com o gestor (a), docentes, servidores e principalmente os discentes;

- apresentar-se sempre asseada, com touca e avental, com as unhas limpas e aparadas. Toda vez que fizer uma atividade diferente, lavar as mãos antes de retornar e manipular os alimentos;

- usar uniformes e EPI's;

- não mexer nos alimentos com ferimentos ou cortes nas mãos;

- tampar as panelas para não deixar os alimentos expostos;

- controlar a temperatura de armazenamento e distribuição dos alimentos;

- não permitir a entrada de pessoas de outros setores na cozinha sem uniforme adequado;

- cuidar da higiene pessoal, dos alimentos, do ambiente, equipamentos e utensílios;

- manter-se sempre informada, participando de capacitações em sua área profissional.

### 7.2.12 Porteiro

O Porteiro possui as seguintes atribuições:

- executar tarefas inerentes à segurança e vigilância dos bens, espaços públicos, edifícios e logradouros que compõem o acervo do patrimônio municipal, com fim de cobrir depredações, arrombamentos, invasões e outros tipos de ações criminosas;

- zelar pela guarda do patrimônio e proceder à ronda diurna nas dependências de prédios e áreas

adjacentes, verificando se portas, janelas, portões e outras vias de acesso estão devidamente fechadas;

- examinar as instalações hidráulicas e elétricas dos prédios que compõem o acervo municipal, tomando as providências necessárias na ocorrência de fatos imprevistos;

- acender e apagar lâmpadas dos prédios;

- executar vigilância no sentido de proteger os bens artísticos, culturais,

cívicos, ambientais, estéticos, históricos e/ou outros;

- relatar avarias nas instalações;
- prevenir incêndios;
- controlar o fluxo de pessoas solicitando a identificação e encaminhando ao setor de destino na Instituição;
- controlar a movimentação das pessoas;
- prestar primeiros socorros;
- acionar a Polícia Militar através do telefone 190, e o Corpo de Bombeiros por intermédio do 193;
- orientar sobre eventos internos da Instituição;

- executar vigilância junto aos discentes, no sentido de orientá-los e protegê-los quanto ao tráfico de drogas, roubo e marginalização;

- executar vigilância junto aos discentes, no sentido de orientá-los a evitar a propagação da promiscuidade e pornografia, e a divulgação de ideias destruidoras da família;

- transmitir recados;
- lidar com o público; e
- além dessas atribuições todas as demais inerentes ao seu cargo, conforme legislação vigente e aquelas que forem conferidas.



# ***8. A AVALIAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS***

Considerando a regulamentação da avaliação nas Instituições de Ensino da Rede Pública Municipal, o rendimento escolar trimestral e anual, os discentes dos primeiros e segundos anos serão avaliados de forma qualitativa, já os discentes estes serão avaliados de forma qualitativa e quantitativa.

Considerando a organização dos trimestres e a necessidade de zelar pelos registros escolares dos discentes, na garantia de documentar a vida escolar dos mesmos, resguardando os direitos educacionais de continuidade aos estudos, a Secretaria Municipal de Educação no dever de cuidar legalmente da vida escolar dos discentes, registra os seguintes encaminhamentos avaliativos:

- nas turmas de Ensino Fundamental Anos Iniciais, especificamente no 1º (primeiro) e 2º

**(segundo) Anos:** a avaliação será qualitativa, ou seja, o registro avaliativo do rendimento escolar dos discentes serão realizados trimestralmente, em ficha própria, pelos profissionais docentes envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, enfatizando os avanços alcançados em cada Componente Curricular.

- nas turmas de 3º (terceiro) ao 5º (quinto) Ano do Ensino Fundamental: os discentes serão avaliados de forma qualitativa e quantitativa, considerando os Componentes Curriculares e as pontuações apresentadas a seguir.

A avaliação para estas turmas será considerada as pontuações de cada trimestre, ou seja, no 1º (primeiro) e no 2º (segundo) trimestre, o valor total é de 30 (trinta) pontos em cada um deles, e para o 3º (terceiro) trimestre, o valor total é de 40 (quarenta) pontos.

### 8.1 AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA DA APRENDIZAGEM

A Avaliação Diagnóstica da Aprendizagem possibilita a identificação das aprendizagens que foram consolidadas ou não pelos discentes e viabiliza o planejamento de

intervenções pedagógicas mais adequadas para atender os diferentes percursos de aprendizagem de cada discente em sala de aula.

A Avaliação Diagnóstica da Aprendizagem na Rede Pública Municipal de Ensino é realizada em 02

(duas) vertentes: a Avaliação Diagnóstica de Rede e a Avaliação Diagnóstica da Instituição de Ensino.

### **8.1.1 Avaliação Diagnóstica de Rede**

Avaliação Diagnóstica da Rede é uma ação de grande importância para o planejamento da equipe pedagógica, pois é a partir dos resultados que terá elementos pedagógicos para organizar o plano de trabalho das Instituições de Ensino, levando em consideração as necessidades de aprendizagem dos discentes.

De posse dos resultados da Avaliação Diagnóstica, faz-se necessário planejar ações estratégicas e metodológicas de ensino que assegurem que os objetivos e conhecimentos a serem trabalhados com os discentes estejam de acordo com suas necessidades de aprendizagem, conforme o Currículo da Rede Pública Municipal de João Neiva, subsidiando, assim, a elaboração do Plano de Intervenção Pedagógica ajustado à realidade educacional da Rede.

A Avaliação Diagnóstica de Rede tem como objetivo contribuir para o fortalecimento das aprendizagens e a recuperação dos conhecimentos ainda

não consolidados pelos discentes. Assim, essa ação consiste na aplicação de Avaliação Diagnóstica de Rede aos discentes de 1º(primeiro) ao 5º(quinto) ano, contemplando 02 (dois) Componentes Curriculares a saber: Língua Portuguesa e Matemática.

A Avaliação Diagnóstica de Rede será elaborada e aplicada pela equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.

A referida Avaliação será aplicada preferencialmente nos meses de fevereiro e novembro, sendo em fevereiro a Avaliação Diagnóstica Inicial e em novembro a Avaliação Diagnóstica Final.

As orientações da Avaliação Diagnóstica de Rede serão enviadas às Instituições de Ensino por meio de ofício e de orientações aos Pedagogos em Reunião específica para essa finalidade.

Ao elaborar a Avaliação Diagnóstica de Rede será considerada a Matriz de

Referência do Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (Paebes) e o Currículo vigente. Serão selecionados os descritores que contemplam as expectativas mínimas de aprendizagem para o ano/turma em que os discentes se encontram matriculados, definindo um quantitativo

de questões para a avaliação, em diferentes níveis de dificuldade, garantindo a participação de todos os discentes. Serão disponibilizadas avaliações adaptadas para o público alvo da Educação Especial, primando pela equidade.

### **8.1.2 Avaliação Diagnóstica da Instituição de Ensino**

A Avaliação Diagnóstica da Instituição de Ensino é uma ação pedagógica essencial, pois a partir dos resultados, os docentes e equipe gestora terão elementos para elaborar seu Plano de Ensino Anual (no início do ano letivo) e realizar os ajustes necessários (nos objetivos de aprendizagens, competências e habilidades, metodologias, avaliação e etc.) entre trimestres, no decorrer do ano letivo.

A Avaliação Diagnóstica de Língua Portuguesa avaliará a escrita e a leitura dos discentes, considerando que os 02 (dois) processos são complementares e essenciais à alfabetização.

Propõem-se que a Avaliação seja realizada no mês de fevereiro, bem como a análise dos resultados, visando a elaboração de um Plano de Intervenção Pedagógico, para apoio

aos discentes que não consolidaram as competências e habilidades essenciais ao ano que está cursando a avanços para os discentes que as consolidaram.

Dessa maneira, durante o ano letivo, as Avaliações Diagnósticas devem ocorrer nos seguintes períodos: Início e final do 1º (primeiro) trimestre, final do 2º (segundo) trimestre e final do 3º (terceiro) trimestre.

Diante desse contexto faz-se necessário que a equipe gestora e docentes das Instituições de Ensino, em parceria com a equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação elaborem a Avaliação Diagnóstica de Leitura e Escrita.

A Avaliação Diagnóstica de Escrita, dos 1º (primeiro) e 2º (segundo) anos, está relacionado às Práticas de Produção de Texto, e tem como objetos de

conhecimento as capacidades de aquisição do sistema de escrita.

A Avaliação Diagnóstica de Escrita, dos 3º (terceiro) anos, 4º (quarto) anos e 5º (quinto) anos, está relacionado às Práticas de Produção de Textos, e tem como objetos de conhecimento as capacidades relativas à elaboração de textos organizados em gêneros da ordem do narrar.

A Avaliação Diagnóstica de Leitura, dos 1º (primeiro) e 2º (segundo) anos, refere-se às Práticas de Leitura de Textos do Currículo de Língua Portuguesa, e tem como Objetos de Conhecimento as Capacidades de Aquisição do Sistema de Escrita.

A Avaliação Diagnóstica de Leitura, dos discentes do 3º (terceiro) ao 5º (quinto) anos, é relativo às Práticas de Leitura de Textos do Currículo, e tem como Objetos de Conhecimento as Capacidades de Compreensão de Textos.

Para o 3º (terceiro) ao 5º (quinto) ano, a Avaliação Diagnóstica de Escrita se dará pela reescrita de texto, cuja finalidade é possibilitar ao discente a apropriação de recursos da linguagem escrita e de organização do texto, assim como de procedimentos de

escritor: planejamento, revisão processual e final.

Para as turmas de 5º (quinto) ano pode ser ampliado para a produção de textos de autoria. Os discentes que no 3º (terceiro) ano, ainda, não se apropriaram do Sistema de Escrita Alfabética, deverão realizar a proposta indicada para os 1º (primeiro) e 2º (segundo) anos, tanto para a escrita como para a leitura.

Ressalta-se que a Avaliação Diagnóstica de não há revisão textual, no entanto, é importante que o docente e equipe gestora analise além dos aspectos individuais, os coletivos, para que se possa qualificar as intervenções com a turma.

O desafio na reescrita de texto está em como escrever algo que já existe. É um texto autoral, no entanto, deve-se assegurar aspectos essenciais à preservação do texto original.

Serão encaminhados trimestralmente às Instituições de Ensino os documentos organizados pelo setor pedagógico da Secretaria Municipal de Educação para a realização dos diagnósticos de leitura e escrita.

Reitera-se a necessidade de os gestores escolares, pedagogos e

docentes considerarem a Avaliação Diagnóstica da Rede Inicial e Final realizada pela Secretaria Municipal de Educação, bem como as avaliações externas no âmbito estadual e federal, para comparar os resultados obtidos, realizando as intervenções necessários para a melhoria da aprendizagem.

Como forma de acompanhar e monitorar o trabalho pedagógico das

Instituições de Ensino, a equipe gestora deverá encaminhar à Secretaria Municipal de Educação os demonstrativos dos resultados alcançados ao longo dos trimestres e as ações a serem desenvolvidas para alcançar as competências e habilidades para garantia efetiva das aprendizagens.

## 8.2 AVALIAÇÕES EXTERNAS DE APRENDIZAGEM

O ato de avaliar subsidia as decisões do sujeito da ação, que, com base no conhecimento da qualidade da realidade, escolhe tanto agir, como também o modo de agir (LUCKESI, 2020).

As Avaliações Externas de Aprendizagem são definidas, organizadas e conduzidas por quem não se encontra no interior das Instituições de Ensino, e considerando sua abrangência, também são intituladas de Avaliações em Larga Escala.

A Avaliações Externas de Aprendizagem, além de ser utilizada como uma forma de diagnóstico da aprendizagem, também constitui um instrumento para a formulação de Políticas Públicas em Educação.

Nesse sentido, é importante que as Instituições de Ensino se apropriem dos resultados e planejem coletivamente ações que garantam a participação e engajamento de toda a comunidade escolar.

A Rede Pública Municipal de Ensino de João Neiva aderiu ao Programa de Avaliações Externas em nível nacional e estadual. Nesta última categoria, sob a organização e regulamentação da Secretaria de Estado da Educação, destaca-se um instrumento normativo: Portaria nº 064-R, de 24 de maio de 2017 – que institui o Sistema Capixaba de Avaliação da Educação Básica no âmbito do Sistema de Ensino do Espírito Santo - SICAEB;

O planejamento, produção, armazenamento e fornecimento de informações, dados e resultados sobre as avaliações educacionais da Educação Básica do Espírito Santo, em

âmbito estadual e nacional, são de competência da Gerência de Avaliação (GEA), instituída pelo Decreto nº 4889-R, de 21 de maio de 2021.

### **8.2.1 Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (PAEBES E PAEBES-ALFA)**

O Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo se organiza na vertente do PAEBES-ALFA e do PAEBES, avaliando anualmente o nível de apropriação dos discentes em Alfabetização, Língua Portuguesa e Matemática (de todas as etapas avaliadas), em todas as etapas

avaliadas. A aplicação das referidas Avaliações ocorre anualmente, sendo o resultado divulgado no ano subsequente a aplicação de cada Avaliação.

A Avaliação possui Matriz de Referência em Língua Portuguesa e Matemática.

### **8.2.2 Avaliação de Fluência em Leitura do Estado do Espírito Santo**

A Avaliação de Fluência em Leitura do Espírito Santo é fruto do regime de colaboração entre Estado e Municípios, visando a melhoria da aprendizagem durante o Ensino Fundamental Anos Iniciais, com ênfase na alfabetização dos discentes.

Essa Avaliação, também conhecida por "Teste de Fluência", busca aferir a fluência em leitura do código alfabético da Língua Portuguesa, na variante brasileira, dos discentes do 2º (segundo) ano do Ensino Fundamental da Rede Pública Estadual e, por adesão, da Rede Pública Municipal também participa da Avaliação de Fluência em Leitura e tem ocupado a primeira classificação na referida Avaliação por 03 (três) anos consecutivo: 2021, 2022 e 2023.



Realizar a Avaliação de Fluência em Leitura significa avaliar o processo de alfabetização por meio da velocidade, precisão e clareza na leitura e entonação das palavras e textos lidos, entendendo que a fluidez no ato de decodificar palavras e símbolos sinaliza uma melhor compreensão do texto e a internalização de seu conteúdo.

### 8.2.3 Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) consiste num conjunto de Avaliações Externas em Larga Escala que permite ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) realizar um diagnóstico da Educação Básica brasileira e de fatores que podem interferir no desempenho do discente.

A Avaliação do Saeb também são elaboradas a partir de Matrizes de Referência. As atuais Matrizes de Referência de Língua Portuguesa e Matemática estão subdivididas em tópicos ou temas e estes, em descritores. Cada descritor é uma associação entre

conteúdos curriculares e operações mentais desenvolvidas pelos discentes, que traduzem certas competências e habilidades.

Os descritores, portanto, especificam o que cada habilidade implica e são utilizados como base para a construção dos itens das diferentes Componentes Curriculares.

Cada descritor dá origem a diferentes itens e, a partir das respostas dadas, verificam-se quais habilidades dos discentes efetivamente desenvolveram.

O Sistema de Avaliação da Educação Básica após aplicação e apuração dos dados, resulta no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) que foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da Educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas Avaliações.

O Ideb é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). O índice varia de 0 (zero) a 10 (dez).

<b>IDEB – RESULTADOS E METAS</b>		
<b>ANO</b>	<b>META PROJETADA</b>	<b>META ALCANÇADA</b>
2005	-	4.3
2007	4.4	4.8
2009	4.7	5.7
2011	5.1	5.6
2013	5.4	5.8
2015	5.6	5.8
2017	5.9	6.2
2019	6.1	6.9
2021	6.4	6.5

Fonte: Ideb - Resultados – INEP/ MEC, Ministério de Educação e  
Plan. 2021. O indicador de Anos Iniciais Ideb (2019-2021).  
Acesso em: agosto de 2023.

A seguir apresenta-se os resultados do Ideb do município de João Neiva, considerando as Meta Projetada e a Meta alcançada pela Rede Pública Municipal de Ensino.

Em se tratando do Resultado do IDEB, vale destacar em relação a Metas alcançadas em nível Estadual e Federal, o Município de João Neiva ao longo dos anos tem apresentando resultados significativos.

### 8.3 AVALIAÇÃO TRIMESTRAL

A Avaliação Trimestral constitui um dos elementos para a reflexão e a transformação da prática escolar e tem por princípio o aprimoramento da qualidade de ensino, devendo ser realizada de forma contínua e cumulativa.

De acordo com a legislação vigente, a Avaliação Trimestral será cumulativa com percentuais crescentes do 1º (primeiro) ao 3º (terceiro) trimestre perfazendo um total de 100 (cem) pontos ao final de cada ano letivo, devendo obedecer à seguinte escala de pontuação:

**1º Trimestre:** serão distribuídos 30 (trinta) pontos;

**2º Trimestre:** serão distribuídos 30 (trinta) pontos; e

**3º Trimestre:** serão distribuídos 40 (quarenta) pontos.

No Sistema Avaliativo Institucionalizado, considerando o valor de cada trimestre citado anteriormente, os discentes deverão ser avaliados em

no mínimo 03 (três) modalidades avaliativas e será organizado considerando os seguintes quesitos e porcentagens:

- avaliar por Componentes Curriculares, por meio de 02 (duas) avaliações em que cada uma delas corresponda a 30% (trinta por cento), totalizando assim ao quantitativo geral de 60% (sessenta por cento) do valor total do trimestre;

- registrar nas questões das avaliações dos Componentes Curriculares, como também é obrigatório a apresentação dos valores por acerto e por questão;

- avaliar as atividades e/ou Trabalhos Educacionais, no valor de 30% (trinta) por cento do valor total do trimestre; e

- oportunizar autoavaliação e/ou a participação dos discentes nas aulas no valor de 10% (dez) por cento do valor total do trimestre.

Além da organização apresentada acima no Sistema Avaliativo da Rede Pública Municipal de Ensino.

Anualmente o discente passará no mínimo por 2 (duas) Avaliações Diagnósticas de Aprendizagem da Rede Pública Municipal de Ensino, que servirão de base e suporte para definição das metas, ações e intervenções pedagógicas da Rede.

A promoção é o resultado da avaliação do aproveitamento escolar do discente, aliada à apuração da sua frequência.

Será promovido no final do ano letivo, o discente que obtiver o mínimo de 60% (sessenta por cento) dos pontos atribuídos nos 3 (três) trimestres, em cada um dos Componentes Curriculares;

Aos discentes amparados por legislação específica, no que se refere à frequência às aulas, a Instituição de

Ensino proporcionará formas alternativas para desenvolvimento das atividades e avaliações propostas.

Os discentes que apresentam baixo rendimento escolar terão direito a recuperação nas seguintes modalidades:

- **Recuperação Paralela:** oferecida, obrigatoriamente, ao longo dos trimestres letivos; e

- **Recuperação Trimestral:** obrigatória nos dois primeiros trimestres letivos e em forma de projeto, quando a Recuperação Paralela não for suficiente para o discente alcançar resultado satisfatório.

Nos 1º (primeiro) e 2º (segundo) Anos, para efeito de aprovação, deverá ser apurado, somente, o percentual mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) de frequência.

#### 8.4 RECUPERAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR ANUAL

Os discentes que apresentarem baixo Rendimento Escolar ao final do 3º (terceiro) trimestre terão direito a recuperação nas seguintes modalidades:

- **Recuperação Final:** oferecida obrigatoriamente, pela Instituição de Ensino, imediatamente após o término do ano letivo, com atribuição de valor correspondente a 100 (cem) pontos. Para o discente que não alcançar

13/11/2015

20/12/15

resultado mínimo de 60 (sessenta) pontos, durante o ano letivo.

• **Estudos Especiais de Recuperação:** oferecidos aos discentes que não lograram êxito em até 03 (três) Componentes Curriculares, conforme legislação vigente, após Recuperação Final, antes do início do ano letivo subsequente, com atribuição de valor correspondente a 100 (cem) pontos, cabendo a Instituição de Ensino informar as famílias dos discentes envolvidos, antes do período de férias escolares, os procedimentos relativos a esses estudos.

A Avaliação de Estudos Especiais de Recuperação deverá ser elaborada pelo docente responsável do Componente Curricular acompanhada com a chave de correção e deverá ser entregue ao pedagogo da Instituição de Ensino antes do Conselho de Classe Final.

A aplicação e a correção da Avaliação deverão ser realizadas pelo pedagogo(a) ou gestor(a) da Instituição de Ensino.

A Recuperação Paralela, a Recuperação Trimestral, Final e os Estudos Especiais de Recuperação

serão oferecidos conforme estabelecida na Proposta Política Pedagógica da Instituição de Ensino, respeitado o disposto no Regimento Escolar e Diretrizes Comuns da Rede Pública Municipal de Ensino.

A insuficiência de aprendizagem pode ser objeto de correção, através dos Estudos de Recuperação, quanto às faltas, o discente que ultrapassar o limite previsto, estará reprovado no período letivo correspondente.

Será considerado aprovado o discente que obtiver no mínimo 60 (sessenta) pontos em cada Componente Curricular após estudos de recuperação.

A recuperação de estudos deve ocorrer de forma permanente e concomitante ao processo ensino aprendizagem.

Uma segunda oportunidade de avaliação será oferecida pela Instituição de Ensino por motivos de doença, luto, prestação de deveres cívicos ou outros considerados justos, conforme critérios estabelecidos pela Proposta Política Pedagógica da Instituição de Ensino.

A Instituição de Ensino não pode computar, para efeito de cumprimento do mínimo de dias letivos a carga

20/5/21 [assinatura]

horária estabelecida por lei os dias destinados à Recuperação Final.

O processo de Recuperação Final não se aplica aos casos de frequência inferior à mínima exigida para promoção.

A Recuperação deve ser ministrada pelo próprio docente, competindo-lhe declarar a recuperação ou não do desempenho do discente.

#### 8.5 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

Será feito aproveitamento de estudos concluídos com êxito, sempre que a situação escolar do discente assim o exigir. Caberá a equipe gestora analisar e solucionar os casos de Aproveitamento de Estudos.

O Aproveitamento de Estudos ocorre mediante a verificação da documentação comprobatória de estudos do discente, no que se refere aos Componentes Curriculares, carga horária, anos, períodos ou etapas em que o discente obteve aprovação, se constatada a equivalência ao Currículo adotado pela Instituição de Ensino.

Poderá a Instituição de Ensino fazer o Aproveitamento de Estudos, conforme

Os resultados da Recuperação Trimestral e Final substituem os alcançados nas avaliações efetuadas durante o período letivo, quando o discente atinja resultado superior.

Nos 1º (primeiro) e 2º (segundo) anos, para efeito de aprovação, é apurado, somente, o percentual mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) de frequência.

previsto na legislação vigente da Rede Pública Municipal de João Neiva.

Para efeito de Aproveitamento de Estudos, poderá a Instituição de Ensino submeter o candidato a uma avaliação de conhecimentos prévios, objetivando subsidiar a elaboração do Plano de Adequação de Estudos, se for o caso.

Deve a Instituição de Ensino arquivar na pasta individual do discente, os documentos apresentados, bem como, a avaliação de conhecimentos que for submetido, devendo cursar também os Componentes Curriculares nos quais não obtiver resultado satisfatório para promoção.

### 8.5.1 Correção de Fluxo

A Instituição de Ensino poderá oferecer um programa especial de estudos para discentes do Ensino Fundamental com atraso de pelo menos 2 (dois) anos na relação entre idade cronológica e ano de acordo com a legislação vigente da Rede Pública Municipal de João Neiva.

O discente submetido ao programa especial de estudos poderá ser reposicionado no ano, em qualquer momento do ano letivo, beneficiando-se do processo de reclassificação, em caso de correção da defasagem escolar.

Os pais ou responsável legal do discente deverá protocolar na Instituição de Ensino o requerimento devidamente assinado, solicitando a classificação ou reclassificação do discente.

A Instituição de Ensino para ofertar o programa especial de estudos deve:

- incluir na Proposta Política Pedagógica da Instituição de Ensino as linhas gerais do programa de estudos;
- adequar o plano de estudos aos objetivos específicos de correção do atraso escolar;

- atender aos discentes com atraso escolar em salas de aula de ensino regular;

- utilizar materiais facilitadores do ensino para o discente e o docente; e

- formar adequadamente os docentes para o desenvolvimento do programa de estudos.

O processo de regularização da vida escolar é de responsabilidade da Instituição de Ensino sob a supervisão da Secretaria Municipal de João Neiva, conforme legislação vigente, sendo necessários os seguintes procedimentos:

- constatada a irregularidade, a gestão da Instituição de Ensino, imediatamente comunicará à Secretaria Municipal de Educação;

- a Secretaria Municipal de Educação acompanha o processo pedagógico e administrativo, desde a comunicação do fato até a sua conclusão; e

- tratando-se de transferência com irregularidade, compete a gestão da Instituição de Ensino registrar os resultados do processo de regularização na documentação do discente.

### 8.5.2 Classificação e Reclassificação

Em se tratando de Aproveitamento de Estudos, visando a correção idade-ano, as Instituições de Ensino de Educação Básica são responsáveis por classificar e/ou reclassificar o discente para fins de ajustamento curricular, inclusive no caso de transferência de Instituição Estrangeira.

Entende-se por classificação o procedimento que a Instituição de Ensino adota, em qualquer época do ano letivo, para posicionar o discente no ano e etapa de escolarização, segundo seu nível de conhecimento.

A Reclassificação é o processo pelo qual a Instituição de Ensino avalia o grau de conhecimento e experiências do discente, para encaminhá-lo ao ano e à etapa de estudos compatíveis com sua experiência e desenvolvimento, independentemente dos registros contidos no seu Histórico Escolar, assim, o discente da própria Instituição, com retenção em até 02 (dois) Componentes Curriculares, será reclassificado no início do ano e o discente que ingressar por transferência na Rede Pública Municipal de Ensino poderá ser

reclassificado em qualquer época do ano.

O discente da própria Instituição que apresentar distorção idade-ano igual ou superior a 02 (dois) anos, respeitado o grau de conhecimento e sua experiência escolar, deverá ser reclassificado, corrigindo a referida distorção.

Não é permitida a reclassificação entre o Ensino Fundamental - Anos Iniciais, para o Ensino Fundamental - Anos Finais e desse para Ensino Médio.

O discente será classificado:

- por promoção, no caso de candidatos da própria Instituição, que cursaram, com êxito, o ano anterior;
- por transferência, no caso de discentes procedentes de outras Instituições de Ensino; e
- por avaliação, feita pela Instituição, independentemente de escolarização anterior, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do discente.

Para casos específicos de classificação poderá haver aproveitamento de estudos, que ocorrerá mediante análise

dos Componentes Curriculares, competências e habilidades, carga horária, anos, períodos ou etapas em que o discente obteve aprovação e constatação de sua equivalência ao Currículo adotado pela Instituição de destino, ou mediante avaliação do conhecimento a ser aproveitado.

O Aproveitamento de Estudos será aplicado a discentes transferidos e discentes que retornarem à Instituição após interrupções de seus estudos.

A possibilidade do aproveitamento de estudos deverá ser requerida no ato da matrícula, antes do início das atividades letivas, em tempo hábil para análise e deferimento ou indicação de uma provável adequação curricular, se for o caso.

Julgando necessário, a Instituição de Ensino poderá ajuizar os conhecimentos, competências e habilidades do discente que requer aproveitamento dos estudos, por meio de banca examinadora instituída para tal fim e considerando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A prova para avaliação de conhecimento tem por finalidade fornecer subsídios para a elaboração do Plano de Adequação de Estudos, se

for o caso, mas nunca para excluir o discente.

A comprovação apresentada e o resultado da avaliação de conhecimentos serão arquivados na pasta individual do discente, junto com seus documentos escolares.

Considerando as diferentes formas de organização da Educação Básica, a Instituição de Ensino reclassificará os discentes transferidos vindos de outras Instituições, situadas no país e/ou exterior, considerando os Componentes Curriculares da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Os procedimentos adotados para a reclassificação devem ser registrados no histórico escolar e arquivados no prontuário do discente e na guia de transferência, quando for o caso.

Verificada a necessidade de melhor ajustamento pedagógico que possibilite ao discente, regularmente matriculado na Instituição de Ensino, no Ensino Fundamental, o avanço para o ano, etapa ou outra forma de organização escolar subsequente àquela em que ele se encontre.

No avanço escolar, serão observadas as seguintes prescrições:

- previsão no Regimento Escolar;
- possibilidade de avanço, desde que sejam assegurados os ajustamentos do discente e o prosseguimento de seus estudos;

- possibilidade de um único avanço num mesmo ano letivo;

- registro de avaliações do progresso do discente por tempo suficiente à aferição da necessidade de avanço;

- proposta justificada advinda do discente ou dos pais ou responsável legal, quando for o caso; e

- registro do avanço na documentação pertinente ao discente.

Não é permitido o avanço escolar do 5º (quinto) ano do Ensino Fundamental - Anos Iniciais para o 6º (sexto) ano do Ensino Fundamental - Anos Finais.

Não é permitido o avanço escolar do Ensino Fundamental para o Ensino Médio.

O avanço escolar no qual trata a legislação vigente da Rede Pública Municipal de João Neiva dar-se-á por meio da verificação de aprendizado nas diversas atividades e Componentes Curriculares previstas na Organização Curricular do ano letivo vigente, até o final do 1º (primeiro) trimestre para o Ensino Regular, após o Conselho de Classe, desde que comprovem o desempenho de 60% (sessenta por cento) acima da média das pontuações obtidas nos Componentes Curriculares da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).



# ***9. REGISTROS ESCOLARES***

Em se tratando dos Registros Escolares será adotado o Plano de Ensino com um instrumento primordial ao planejamento dos docentes, que possibilita organizar as competências e as habilidades que serão desenvolvidas em cada Componente Curricular.

As competências e as habilidades do Currículo, bem como as atividades desenvolvidas na sistematização diária do cotidiano da sala de aula, devem ser registradas nos Diários Classe, de cada Componente Curricular, tendo como objetivo documentar o trabalho pedagógico realizado pelo docente e os resultados em relação a frequência e o rendimento escolar de cada discente.

A Ficha Avaliativa Individual de Alfabetização, também é um registro escolar de grande relevância educacional, pois permite ao docente descrever as expectativas de aprendizagem e o desenvolvimento do discente, destacando os pontos de avanços na aprendizagem, bem como aqueles que se encontram em processo de desenvolvimento.

O Plano Educacional Individualizado (PEI) é um instrumento de planejamento e acompanhamento do

processo de aprendizagem e desenvolvimento dos discentes público-alvo da Educação Especial, cuja referência é o Currículo Comum utilizado pela Rede Pública Municipal de Ensino, sendo elaborado considerando as competências, as potencialidades e trajetória individual.

O Plano de Intervenção Pedagógica das Instituições de Ensino constitui-se como um importante instrumento de gestão e se caracteriza como estratégia de organização das ações, possibilitando o planejamento, o desenvolvimento, o monitoramento e a avaliação de objetivos e metas estabelecidos e priorizados para o ano letivo.

Como um instrumento de trabalho dinâmico, o Plano de Intervenção Pedagógica permite evidenciar os principais desafios e potencialidades da Instituição de Ensino, determinando metas e objetivos a serem alcançados, com critérios de acompanhamento e avaliação de seu desenvolvimento.

A equipe escolar de posse dos resultados avaliativos realizados, dos desafios identificados, da meta/indicadores e das reflexões realizadas no balanço da execução do

ano anterior, deverá estruturar suas ações. Para isso, em primeiro lugar, é importante definir qual é o resultado esperado em cada ação. A partir daí, a equipe pedagógica precisará descrever cada ação, definir seu responsável, o produto a ser entregue e que vai contribuir para o monitoramento da execução, quais são as tarefas e os responsáveis, além do cronograma, que indicará o início e o término da ação.

Como síntese, o Plano de Intervenção Pedagógica pressupõe a realização das seguintes etapas:

- consulta aos arquivos e planilhas, relacionados à elaboração do Plano de Ação;
- levantamento de dados e registro nas tabelas do instrumento da Avaliação Diagnóstica, com discussão coletiva para análise desses dados em

interlocução com dados das Avaliações externas;

- definição das situações a serem priorizadas dos respectivos objetivos a serem alcançados;
- registro das ações a serem desenvolvidas, definindo também seu detalhamento, metas, prazos e responsáveis;
- socialização do Plano de Ação elaborado com a comunidade escolar para sua consolidação;
- revisão geral a partir das complementações, supressões e/ou acréscimos apresentados pelo coletivo da Instituição de Ensino; e
- envio do arquivo do Plano de Ação (em PDF), logo após o Conselho de Classe de cada trimestre letivo para os setores pedagógicos de cada segmento da Secretaria Municipal de Educação.

# 10. FORMAÇÃO CONTINUADA

A municipalidade possui uma Política de Formação Continuada Institucionalizada que tem como objetivo possibilitar aos profissionais da Educação a aquisição de novas habilidades proporcionando novos conhecimentos e aperfeiçoamento da prática pedagógica, assim, refletindo na melhoria do ensino.

Nesse sentido, percebe-se que o processo de Formação Continuada é fundamentado em 3 (três) fatores relevantes: o cotidiano da Instituição, as experiências dos docentes e o seu saber.

Pensando na importância da Formação Continuada em Serviço dos docentes do Ensino Fundamental e nos processos de aperfeiçoamento dos seus saberes, a Secretaria Municipal de João Neiva considera fundamental garantir ao docente momentos de estudos para promover uma formação contínua, investindo na capacitação dos seus profissionais.

Dessa forma, a Formação Continuada em Serviço como Política Pública Municipal é entendida como

componente essencial da profissionalização docente, devendo integrar-se ao cotidiano da Instituição de Ensino, sendo pautada no respeito, na valorização dos diferentes saberes e na experiência docente.

As ações de Formação Continuada em Serviço dos profissionais da Educação do Município de João Neiva, encontra-se respaldada na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional - Lei Federal nº 9394/96, no Plano Nacional de Educação - Lei Federal nº 13005/2014 - PNE, nas Leis Municipais nº 3.120, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Município de João Neiva, na Lei nº 2.648 que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público e no Plano Municipal de Educação – Lei nº 2.792– PME.

Vale ressaltar que o detalhamento das ações de Formação Continuada em Serviço será detalhado no livro que comporá a Resolução das Diretrizes de Formação Continuada em Serviço da Rede Pública Municipal de Ensino.



***11. PROCESSO DE  
TRANSIÇÃO DO  
ENSINO  
FUNDAMENTAL  
ANOS INICIAIS  
PARA OS ENSINO  
FUNDAMENTAL  
ANOS FINAIS***

*Clayton*

*lopsa* 

O Ensino Fundamental compreende uma das etapas da Educação Básica, sendo caracterizado por um período de 9 (nove) anos, que no seu decorrer atende crianças e adolescentes, a partir dos 6 (seis) anos de idade, discentes em constantes transformações físicas, cognitivas e emocionais.

Pensar o Ensino Fundamental, especialmente os Anos Iniciais, requer compreender a infância como também os processos educativos vivenciados na Educação Infantil, considerando que as crianças são marcadas pelas experiências e vivências desta etapa, a organização dos tempos e espaços, as metodologias e as práticas que precisam ser garantidas no período de transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, e no decorrer do processo de alfabetização.

Tais reflexões nos levam a entender que um exercício de aproximação entre os profissionais que atuam nas duas etapas em questão faz-se necessário, a fim de estabelecer um equilíbrio nesse percurso escolar.

O mesmo cuidado e atenção requer a transição dos discentes dos Anos

Iniciais para o Ensino Fundamental Anos Finais, uma vez que há uma

grande mudança na organização da dinâmica das aulas.

Na etapa inicial, na maioria das Instituições de Ensino, os Componentes Curriculares da Base Comum são ministrados por um docente, e, na etapa final passam a ser ministrados por vários profissionais, cada um com seu modo de interagir, ensinar e avaliar.

Nesse movimento de transição, faz-se necessário planejar a acolhida dos discentes no novo espaço tempo de aprendizagem. O ato de acolher diz respeito a receber, a dar atenção, ouvir verdadeiramente e é nesse sentido que convida-se toda a Instituição de Ensino para se comprometer com esse movimento tão importante na vida dos discentes, planejando as ações de acolhimento.

Considerando que o foco da transição está nos discentes, é preciso ter um olhar sensível e uma escuta atenta às suas expectativas e necessidades, por meio da oferta de diferentes atividades que levem em conta seus interesses (como o lúdico para as crianças e a linguagem tecnológica para os adolescentes), o Currículo, o ano, a faixa etária, entre outros aspectos,

atendendo às diferentes especificidades dos sujeitos em cada momento de transição. Para isso, é necessário que o processo de transição seja pensado pelo coletivo de docentes dos diferentes segmentos e equipe pedagógica, para o planejamento de ações, em conjunto com os discentes e famílias.

Nesse sentido, seguem algumas sugestões que podem compor o planejamento considerando a singularidade dessa transição:

- rodas de conversa com as turmas de 6º (sexto) ano, para que os discentes

possam expressar suas expectativas e dúvidas;

- propor que os discentes do 6º (sexto) ano escrevam uma carta coletiva para os do 5º sobre como é estar no Ensino Fundamental Anos Finais;
- o docente da turma realizar roda de conversa com os discentes para que todos dividam o que estão levando de aprendizado e

o que esperam para o ano seguinte.

- orientações sobre os horários de aula, utilização dos diferentes espaços de aprendizagem (salas de aula, sala de leitura, laboratório de informática, normas de funcionamento da Instituição, frequência, avaliação escolar, dentre outras);
- orientação sobre a organização dos materiais (cadernos e livros) e apresentações de diferentes metodologias sobre como estudar (mapa mental, resumos, palavras chaves, releituras, etc.);
- apresentação dos projetos que serão desenvolvidos no próximo ano letivo; e
- apresentação dos objetivos/conteúdos que serão trabalhados a cada trimestre.

Essas são algumas sugestões que podem contribuir para a construção de vínculos entre os discentes, suas famílias e os/as profissionais da futura da Instituição de Ensino.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As Diretrizes Pedagógicas do Ensino Fundamental Anos Iniciais apresentadas neste documento estão fundamentadas na concepção de Educação integral em um espaço institucionalizado, nas quais faz-se relevante considerar o protagonismo dos discentes como premissa do processo de ensino aprendizagem.

As Diretrizes reafirmam a relevância da Educação na formação humana e cidadã, para tanto, os processos educativos são norteados de forma a irem de encontro com as vivências, saberes já constituídos e a construir.

Pretende-se, ainda, que este documento seja mais um instrumento a propor reflexões e discussões sobre a prática educativa, diante de suas complexidades e da função social da Educação escolar.

Nesse sentido, por tratar-se de um documento que considera as diferentes condições sociais, culturais, físicas e étnicas, logo, apresenta-se também como um convite aberto ao diálogo, com compromisso voltado à qualidade do ensino, com vistas a garantir o acesso, a permanência e o sucesso dos discentes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Elisangela. A potência da leitura compartilhada. **Blog A Taba**. São Paulo, 19 mar. 2021. Disponível em: <https://blog.ataba.com.br/leitura-compartilhada/> Acesso em: 12 jul. 2023.

ANDRUETTO, María Teresa. **Por uma literatura sem adjetivos**. Tradução: Carmem Cacciacarro. São Paulo: Editora Pulo do Gato, 2012.

BAJOUR, Cecilia. **Ouvir nas entrelinhas: o valor da escuta nas práticas de leitura**. Tradução: Alexandre Morales. São Paulo: Editora Pulo do Gato, 2012.

BRITTO, Luiz Percival Leme. **O direito de ler e de escrever**. Tradução: Marcos Bagno. São Paulo: Editora Pulo do Gato, 2015.

CARVALHO, Ana Carolina; BAROUKH, Josca Ailine. **Ler antes de saber ler: oito mitos Instituição de Ensino es sobre a leitura literária**. São Paulo: Panda Books, 2018.

CASTRILLÓN, Silvia. **Por uma literatura sem adjetivos**. Tradução: Carmem Cacciacarro. São Paulo: Editora Pulo do Gato, 2011.

COSSON, Rildo. **Letramento literário: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2009.

DUTRA, Erica de Faria. Currículo literário na Instituição de Ensino. **Blog A Taba**. São Paulo, 9 abr. 2021. Disponível em: <https://blog.ataba.com.br/curriculo-literario/> Acesso em: 12 jul. 2023.

FROES, Laís. As teias leitoras: crianças e docentes. **Blog A Taba**. São Paulo, 15 jan. 2021. Disponível em: <https://blog.ataba.com.br/teias-leitoras/> Acesso em: 12 jul. 2023.

GENOINO, Miruna Kayano. A potência da leitura coletiva entre educadores. **Blog A Taba**. São Paulo, 22 mai. 2023. Disponível em: <https://blog.ataba.com.br/a-potencia->

da-leitura-coletiva-entre-educadores/

Acesso em: 12 jul. 2023.

**GOLDIN. Os dias e os livros.** Tradução: Carmem Cacciacarro. São Paulo: Editora Pulo do Gato, 2012.

**LENER, Délia.** Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário. Tradução: Ernani Rosa. Porto Alegre: Armed, 2002.

**REYES, Yolanda.** A substância oculta dos contos: as vozes e narrativas que nos constituem. Tradução: Susana Ventura. São Paulo: Editora Pulo do Gato, 2021.

**ANTUNES, Arnaldo.** O silêncio. São Paulo: BMG Ariola/RCA, 1996.

**BRASIL.** Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

**BRASIL.** Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em. Acesso em: 11/04/2023.

**DELORS, J.** Educação: um tesouro a descobrir, 2ed. São Paulo: Cortez. "Os 4 pilares da Educação" de Jacques Delors. Brasília, DF: MEC/UNESCO, 2003.

**BRASIL.** Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1990.

**FREIRE, A importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam.** São Paulo: Autores Associados. Cortez, 1989.

**SOARES, Magda.** Letramento e alfabetização: as muitas facetas. Revista Brasileira de Educação. Jan/Fev/Mar/Abr, nº 25, 2004.

**BRASIL.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / Ministério da Educação. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.



**ESPÍRITO SANTO.** Resolução do Conselho Nacional de Educação - CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017).

**LERNER, Delia.** Ler e escrever na escola, o real o possível e o necessário, São Paulo, artimed, 2002.

**ESPÍRITO SANTO.** Resolução do Conselho Estadual de Educação - CEE/ES nº 3.777, de 13 de maio de 2014, que fixa normas para a Educação no Sistema de Ensino no Estado do Espírito Santo e dá outras providências;

**SCOTT, Joan.** **Gênero: Uma Categoria Útil de Análise histórica.** Educação e Realidade.20(2), p.71-99,1995.

**WASELFISZ, Julio Jacobo, "Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil,"** Curadoria Enap, acesso em 29 de junho de 2023.

**WEISZ, Tema O diálogo entre o ensino e a aprendizagem.** 2.ed. São Paulo: Ática, 2000.v.1. Cap.5.



**CONSELHEIROS QUE PARTICIPARAM DA PLENÁRIA PARA APROVAÇÃO DA  
DIRETRIZES PEDAGÓGICAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS**

**Luna Paula dos Santos Arruda** – Presidente do Conselho Municipal de Educação.

**Joelma Mattos Barbosa Rodrigues** – Membro do Conselho Municipal de Educação.

**Daniella Stefanelli** – Membro do Conselho Municipal de Educação.

**Kamilla Hentringer Rocha Inácio** – Membro do Conselho Municipal de Educação.

**Lucines Mereles Cerri** – Membro do Conselho Municipal de Educação.

**Maria Melânia Ruy Tolomei de Araújo** – Membro do Conselho Municipal de Educação.

**Natálio Vieira Ribeiro** – Membro do Conselho Municipal de Educação.

2015  




**Prefeitura Municipal de João Neiva**  
**Secretaria Municipal de Educação**

2015A